

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

**CAMILLA DOS SANTOS NOGUEIRA**

DESVELAMENTO DE CONTRADIÇÕES DA CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃO  
DA FORÇA DE TRABALHO EM RUY MAURO MARINI: ELEMENTOS A PARTIR  
DA ECONOMIA BRASILEIRA

Vitória (ES)

2019

CAMILLA DOS SANTOS NOGUEIRA

DESVELAMENTO DE CONTRADIÇÕES DA CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃO  
DA FORÇA DE TRABALHO EM RUY MAURO MARINI: ELEMENTOS A PARTIR  
DA ECONOMIA BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social, na linha de pesquisa Reprodução e Estrutura do Capitalismo Contemporâneo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de Mendonça

Vitória (ES)  
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de  
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

D722d dos Santos Nogueira, Camilla, 1985-  
Desvelamento de contradições da categoria superexploração da  
força de trabalho em Ruy Mauro Marini: elementos a partir da  
economia brasileira / Camilla dos Santos Nogueira. - 2019.  
157 f.

Orientador: Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de Mendonça.  
Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Teoria Marxista da Dependência. 2. Transferência de  
mais-valor. 3. Superexploração da força de trabalho. 4. Remessa de  
rendas financeiras do Brasil. 5. Precarização da condição de uso da  
força de trabalho no Brasil. I. Vasconcellos Pessoa de Mendonça,  
Luiz Jorge. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de  
Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

---

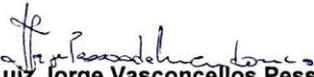
**CAMILLA DOS SANTOS NOGUEIRA**

**DESVELAMENTO DE CONTRADIÇÕES DA CATEGORIA  
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM RUY  
MAURO MARINI: ELEMENTOS A PARTIR DA ECONOMIA  
BRASILEIRA**

*Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa  
de Pós-Graduação em Política Social da Universidade  
Federal do Espírito Santo como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Doutora em Política Social.*

**Aprovada em 28 de fevereiro de 2019.**

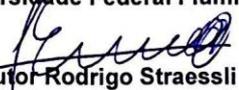
**COMISSÃO EXAMINADORA**

  
**Professor Doutor Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de Mendonça**  
Orientador/Universidade Federal do Espírito Santo

  
**Professor Doutor Paulo Nakatani**  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
**Professora Doutora Renata Couto Moreira**  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
**Professor Doutor Marcelo Dias Carcanholo**  
Universidade Federal Fluminense

  
**Professor Doutor Rodrigo Straessli Pinto Franklin**  
Universidade Federal do Espírito Santo

Para  
Anibal Nogueira Filho (*in memoriam*), meu pai.  
Para  
o(a)s trabalhadore(a)s morto(a)s e desaparecido(a)s pelo crime ambiental de Mariana  
(MG) e Brumadinho (MG).

## AGRADECIMENTOS

A escrita de uma tese de doutorado nunca é uma linha retilínea, homogênea e sem distúrbios. O longo processo, em sua totalidade, é formado por muitos momentos de construção e desconstrução, movimento que, por vezes, não acontece sem conflitos ou interferências.

Porém, no meu caso, esse processo foi acompanhado de muitas pessoas queridas, que o transformaram em algo factício e mais leve. Foram inúmeras as pessoas que me ajudaram e sem elas nada disso poderia ter acontecido.

Entre tantas, destaco e agradeço imensamente à minha filha, Bárbara, e a meu companheiro, Marcelo, que em momento nenhum se indignaram com minhas ausências, estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis e comemoraram comigo cada avanço. A vocês, a minha gratidão e meu amor.

Da minha família, também agradeço à minha mãe, minha irmã, minha sogra, meu sogro, meus cunhados, tia Fátima, tia Angélica, tia Graça, tia Patrícia, meu primo Gabriel e tia Edina. Todas essas pessoas foram baluartes, que me apoiaram ao longo do doutorado.

Dos amigos e amigas da vida, agradeço a Gabriela Vichi, Roberta Traspadini, Marisa Amaral, Aline Hessel, Paula Paraguassu, Pollyanna Paganoto, Bruno Pizzarolo e Vanessa Castro, pelo apoio incondicional em diversos momentos.

Dos meus amigos e amigas da UFES, agradeço a Lívia Moraes, Aline Faé, Aline Pandolfi, Célia Barbosa, Naara Campos, Pedro Rozales, Franciani Bernardes, Fernanda Meneguini, Helder Gomes e Gustavo Moura, companheiros de caminhada que compartilharam comigo suas vidas e aprendizados, permitindo que este trabalho seja realmente um trabalho coletivo. Agradeço a todos os alunos que participam do Coletivo Anatólia de Melo pelos debates em torno da teoria marxista da dependência.

Dos professores e professoras, agradeço a Jorge Mendonça, pelo empenho e por ter acreditado na hipótese que lhe apresentei logo no início dos meus estudos. Agradeço a Paulo Nakatani, por ter me ajudado na revisão do conteúdo e pela dedicação e atenção desde 2004, quando ingressei na graduação de economia da UFES. Agradeço a Maria Lúcia Garcia, pelo empenho na realização e organização do programa de Política Social. Agradeço a Olga Perez, pela revisão feita de algumas das versões iniciais desta tese. Agradeço a Marcelo Carcanholo, por haver aceitado cordialmente participar da banca de

avaliação desta tese, e a Renata Moreira, pelo companheirismo ao longo da construção do Coletivo Anatália de Melo e pelos momentos de debates tão proveitosos feitos nas nossas reuniões de estudos.

De forma geral, estendo meus agradecimentos a todo o corpo docente e à equipe da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, pela competência e dedicação ao trabalho.

Dos amigos do México, agradeço a Rúben Mathias, Iván Lopes, Eduardo Perondi, Renata Cárdenas, Luisina Gareis e Mateo Crossa, por abrirem para mim portas no grupo estudos sobre o trabalho no México. Agradeço aos professores Adrián Sotelo e Jaime Osorio, pela acolhida nos seminário que cursei na UNAM em meu período de doutorado sanduíche.

Dos amigos do PET que retornaram para minha vida nesse novo momento, agradeço a Rodrigo Franklin, pelas horas de debates sobre as categorias que aqui apresento nesta tese. Agradeço ao Rodrigo Emanuel, pelas conversas sobre a teoria marxista da dependência e pela ajuda com os dados sobre condições de uso da força de trabalho no Brasil, usados no capítulo segundo do presente texto. Agradeço a Victor Toscano, por me ajudar no processamento de dados da Rais/MTE. Agradeço a Daniel Sampaio, pelas explicações sobre usos dos dados sobre investimentos estrangeiros usados no capítulo 1 deste trabalho.

Dos companheiros da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimentos Social (SETADES), agradeço à ex-Secretária de Estado Andrezza Rosalém, pela compreensão nos momentos em que necessitei reduzir minhas horas de trabalho, e ao Secretário Interino, Severino Alves, pelos mesmos motivos. Agradeço à equipe de socioeconomia do Doce, que acompanha as ações de recuperação do crime ambiental de Mariana (MG) e os impactos na porção capixaba, pela complacência ao longo da elaboração desta tese. Sinto não ter tido condições de incluir os resultados do trabalho e o acompanhamento que essa equipe vem realizando em relação a Mariana (MG) e agora a Brumadinho (MG). Tais resultados revelam os impactos socioeconômicos desses crimes, que fazem parte do conjunto de mazelas que a dependência econômica impõe ao Brasil. Tenho muito orgulho de compor essa equipe comprometida com os trabalhadores atingidos por esses crimes, nesse momento tão crucial da política do país!

Das instituições de fomento à pesquisa, agradeço à FAPES, pelo financiamento concedido que garantiu minhas condições financeiras ao longo do doutorado. Agradeço

a CAPES pela concessão da bolsa de doutorado-sanduiche que realizei na UNAM em 2017.

Agradeço ao meu pai, pelo apoio no início do meu doutorado, e dedico a ele esta tese, pois, por infortúnios, não tive a hora de tê-lo presente na finalização desta fase da minha vida.

## RESUMO

A partir da polêmica sobre ser (ou não ser) a superexploração uma categoria específica de países dependentes, ou generalizável a economias centrais, diante da intensificação da precarização das condições do trabalho, condição que o capital impõe atualmente ao trabalhador como forma de recuperar o lucro em momento de crise, o presente estudo mostra que a superexploração da força de trabalho conecta-se à transferência de mais-valor, como forma de compensação, e que o movimento de tendência entre essas unidades dialéticas demonstra a forma de acumulação que acontece em países dependentes. Dessa forma, a generalização da superexploração e sua extensão aos países centrais somente ocorre enquanto mecanismos de remuneração abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho, não representando a totalidade da reprodução das relações que conformam a dialética da dependência. Os elementos da economia brasileira, analisados nesta pesquisa, indicam que o país, a partir da abertura comercial e financeira dos anos 1990, intensificou a transferência de mais-valor ao exterior. Entre os elementos que surgem da economia brasileira que demonstram aumento da transferência de mais-valor, o estudo revelou que o crescimento dos investimentos estrangeiros no país acentuou o envio de lucros, dividendos e juros. Portanto, ocorre a transferência de mais-valor produzido no Brasil e apropriado externamente, o que intensifica as relações de dependência da economia do país. As condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho do Brasil se agravaram após a abertura comercial e financeira, quando a problemática da dependência determinada pela transferência de mais-valor se aguçou. Essa relação ocorre porque, no processo de desacumulação da economia brasileira e vulnerabilidades decorrentes das crises econômicas, o capital recupera a perda de mais-valor por meio da superexploração da força de trabalho. Desse modo, a partir dos elementos da economia brasileira, pode-se inferir que existe uma relação entre as unidades dialéticas, transferência de mais-valor e superexploração da força de trabalho. Essa relação, no entanto, acontece em um movimento de tendência, que indica a especificidade da função da superexploração em economias dependentes.

Palavras-chaves: Superexploração da força de trabalho. Transferência de mais-valor. Brasil.

## **ABSTRACT**

Starting on the controversy over be - or not to be - the super-exploitation a specific category of dependent countries, or general for the central economies in face of the intensification of the precariousness of labor conditions, a condition that capital currently imposes on the worker as a way to recover the profit in the moment of crisis, the present study shows that the super-exploitation of the labor is connected with the transfer of more value as a form of compensation, and that the trend movement between these dialectical units, demonstrates the form of accumulation that happens in countries. In this way, the generalization of super-exploitation and its extension to the central countries only occurs as mechanisms of remuneration below the value necessary for the reproduction of the labor force, not representing the total reproduction of the relations that make the dialectic of dependence. The elements of the Brazilian economy, analyzed in the present study, indicate that the country intensified the transfer of more value abroad after the 1990's commercial and financial opening. Among the elements that emerge from the Brazilian economy who demonstrate an increase in the transfer of more value, the study showed that the growth of foreign investments in the country had accentuated the sending of profits, dividends and interest. Therefore, the transfer of more value produced in Brazil is appropriate externally, which intensifies the relations of dependence of the country's economy. The conditions for the use of the labor force in the Brazilian labor market worsened after the commercial and financial opening, when the problem of dependence determined by the transfer of more value was sharpened. This relationship occurs because, in the process of de-accumulation of the Brazilian economy and vulnerabilities resulting from economic crises, capital recovers the loss of more value through the super-exploitation of the labor force. Concluding, by this Brazilian economy element can be concluded that, there is a relation between the dialectical units, transfer of value and super-exploitation of the labor force. This relationship, however, occurs in a trend movement, which indicates the specificity of the function of super-exploitation in dependent economies.

**Keywords:** super-exploitation of the labor force; transfer of value; Brazil

## RESUMEN

A partir de la polémica sobre ser (o no ser) la superexplotación una categoría específica de países dependientes, o generalizable a economías centrales, frente a la intensificación de la precarización de las condiciones de trabajo, condición que el capital impone actualmente al trabajador como forma de recuperar la ganancia en tiempos de crisis, el presente estudio muestra que la superexplotación de la fuerza de trabajo se conecta a la transferencia de plusvalía, como forma de compensación y que el movimiento de tendencia entre estas unidades dialécticas, demuestra la forma de acumulación que se lleva a cabo en los países dependientes. De esta forma, la generalización de la superexplotación y su extensión a los países centrales solamente sucede en tanto mecanismos de remuneración por debajo del valor necesario para la reproducción de la fuerza de trabajo, por lo que no representan la totalidad de la reproducción de las relaciones que conforman la dialéctica de la dependencia. Los elementos de la economía brasileña analizados en el presente estudio, indican que a partir de la apertura comercial y financiera de los años 1990, el país intensificó la transferencia de plusvalía al exterior. Entre los elementos que surgen de la economía brasileña que demuestran el aumento de transferencia de plusvalía, el estudio reveló que el crecimiento de las inversiones extranjeras en el país, acentuó el envío de ganancias, dividendos e intereses. Por lo tanto, la transferencia de plusvalía producida en Brasil y apropiada externamente, intensifica las relaciones de dependencia de la economía del país. Las condiciones de uso de la fuerza de trabajo en el mercado de trabajo de Brasil recrudecieron después de la apertura comercial y financiera, cuando la problemática de la dependencia determinada por la transferencia de plusvalía se agravó. Esa relación sucede porque, en el proceso de desacumulación de la economía brasileña y de las vulnerabilidades resultado de las crisis económicas, el capital recupera la pérdida de plusvalía por medio de la superexplotación de la fuerza de trabajo. De esta forma, a partir de los elementos de la economía brasileña, se puede inferir que existe una relación entre las unidades dialécticas, transferencia de plusvalía y superexplotación de la fuerza de trabajo. Esa relación, en tanto, ocurre en un movimiento de tendencia que indica la especificidad de la función de la superexplotación en economías dependientes.

Palabras clave: superexplotación de la fuerza de trabajo; transferencia de plusvalía; Brasil.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1– Índices de quantum e de preços das mercadorias no comércio exterior .....	40
Figura 2 – Composição das exportações (% do total) .....	40
Figura 3 – Contradições da acumulação de capital e aumento da produtividade do trabalho.....	87

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Termos de Troca– índice (Ano base 2006 = 100).....	39
Gráfico 2 – Resultado do Balanço de Pagamentos (milhões US\$) .....	50
Gráfico 3– Fluxo de Investimentos Estrangeiros Diretos – Entrada – Brasil e Mundo .....	54
Gráfico 4– Composição dos investimentos estrangeiros direto (estoque passivo US\$ milhões .	56
Gráfico 5 – Porcentagem de Investimentos estrangeiros diretos recebidos em relação .....	58
Gráfico 6– Porcentagem de investimentos estrangeiros diretos recebidos em relação .....	59
Gráfico 7– Despesas com remessas de lucros e dividendos relacionados ao IED .....	63
Gráfico 8– Despesas com remessas de lucros e dividendos relacionados ao IED .....	64
Gráfico 9– Despesas com remessas de lucros e dividendos relacionados ao IE total .....	65
Gráfico 10– Fluxo de Investimentos Estrangeiros em Carteira – Entrada e saída – .....	67
Gráfico 11 – Fluxo de investimentos estrangeiros em carteira – entrada e saída.....	68
Gráfico 12– Composição do Investimento em carteira (estoque – US\$ milhões).....	69
Gráfico 13– Taxa de juros relacionada com a Política Monetária (% a.a.- média).....	74
Gráfico 14– Remessa de Juros de títulos de dívida relacionada com variação da taxa.....	75
Gráfico 15– Porcentagem do PIB enviado ao exterior sob a forma de renda de investimentos .	78
Gráfico 16 – Porcentagem da exportação de mercadorias enviadas ao exterior sob a forma de.	80
Gráfico 17 – Porcentagem da exportação de mercadorias enviadas ao exterior sob a forma de.	80
Gráfico 18 – Porcentagem de excedente operacional bruto em relação à renda de investimentos .....	82
Gráfico 19 – População desocupada e taxa de desemprego no Brasil. Período 1993-2004.....	97
Gráfico 20 – Renda média e taxa de ocupação no Brasil. Período 2003-2014 .....	100
Gráfico 21– Força de trabalho – ocupados e desocupados – distribuição (%) (média dos .....	102
Gráfico 22– Rendimento real médio da população ocupada.....	104
Gráfico 23– Ganhos reais do salário mínimo .....	108
Gráfico 24– Porcentagem de número de vínculos empregatícios com faixa de remuneração de .....	109
Gráfico 25 – Brasil – porcentagem de número de vínculos empregatícios com faixa de .....	110
Gráfico 26 – Brasil – salário e rendimento médio.....	112

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Diferença de composição orgânica e taxas de lucro.....	30
Quadro 2– Registro do fluxo de lucros e dividendos no Balanço de Pagamentos (BPM – 6) ....	76
Quadro 3 – Registro do fluxo de juros no Balanço de Pagamentos (BPM – 6) .....	77
Quadro 4 – Fases do ciclo de reprodução do capital .....	91
Quadro 5 – Estratificação do mercado interno de economias dependentes .....	91
Quadro 6– Jornada de trabalho semanal (média de horas contratadas).....	114

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Transformação de valores em preços de produção.....	31
Tabela 2 – Fluxo de investimentos estrangeiros diretos (US\$ milhões) .....	57
Tabela 3– Investimento direto por setor de atividade econômica .....	60
Tabela 4– Empresas com capital estrangeiro resultado de transações correntes (em US\$ .....	61
Tabela 5– Composição da remessa de rendas de investimentos estrangeiros .....	62
Tabela 6 – Fluxo de investimento estrangeiro em carteira finalidade (passivo – US\$ milhões) 70	
Tabela 7– Modalidades de ativos de investimentos em carteira (estoque – em US\$ milhões)...	71
Tabela 8 – Modalidades de ativos de investimentos em carteira (em US\$ milhões) .....	72
Tabela 9 – Composição da remessa de rendas de investimentos estrangeiros diretos (despesas 73	
Tabela 10 – Comércio exterior de empresas residentes no Brasil com capital estrangeiro.....	81
Tabela 11– Posição na ocupação e categoria do emprego – variação (%) (média dos quatro ..	102
Tabela 12– Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, ..	104
Tabela 13 – Brasil – salário mínimo nominal e salário mínimo necessário .....	111
Tabela 14– Total de pessoas por horas habitualmente trabalhadas por semana (mil pessoas) .	115
Tabela 15– Total de Acidentes do trabalho Registrados, segundo Classificação Nacional de .	117
Tabela 16 – Total de acidentes do trabalho Registrados, segundo Classificação Nacional de .	118
Tabela 17– Modernização trabalhista (principais resultados de 2018) .....	121

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEAT – Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho

BACEN – Banco Central do Brasil

BPM – Manual de Balanços Pagamentos

CAGED – Cadastro Geral de Empregos e Desempregos

CAT – Comunicação de acidentes de trabalho

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho

CLT– Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal interna

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FISIM – Financial Intermediation Services Indirectly Measured

FUNCEX – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE– Ministério do Trabalho e Emprego

PJ – Pessoa Jurídica

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RAIS – Relação Anual de Informações e Salários

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
<b>1 TRANSFERÊNCIA DE VALOR E A DESACUMULAÇÃO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL.....</b>	<b>26</b>
1.1 A CONCORRÊNCIA CAPITALISTA: PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DE.....	27
RIQUEZA E TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR EM <i>O CAPITAL</i> , DE MARX .....	27
1.2 TROCA DESIGUAL: EXPRESSÃO CONCRETA DA TRANSFERÊNCIA DE .....	32
MAIS-VALOR.....	32
1.3 O “SEGREDO DAS TROCAS DESIGUAIS”: O CASO BRASILEIRO .....	37
1.4 IMPERIALISMO, EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS E TRANSFERÊNCIA DE.....	41
MAIS-VALOR.....	41
1.5 MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA E A TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR.....	46
DA ECONOMIA BRASILEIRA: FLUXO DE LUCROS, DIVIDENDOS E JUROS .....	46
<b>1.5.1 Abertura comercial e liberalização financeira externa: impactos na economia brasileira .....</b>	<b>47</b>
<b>1.5.2 Investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira de 1994 a 2017 .....</b>	<b>53</b>
<b>1.5.3 Transferência de valor sob a forma de remessa de lucros, dividendos e juros... de investimentos estrangeiros diretos .....</b>	<b>61</b>
<b>1.5.4 Investimentos estrangeiros em carteira na economia brasileira de 1994 a 2017 .....</b>	<b>66</b>
<b>1.5.5 Transferência de valor sob a forma de remessa de lucros, dividendos e juros... de investimentos estrangeiros em carteira .....</b>	<b>72</b>
1.6 NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE A REMESSA DE RENDA AO EXTERIOR.....	75
1.7 PRODUÇÃO DE MERCADORIAS E DE RENDA E TRANSFERÊNCIA DE.....	77
MAIS-VALOR.....	77
1.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	82
<b>2 A SUPEREXPLORAÇÃO NA OBRA DE RUY MAURO MARINI E AS CONDIÇÕES ATUAIS DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL.....</b>	<b>84</b>
2.1 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA OBRA DE RUY MAURO MARINI .....	84
<b>2.1.1 Transferência de mais-valor e superexploração da força de trabalho .....</b>	<b>85</b>
<b>2.1.2 A superexploração da força de trabalho e ruptura do ciclo do capital .....</b>	<b>90</b>
<b>2.1.3 Superexploração da força de trabalho enquanto mecanismo de remuneração.. abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho.....</b>	<b>93</b>

2.2	EXPRESSÕES ATUAIS DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL.....	96
2.2.1	<b>Condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho do Brasil: uma análise a partir da abertura comercial e financeira .....</b>	<b>96</b>
2.2.2	<b>A superexploração no Brasil e a precarização das condições de trabalho. 106</b>	
2.2.2.1	<i>Remuneração e reprodução da força de trabalho no Brasil de 1994 a 2017 ...</i>	<i>107</i>
2.2.2.2	<i>Condições da jornada de trabalho no Brasil de 1994 a 2017 .....</i>	<i>113</i>
2.2.2.3	<i>Aspectos dos níveis de intensidade de trabalho na produção no Brasil de 1994 a 2017</i>	<i>116</i>
2.2.3	<b>Reforma trabalhista de 2017 e o aumento da superexploração da força de trabalho no Brasil.....</b>	<b>119</b>
2.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	123
<b>3</b>	<b>DESVELAMENTO DE CONTRADIÇÕES SOBRE A GENERALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....</b>	<b>125</b>
3.1	GENERALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO, PROCESSO E TENDÊNCIA.....	125
3.2	A GENERALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO FORÇA DE TRABALHO E A.....	130
	NOVA MORFOLOGIA DO CAPITALISMO MUNDIAL .....	130
3.3	A VIOLAÇÃO DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO COMO EXPRESSÃO.....	134
	DA GENERALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO NO MUNDO.....	134
3.4	AS (IM)PRECISÕES DA CATEGORIASUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE.....	138
	TRABALHO .....	138
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	141
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>143</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

Os esforços de recuperação das categorias centrais da teoria marxista da dependência suscitaram novos debates e substanciais críticas ao redor das obras de Ruy Mauro Marini, e, assim como nos anos 1970/1980<sup>1</sup>, a superexploração da força de trabalho é a categoria marinista que suscita as mais aguçadas polêmicas. Esse destaque possivelmente ocorre porque a superexploração da força de trabalho promove, dentro do marxismo, novos elementos de análise, o que, para os marxistas ortodoxos, e mesmo para aqueles que partem de interpretações ricardianas, parece ser uma grande heresia, um absurdo teórico notavelmente inconsistente, que em nada contribui ao marxismo “puro” e “verdadeiro”.

No início da formação intelectual de Marini, quando ainda pertencia à Universidade de Brasília (UNB), a categoria superexploração não aparecia em seus escritos. Ali, Marini, acompanhado por Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, dedicou-se aos estudos d’*O Capital* e das leituras marxianas e leninistas sobre o mercado mundial. Somando esforços, André Gunder Frank esteve presente durante os anos em que se formaram os seminários de estudos na UNB, e foi introduzido no debate o que por ele se conheceu como o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (FRANK, 1967). Forjava-se naquele momento a formação do que mais tarde seria conhecida como teoria marxista da dependência.

Marini, juntamente com grande parte dos intelectuais militantes que participaram dos seminários de leitura d’*O Capital* na UNB, foi perseguido pela ditadura cívico-militar que se iniciou no Brasil em 1964, buscando exílio inicialmente no México (1965-1969) e depois no Chile (1969-1973), onde foi recebido pelo governo da Unidade Popular de Salvador Allende<sup>2</sup>. Com o Golpe Militar no Chile, em 1973 Marini se exilou no Panamá (1973-1974), logo esteve um período na Alemanha (1974-1976) e finalmente regressou ao México (1976-1984). Marini retorna ao Brasil em 1979, depois de 14 anos de exílio, mas sua volta definitiva se deu somente em 1984.

Foi durante o exílio que Marini retomou os trabalhos desenvolvidos nos anos em que esteve na UNB e iniciou a escrita de suas obras sobre a dependência. Naquele período, o autor centrou seus escritos sobre a análise da realidade econômica e política

---

<sup>1</sup>As críticas à TMD, que se forjam nos anos 1970/1980, estão nos escritos de Cardoso e Serra (1979) e de Cueva (2008, [1974]). As respostas às críticas estão em Marini (1979) e Bambirra (1978).

<sup>2</sup> Para mais detalhes sobre a trajetória de vida de Marini, ver: “Memória: por Ruy Mauro Marini” (Marini, 2005 [1990])

dos países latino-americanos, território percorrido por ele ao longo de sua trajetória intelectual e militante. Da realidade que pretendeu analisar, Marini estudou as particularidades do Chile (MARINI, 1982), do Brasil (MARINI, 2012[1967]) e do México (MARINI, 1993). Foi um impetuoso intelectual e militante latino-americanista!

A categoria superexploração da força de trabalho, que em Marini aparece como superexploração do trabalho, foi, ao longo da trajetória intelectual do autor, o seu ponto de maior adesão e de grandes críticas. Marini cunhou a categoria superexploração em sua obra magna *Dialética da Dependência*, publicada em 1973<sup>3</sup>, no México, pela Editora Era. Porém, a categoria superexploração começou a ser elaborada por Marini, em seus escritos de 1968, quando apareceu na obra *Subdesenvolvimento e revolução* (2012[1967]).

Em *Subdesenvolvimento e revolução* (2012[1967]), Marini analisa a forma de inserção do Brasil nas economias do Cone Sul, durante os anos 1970 e 1980. Para o autor, a internacionalização das relações econômicas brasileiras parte da necessidade de expansão dos capitais brasileiros no contexto da crise econômica que se inicia nas potências imperialistas, impondo dificuldades nas relações comerciais com esses países.

A configuração econômica do Brasil, que lhe confere um peso econômico relevante na região, permitiu que o país implementasse uma política econômica nos marcos da política de Estado subimperialista, garantindo as condições para a expansão dos capitais brasileiros, cujo lema partia da ideologia de integração latino-americana, reforçando as relações internacionais do eixo Sul-Sul. Dessa forma, a configuração política e econômica se imbricam com determinantes internos, por meio da superexploração da força de trabalho; e determinantes externos, por meio da cooperação antagônica.

Logo, no texto “La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo” (1972), ao analisar a interrupção do ciclo do capital em um economia dependente, Marini indica a importância da restrição do mercado consumidor dessas economias, condição que está diretamente vinculada à superexploração da força de trabalho.

Será em 1973, com a publicação de *Dialética da dependência* (2005 [1973]), que Marini irá elucidar a categoria superexploração de maneira mais completa, envolvendo em sua construção teórica os diversos determinantes históricos, políticos,

---

<sup>3</sup> Foi publicada em 1973, mas já circulava em forma de rascunho desde 1972.

econômicos e sociais que constituem as realidades das economias dependentes. Com o intuito de revelar qual a relação dialética existente nos países dependentes, Marini sintetiza como a forma em que as economias subdesenvolvidas, localizadas em territórios periféricos, inserem-se no mercado mundial, condiciona-lhes a criar internamente, por meio da relação entre o capital e o trabalho, a superexploração da força de trabalho. Para o autor, há uma relação dialeticamente construída, entre dependência e superexploração, em que a última é uma forma de compensar o que se perde na primeira, devido às assimetrias das relações mercantis estabelecidas no mercado mundial.

Ainda em 1973, no texto “En torno a la dialéctica de la dependencia” (2015[1973b]), a obra *Dialética da dependência* ganha um *post-scriptum*. A intenção de Marini foi esclarecer os objetivos do livro e suas limitações, bem como oferecer novos elementos para a compreensão dos níveis de abstração que permeiam a obra, que foi alvo de inúmeras críticas. Nesse sentido, Marini aclara que:

Em meu ensaio tratei de demonstrar que é em função da acumulação de capital em escala mundial, e em particular em função de seu instrumento vital, a taxa geral de lucro, que podemos entender a formação da economia dependente. No essencial, os passos seguidos foram examinar o problema desde o ponto de vista da tendência à baixa da taxa de lucro nas economias industriais e colocá-lo á luz das leis que operam no comércio internacional, e que lhe dão o caráter de intercâmbio desigual. Posteriormente, o foco de atenção se desloca para os fenômenos internos da economia dependente, para prosseguir depois na linha metodológica já indicada. Dado o nível de abstração do ensaio, preocupei-me tão-somente, ao desenvolver o tema do intercâmbio desigual, do mercado mundial capitalista em seu estado de maturidade, isto é, submetido plenamente aos mecanismos de acumulação de capital (2005 [1973b], p. 185).

No texto de 1977, intitulado “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”, novamente se resgata a superexploração, como categoria essencial na análise das dinâmicas econômicas do período, permeados pela entrada substancial de investimentos estrangeiros nas economias latino-americanas, e a relação entre superexploração e relação regressiva da renda.

A superexploração ganha novos contornos e esclarecimentos em 1978, no texto *Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H Cardoso y J. Serra)* (2007 [1978]), quando Marini registra a mais densa resposta a um de seus críticos. No texto “As desventuras da dialética” (1979), em coautoria com José Serra, Fernando Henrique Cardoso critica Marini, afirmando que o autor peca pelo economicismo em suas

análises, por excessiva interpretação estancacionista<sup>4</sup>, e pela tendência a minimizar os fatores internos na determinação da dependência. Para esses autores, o erro de Marini era induzir o mesmo nível de análise para os determinantes externos e internos, sem advertir que o que impulsiona a sociedade é a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que dá lugar aos conflitos de classe. Em resposta, Marini (2007 [1978]) conforma sua argumentação sustentando a importância da superexploração como determinante interno conectado com a lógica externa.

O texto de Cardoso e Serra que critica Marini foi produzido no contexto da luta por anistia política no Brasil. O trabalho foi divulgado primeiro no México, e depois no Brasil, na revista do CEBRAP (Centro Brasileiro de Planejamento), instituição com forte influência política e intelectual de Fernando Henrique Cardoso<sup>5</sup>. No entanto, a resposta de Marini não foi divulgada da mesma forma no Brasil, assim como grande parte da obra do autor, que durante um longo período ficou marcada pela interpretação de intelectuais opositores.

Finalmente, a superexploração também aparece nos textos “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital” (1979 a), “El ciclo del capital en la economía dependiente” (1979 b) e “Proceso y tendencias de la globalización capitalista” (2007 [1996]). Nesse último, Marini, ao analisar o dinamismo da economia internacional nos marcos da globalização e do neoliberalismo dos anos 1990, indica que a superexploração passa a ocorrer nos países centrais. Com essa assertiva, o autor abre uma das atuais polêmicas em torno da categoria, envolvendo a especificidade da reprodução do capital em economias dependentes.

Marini foi original em seu tempo, demonstrando ser um intelectual comprometido com as transformações necessárias para um mundo melhor e mais igualitário. Sua experiência militante como intelectual combativo foi determinante para a construção do conjunto de suas obras teóricas, na medida em que buscava a formulação de uma interpretação cuja realidade concreta deveria ser o ponto de partida.

---

<sup>4</sup> Para Cardoso e Serra, Marini cometeria o erro de não considerar oportunidades e desenvolvimento em países periféricos. Portanto, Cardoso compara a interpretação de Marini com a dos grupos foquistas e guerrilheiros dos anos 1960 e 1970, que não previam possibilidades para o desenvolvimento das nações latino-americanas nos marcos do sistema capitalista e propunham a luta armada. Assim, origina-se a caracterização de Marini como um intelectual que fundou a estagnação das economias latino-americanas e defendeu a luta armada.

<sup>5</sup> Para Roberta Sperandio Traspadini (2014), as ideias de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1981) expressam os interesses da burguesia dos países dependentes e estimulam alianças com o capital internacional, por meio de condições favoráveis ao crescimento dos fluxos externos de capital, tanto no sentido de superar sua escassez de moeda estrangeira quanto de garantir, sob a forma de investimentos, o crescimento econômico.

A construção da obra teórica do autor foi obviamente guiada pelas categorias da teoria do valor de Marx, e, ao estar comprometido com a teoria revolucionária, o autor não perdia de vista a revolução como objetivo maior.

Marini reconhecia todos os percalços que sua construção teórica poderia incorrer (MARINI, 2005 [1973], p.141). Porém, as limitações teóricas expressadas pelo autor não são entraves ou barreiras impossíveis de serem vencidas, devendo ser entendidas como estímulos para que a construção teórica esteja conectada ao seu momento histórico, e que, portanto, possibilite, a partir dos novos pontos de partida, interpretações que contribuam para desmistificar os fenômenos da realidade concreta.

No Brasil, a categoria superexploração da força de trabalho vem se fazendo presente nos debates acadêmicos, com extensão aos espaços de formação política de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Brigadas Populares. Os diversos estudos brasileiros que estão sendo elaborados em torno da superexploração vêm contribuindo para o rigoroso avanço nos elementos teóricos que permeiam a categoria, o que evidentemente abre espaço para novas polêmicas, como as que são apresentadas nas teses de doutorado de Fabio Marvulle Bueno (2015) e Rodrigo Straessli Pinto Franklin (2015), entre tantos outros trabalhos de excelência.

Bueno (2015), em sua tese, busca reafirmar a superexploração através da teoria do valor trabalho, que, para o autor, se trata de uma relação que se expressa pela equivalência ou não entre preço e valor. Para Bueno, o rechaço à categoria superexploração é uma posição dogmática. Além disso, as problemáticas apresentadas e as inconsistências não podem ser consideradas como limitações teóricas de Marini.

Dessa forma, Bueno apresenta a tese de que a superexploração da força de trabalho em Marini não se trata apenas de um fenômeno que se expressa por meio dos salários abaixo do valor de reprodução da força de trabalho, pois essa dimensão de análise não oferece todos os elementos teóricos da categoria. A superexploração da força de trabalho para o autor é a forma de reprodução do capital, que se expressa por intermédio da dilapidação do valor da força de trabalho, o que se configura, nas palavras de Bueno, como a essência dessa categoria.

Conforme Franklin, a superexploração ganha relevância específica na obra de Marini porque se trata de uma forma de exploração mais perversa para o trabalhador e que compromete a acumulação de capital em economias dependentes. No entanto, para esse autor, a obra de Marini carece de diretrizes sobre como a superexploração se articula “[...] com a categoria do valor trabalho e com o valor da força de trabalho”

(2015, p. 81), abrindo, portanto, brechas para divergências em torno das categorias. Franklin (2015) ressalta que os salários médios podem oscilar de acordo com os ciclos econômicos, de modo que os salários podem aumentar em períodos de crescimento econômico.

Dessa forma, o autor afirma que a superexploração é um efeito transitório que pode ser recuperado a partir das variações do valor da força de trabalho. Franklin considera que a superexploração é um “ganho efêmero” (2015, p. 95), portanto um efeito transitório que se corrige quando o valor da força de trabalho seja realinhado ao salário. Assim, o autor ressalta que a superexploração não será uma condição *sine qua non* da dependência, pois está condicionada pelo avanço da luta classes.

Ao analisar as teses apresentadas por Bueno (2015) e Franklin (2015), nota-se que há divergências, no que diz respeito à predominância da superexploração na reprodução do capital em economias dependentes. Franklin aponta a superexploração enquanto fenômeno temporário. Já Bueno, ao definir a dilapidação do valor da força de trabalho, como a essência da superexploração, a considera como parte da não equivalência de valores nas relações de trocas. Essa divergência é recorrente nos estudos sobre a dependência e a superexploração da força de trabalho.

Dentre as atuais polêmicas/controvérsias teóricas que rodeiam a superexploração da força de trabalho, é possível situar três grandes temas: o primeiro se refere à relação da superexploração com as formas de exploração que aparecem em *O Capital* de Marx<sup>6</sup>, apontada por autores que não escrevem sobre a teoria marxista da dependência, mas que, desde o marxismo, apontam elementos para criticá-la. Outra questão polêmica está na ideia de ser a superexploração da força de trabalho uma forma de “violação” da Lei do Valor, portanto a não equivalência entre a remuneração e valor da força de trabalho. Essa controvérsia é suscitada a partir das obras de Jaime Osorio (2013) e está sendo debatida entre autores que escrevem sobre a teoria marxista da dependência, e entre autores que não escrevem.

Contudo, será a polêmica sobre ser (ou não ser) a superexploração uma categoria específica de países dependentes, ou generalizável a economias centrais, diante da intensificação da precarização das condições do trabalho, condição que o capital impõe atualmente ao trabalhador, como forma de recuperar o lucro em momento de crise. Tal polêmica é desafiadora, porque foi incitada pelo texto “Proceso y tendencias de la

---

<sup>6</sup> Respostas a essa indagação se encontram em Osorio (2013) e Carcanholo (2017).

globalización capitalista” (2007[1996]), última publicação de Marini, quando o autor afirma que, diante da globalização, a superexploração se estende a outras regiões do mundo, podendo estar presente em países imperialistas, e seguida por destacados discípulos de Marini, como Sotelo (2012) e Osorio (2013).

Diversas interpretações já foram elaboradas por autores como Martins (2011), Amaral e Duarte (2013), Massa (2013), Bueno (2015) e Franklin (2015) sobre a polêmica da generalização da superexploração, e sua extensão a países centrais. Martins (2011, p. 302) resgata Marini (1996) e indica a generalização da superexploração como forma de recuperar os lucros perdidos diante do avanço de “empresas globais”, detentoras do monopólio tecnológico, que aumentam a produtividade e oferecem produtos a baixo preço. Amaral e Duarte (2013) apreendem que a possível generalização da superexploração e sua extensão a países centrais se trata de exacerbação e incremento das formas de exploração, não se conformando no modo como o capitalismo se reproduz no interior das economias dependentes, o que, para os autores, retira da superexploração todo o sentido de ser, e todo seu fundamento teórico baseado na relação dialética de entre o centro e a periferia, cunhado pela teoria marxista da dependência. Buscando contribuir para o debate, a dissertação de Massa (2013) apresenta a forma como autores contemporâneos, que compõem o debate sobre a teoria marxista da dependência. Massa (2013), em um exercício de síntese, divide os autores em dois grupos. Em um grupo, estão os autores que seguem a ideia de Marini (1996) de generalização da superexploração; e em outro grupo, aqueles que entendem a superexploração como categoria específica das economias dependentes. A pesquisa realizada por Massa (2013) é a primeira proposta de trabalho que buscou mapear a polêmica em torno da superexploração, que Massa considerará como uma categoria em disputa, e a vê como específica dos países dependentes.

Recentemente, a leitura crítica feita por Katz (2017) à teoria marxista da dependência, em especial à categoria superexploração, tomou a cena do debate sobre a teoria, com respostas acaloradas de Sotelo (2017) e Osorio (2017). Nesse debate, houve posicionamentos sobre a generalização da superexploração e reafirmações sobre essa questão que demonstra estar na ordem do dia, sendo ainda a grande polêmica da teoria marxista da dependência. Assim, podemos considerá-la como a grande querela atual da dependência.

Contudo, no debate, não constam pesquisas com avanços em análises concretas; ainda está conformado em torno das definições teóricas contidas, sobretudo, nas obras

de Marini. E, ainda sobre as definições teóricas, há limitações que, todavia, não foram superadas. O desafio que se apresenta nesse debate é grandioso porque o tema está sendo tratado entre pares, ou seja, entre os próprios autores que compõem atualmente, a geração contemporânea da dependência (NOGUEIRA, 2012) – ainda que não somente por esses. Por outro lado, exige-nos criar no debate elementos que ainda não foram abordados de forma contundente, mas que não podem estar distantes. Assim, o desafio que nos impele também nos impõe limites dados pela ciência de que a polêmica sobre a generalização da superexploração ainda é um debate que está em aberto e que não pode ser travado a partir de concepções dogmáticas.

Diante das polêmicas suscitadas em torno da superexploração da força de trabalho, a presente tese mostra que a superexploração da força de trabalho se conecta à transferência de mais-valor, como forma de compensação, e que o movimento de tendência entre essas unidades dialéticas, demonstra a forma de acumulação que acontece em países dependentes. Dessa forma, a generalização da superexploração e sua extensão aos países centrais somente ocorre enquanto mecanismos de remuneração abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho, não representando a totalidade da reprodução das relações que conformam a dialética da dependência.

Para construir esta tese, nossa exposição está organizada em três capítulos cuja ordem não foi uma tarefa fácil de ser decidida. O leitor verá que a motivação do trabalho aparece no último capítulo. E o capítulo primeiro e segundo são formados por conteúdos históricos e teóricos, que se entrelaçam pelo marco temporal – 1994 a 2017 – na análise da economia brasileira.

Dessa forma, o primeiro capítulo apresenta o estudo sobre a transferência de mais-valor e a dependência. Nele, analisa-se a construção da transferência de mais-valor em Karl Marx, além dos desdobramentos teóricos que aparecem nos teóricos marxistas dos anos 1960 e 1970. Soma-se a diferença entre a transferência de mais-valores e a interpretação cepalina sobre a deterioração dos termos de troca. Portanto, nesse capítulo estão os elementos teóricos que conformam a unidade dialética transferência de mais-valor.

Logo, esse capítulo percorre as teorias sobre o imperialismo, como forma de se chegar à exportação de capitais, determinante para o entendimento da forma como o capital se movimenta no mercado mundial. A partir da teoria do imperialismo, será possível chegar às formas de circulação do capital expressas nos investimentos estrangeiros diretos e em carteira.

O capítulo, então, passa a se dedicar à análise dos agregados macroeconômicos que revelam as características dos investimentos estrangeiros na economia brasileira, após a abertura comercial e financeira nos anos 1990. Desse modo, faz-se a apresentação dos investimentos estrangeiros – diretos e em carteira –, sua composição e magnitude dos lucros, dividendos e juros que são remetidos ao exterior. Assim, estão expostas quais são as condicionalidades da economia brasileira que determinam o volume do envio desses recursos.

Constam também no primeiro capítulo indicadores que mostram a magnitude da proporção entre a riqueza produzida nacionalmente e as remessas ao exterior sob a forma de lucros, dividendos e juros. Com este estudo, logra-se apresentar uma das expressões atuais da transferência de mais-valor produzido na economia brasileira e apropriados no mercado mundial.

No segundo capítulo, chega-se à categoria superexploração da força de trabalho. Neste trabalho, a superexploração é apresentada a partir da forma que aparece nas obras de Marini, e será dividida conforme as relações estabelecidas com a transferência de mais-valor e ruptura do ciclo do capital, e logo suas manifestações, por meio dos mecanismos. Nesse sentido, o segundo capítulo explicita como a relação existente entre as unidades dialéticas, ruptura do ciclo do capital e a superexploração da força de trabalho oferece à categoria superexploração dimensões específicas as realidades de economias dependentes, por meio de um movimento de tendência.

Serão apresentadas as condições de uso da força de trabalho no Brasil, para assim entender como ocorrem os mecanismos de produção de mais-valor, que, conjugados, determinam a superexploração no país. Constam, nesse sentido, aspectos que demonstram a superexploração da força de trabalho no Brasil, a partir dos mecanismos de remuneração abaixo do valor de reprodução da força de trabalho, produção de mais-valor absoluto e as condições de intensidade do trabalho. Dessa forma, o segundo capítulo mostra como a superexploração da força de trabalho se expressa, diante da intensificação da precarização das condições de trabalho.

Finalmente, no terceiro capítulo, se realiza a apresentação das contradições que aparecem no debate. Sobre a generalização da superexploração da força de trabalho e sua extensão aos países centrais. Aqui, faz-se um recorrido pelas obras de Marini, Adrián Sotelo Valencia, Jaime Osorio e Marcelo Dias Carcanholo que apontam elementos para o debate sobre a generalização da superexploração e sua extensão a países centrais.

O estudo é encerrado com as principais conclusões da pesquisa.

## 1 TRANSFERÊNCIA DE VALOR E A DESACUMULAÇÃO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL

[...] as relações entre a economia brasileira e o imperialismo não são relações unilaterais de acumulação ou de desacumulação, mas ambas as coisas, num entrelaçamento extremamente dúplice. O que se manifesta no plano das relações entre a burguesia nacional e o imperialismo, ao mesmo tempo associativas e contraditórias (GORENDER, 1978, p. 65).

A transferência de mais-valor promove a desacumulação das economias dependentes, na medida em que a riqueza produzida internamente é apropriada por capitais externos. A manifestação da transferência de mais-valor se apresenta nas economias dependentes sob diversas formas, podendo se expressar via deterioração dos termos de troca, remessa de lucros, dividendos e juros, pagamento de *royalties* e renda diferencial (DOS SANTOS, 1978; LUCE, 2017).

O predomínio dessas formas depende de um conjunto de fatores e revela o modo como os países dependentes inserem-se no mercado mundial, subordinados à lógica de reprodução do capital internacional. As formas de manifestação da transferência de mais-valor estão, portanto, determinadas pelos componentes históricos, dados pelas mudanças nos padrões de reprodução do capital, de acordo com os ciclos econômicos e políticos. Não estão descartadas as decisões políticas e econômicas dos Estados dependentes, que conformam suas formas de intervenções públicas e são determinantes para a reprodução de seus padrões de acumulação.

Nesse sentido, a problemática da dependência determinada pela transferência de mais-valor acentua as vulnerabilidades estruturais das economias dependentes, no que diz respeito à forma de inserção no mercado mundial e à intervenção pública. Portanto, é relevante entender as formas aparentes da transferência de mais-valor, para assim obter elementos que indiquem como a reprodução do capital internacional subsume a reprodução dos capitais de economias dependentes, apropriando-se da riqueza produzidas nesses territórios.

Dessa forma, o presente capítulo percorrerá a construção da categoria transferência de mais-valor em *O Capital*, de Marx, para assim elucidar quais são os elementos explicativos e os níveis de abstração que o autor usou para construí-la. Também buscar-se-ão interpretações marxistas sobre as formas de expressão da transferência de mais-valor, com foco na leitura feita pela teoria marxista da dependência, além de outras contribuições marxistas, encontrando subsídios para

entender a deterioração dos termos de troca, uma das formas de transferência de mais-valor e sua manifestação na economia brasileira.

Finalmente, o estudo buscará relacionar a transferência de mais-valor e o imperialismo, como fase histórica que potencializa a exportação de capitais para países dependentes, sob a forma de investimentos estrangeiros diretos e em carteira. Aqui, serão buscados elementos que ilustrem as características da transferência de mais-valor que ocorre atualmente nas economias dependentes. Com esse propósito, encontra-se, neste capítulo, o estudo mais detalhado sobre a remessa de lucros, juros e dividendos da economia brasileira para o exterior, expressão atual da transferência de mais-valor desse país.

### 1.1 A CONCORRÊNCIA CAPITALISTA: PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DE RIQUEZA E TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR EM *O CAPITAL*, DE MARX

Marx (2015) parte do entendimento de que o capital não se apropria de todo o mais-valor produzido na sua relação de exploração com a força de trabalho. Para o autor, o capital pode se apropriar de uma quantia maior de mais-valor do que ele mesmo produziu, por meio da relação de concorrência entre vários capitais.

Nesse sentido, analisando o capital industrial, Marx (2017) formula o esquema de concorrência para esclarecer a dinâmica do processo de transferência de mais-valor entre capitais do mesmo setor e entre capitais de setores diferentes. O autor parte do pressuposto de que a concorrência no sistema capitalista ocorre de maneira distinta quando analisada entre setores ou dentro de um mesmo setor. Para esse exercício teórico, Marx (2015) articula a formação dos preços de produção com as diferentes composições orgânicas dos setores produtivos envolvidos.

A análise da concorrência entre capitais do mesmo setor e entre capitais de setores diferentes produzem efeitos distintos. O motivo dessa diferenciação deve-se ao fato da concorrência produzir dois movimentos de equalização desiguais. Dessa forma, as diferenças entre as dimensões da concorrência referem-se não apenas à forma como é operacionalizada a concorrência, mas, principalmente, aos resultados que ambos os níveis de análise oferecem.

Para os capitais dentro de uma mesma indústria – concorrência intrassetorial –, o processo concorrencial, o lucro extraordinário e a relação com a produtividade serão os pontos-chave. Para compreender a forma como se produz a concorrência intrassetorial,

pode-se supor a composição de uma indústria, constituída por três capitais que produzem a mesma mercadoria, porém com distintos níveis de produtividade. Cada capital produz de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário conforme seu nível de produtividade.

Neste exemplo hipotético, o capital mais produtivo produz em menos tempo de trabalho, enquanto que o menos produtivo gasta mais tempo na produção de suas mercadorias. A diferenciação dos níveis de produtividades entre as empresas faz com que os capitais produtivos, aqueles que produzem em menos tempo, que contêm menos valor, apropriem-se de parte do mais-valor produzido em capitais menos produtivos. Para Miranda (2017, p. 69), “[...] os diferenciais na produtividade do trabalho aplicado nos distintos capitais correspondem à essência das transferências de mais-valor”.

Na concorrência intrasetorial, todas as empresas do setor buscam estabelecer o valor individual de suas mercadorias abaixo do valor social – valor de mercado –, com o objetivo de apropriar-se de mais-valor extra e obter lucros extraordinários. A corrida por aumento de produtividade e pela possibilidade de ganhos extras faz aumentar a quantidade de mercadorias produzidas pelo setor. O excesso de mercadorias incha o mercado e rebaixa os preços das mercadorias a um nível inferior aos valores individuais, resultando na redução da taxa de lucro do setor.

Há, portanto, dois efeitos decorrentes da concorrência intrasetorial. Primeiro a forma como ocorre a produção e apropriação de valor entre as empresas, dado que empresas mais produtivas se apropriam de valores produzidos por empresas menos produtivas. Além da transferência de valor entre empresas, a concorrência intrasetorial incorre em redução do preço e, por conseguinte, queda do lucro individual. Para Marx (2015), devido ao processo de concorrência em busca do mais-valor extra, as empresas procuram incessantemente aumentar sua produtividade. A corrida pelo aumento da produtividade promove a queda do valor de mercado das mercadorias, devido ao excesso de produção. Esse resultado está relacionado à primeira lei geral do processo de produção da riqueza descrita por Marx em *O Capital*.

Enquanto isso, para os capitais em diferentes esferas de produção – concorrência intersetorial –, o processo concorrencial tende a equalizar as taxas de lucro setorial, formando a taxa de lucro média. Entre os resultados derivados da concorrência intersetorial, podem-se observar dois efeitos que estão intrinsecamente relacionados: as transferências de valores entre setores e a formação do lucro médio.

Para compreender a forma como acontece a concorrência intersetorial, deve-se partir da análise da composição orgânica dos capitais e seus diferenciais de produtividade. Marx inicia essa discussão no Livro I (MARX, 2015, L.I), quando assinala que a composição técnica consiste em um “fundamento técnico” atrelado ao desenvolvimento das forças produtivas, que será a base da composição orgânica. Já no Livro III, Marx esclarece que: “Chamado de *composição orgânica* do capital a composição de valor do capital, na medida em que esta é determinada por sua composição técnica e a reflete” (MARX, 2017, L. III, p. 180).

Analisando as diferentes composições dos capitais em diversos ramos da produção, Marx (MARX, 2017, L. III) desconsidera as taxas de mais-valor em diferentes países e os distintos graus de exploração do trabalho, para mostrar como se forma a taxa de lucro geral de um país. O autor se dedica a examinar a diversidade da composição orgânica dos capitais e os diferentes tempos de rotação. Marx aponta que a composição orgânica da totalidade dos capitais se trata da média do capital total investido e não de especificidades dos capitais individuais. Dessa forma, o autor assinala que:

[...] quando falamos de composição ou de rotação do capital em determinado ramo da produção, estamos sempre tratando da relação média normal do capital investido nesse ramo da produção e, em geral, da média do capital total investido nessa esfera determinada, e não das diferenças acidentais entre os capitais individuais nela investidos (MARX, 2017, L.III p. 179).

Marx fará um exercício teórico, demonstrando a divisão entre capital constante e capital variável de diferentes capitais<sup>7</sup>, ressaltando que “A diferente composição orgânica dos capitais é, pois, independente de sua grandeza absoluta. A única coisa que importa é quanto de cada 100 representa capital variável e quanto representa capital constante” (MARX, 2017, L. III, p. 183).

A desigualdade na magnitude do capital variável e capital constante, em cada capital investido, produz magnitudes diferentes de mais-valor, dado que são empregadas quantidades diferentes de trabalho vivo<sup>8</sup>. A diferença na composição orgânica dos

---

<sup>7</sup> Segundo Marx (2017, L.III p. 183): “Diferença entre os exemplos é unicamente que, no segundo caso, a equalização entre A e B exigiria apenas uma variação de valor do capital constante, seja de A, seja de B, permanecendo invariável a base técnica; no primeiro caso, ao contrário, a base técnica varia nas duas esferas da produção, o que significa que teria de ser revolucionada para que fosse possível uma equalização”.

<sup>8</sup> Nessa análise, Marx está pressupondo que as mercadorias são vendidas por seus valores.

capitais incidirá na variação da taxa de lucro, que corresponde ao percentual que o mais-valor representa no capital total.

Por meio do exemplo de Marx ilustrado no Quadro 1, pode-se compreender como a magnitude do capital adiantado resulta em diferenças entre as taxas de lucros nacionais. Segundo o exemplo, no país asiático onde se emprega pouca maquinaria, a taxa de lucro será maior que a do país europeu, mesmo quando a taxa de mais-valor seja maior no país europeu – 100% – que a do país asiático – 25%. Além da magnitude do capital adiantado, a rotação do capital nas distintas esferas da produção será o outro determinante na diferença entre as taxas de lucro<sup>9</sup>.

Quadro 1– Diferença de composição orgânica e taxas de lucro

	Valor do produto	Taxa de mais-valor	Taxa de lucro
País europeu	$84c+16v+16m=116$	100%	$16/100=16\%$
País asiático	$16c+84v+21m=121$	25%	$21/100=21\%$

Fonte: Marx, 2017, L. III, p. 185.

No estudo sobre a formação da taxa geral de lucro – taxa média de lucro – e a transformação de valores em preços de produção (MARX, 2017, Livro III), Marx ressalta que a composição técnica depende da relação entre a força de trabalho empregada e a massa e preço dos meios de produção. A partir dessa constatação, Marx simula a formação do preço de produção em um exemplo ilustrado na Tabela 1, no qual participam capitais com diferentes composições orgânicas.

Os capitais com composição orgânica alta auferem maior diferença entre o preço das mercadorias – preço de produção – e o valor das mercadorias, que, no exemplo de Marx ilustrado na Tabela 1, serão os capitais IV e V. Já os capitais II e III do mesmo exemplo serão aqueles que, devido à baixa composição orgânica, conseguem preço de produção ao valor das mercadorias ou abaixo dele. Assim, o autor constata que algumas

<sup>9</sup>Nas palavras de Marx (2017, L.III, p. 188): “Demonstramos, pois, que em diversos ramos da indústria, em correspondência com a diferente composição orgânica dos capitais, e dentro dos limites assinalados, também em relação a seus diferentes tempos de rotação, prevalecem taxas desiguais de lucro, razão pela qual, com igual taxa de mais-valor, somente quando se trata de capitais de igual composição orgânica – pressupondo-se tempos de rotação iguais – é que se aplica a lei (de acordo com a tendência geral) de que os lucros são diretamente proporcionais às grandezas dos capitais e, por isso, que capitais de mesma grandeza geram lucros de igual grandeza em intervalos de tempo iguais”.

mercadorias são vendidas acima do seu valor e outras são vendidas abaixo<sup>10</sup>. Nas palavras de Marx:

Em consequência da composição orgânica dos capitais investidos em diferentes ramos de produção – portanto, devido à diferente porcentagem representada pelo capital variável num capital total de dada grandeza –, capitais de igual grandeza mobilizam quantidades muito distintas de trabalho, apropriam-se também de quantidades muito diferentes de mais-trabalho ou produzem massas muito diferentes de mais-valor (MARX, 2017, L.III, p. 192).

Tabela 1– Transformação de valores em preços de produção

Capitais	Mais-valor	Taxa de lucro	Valor das mercadorias	Preço de custo	Preço das mercadorias	Diferença entre o preço e o valor
I. 80c+20 v	20	20%	90	70	92	+2
II. 70c+30 v	30	30%	110	81	103	-8
III. 60c+40 v	40	40%	131	91	113	-18
IV. 85c+15 v	15	15%	70	55	77	+7
V.95c+5v	5	5%	20	15	37	+17
Total:390c+110v	110	110%	-	-	-	-
Média:78c+22v	22	22%	-	-	-	-

Fonte: Marx, 2017, L. III, p. 191.

Nota: Taxa de mais - valor = 100%.

Preço de custo = capital constante + mais-valor.

Valor das mercadorias= capital constante + capital variável + mais-valor.

Preço das mercadorias (preço de produção) = preço de custo + lucro médio (22%).

A diversidade das composições orgânicas, apresentadas no exemplo de Marx, revela como os diferentes níveis de produtividade determina a formação de taxas de lucro distintas. Já a taxa geral de lucro depende também da composição orgânica dos capitais nas diferentes esferas da produção, mas igualmente, depende da distribuição do capital social total para cada esfera. Portanto, o que determinará a taxa geral de lucro é a magnitude do capital total, dado que, segundo Marx:

[...] quando um capitalista vende sua mercadoria a seu preço de produção, ele retira dinheiro em proporção à grandeza de valor do capital por ele consumido na produção e extrai lucro em proporção ao seu capital adiantado, como mera alíquota do capital social total. Seus preços de custo são específicos. O acréscimo de lucro a esse preço de

<sup>10</sup>Marx (2017, L. III, p. 192) esclarece que: “Na soma total, as mercadorias são vendidas a  $2+7+17 = 26$  acima do valor e  $8+18=26$  abaixo dele, de modo que os desvios do preço se anulam reciprocamente mediante a distribuição igual do mais-valor ou do acréscimo do lucro médio de 22 a cada 100 de capital adiantado aos respectivos preços de custo das mercadorias I-V; na mesma proporção em que uma parte da mercadoria é vendida acima de seu valor, outra parte é vendida abaixo”.

custo independe de sua esfera particular de produção, pois constitui simplesmente a média percentual de capital adiantado (2017, L.III, p. 193).

A formação da taxa geral de lucro é o ponto-chave para a compreensão da transferência de valor na teoria de Marx. Segundo o autor, os capitais se movem de um ramo da produção para outro, em busca de taxas de lucros maiores, e será a taxa geral de lucro que determinará este movimento.

A partir da construção teórica de Marx sobre a transferência de mais-valor e a concorrência intercapitalista, destaca-se a importância dos diferentes graus de desenvolvimentos das forças produtivas que permeiam o mercado mundial. Nesse sentido, torna-se relevante o sentido econômico das relações estabelecidas entre países que se inserem de forma distinta no mercado mundial, ou seja, como as condições econômicas de uns e outros determinam-se mutuamente.

## 1.2 TROCA DESIGUAL: EXPRESSÃO CONCRETA DA TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR

A transferência de mais-valor ganha contradições reais na medida em que as relações internacionais avançam. Nas primeiras décadas do século XX, nos marcos da divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento do mercado mundial colocou a troca desigual como expressão concreta das transferências de mais-valor.

Dentro desse desenvolvimento do capitalismo internacional, diversas interpretações teóricas ganharam força, buscando formular análises para entender o comércio exterior envolvendo capitais com distintos níveis de produtividade. Das diversas interpretações, surgiram inúmeras divergências! Contudo, o debate que se produziu à época se propunha a entender os motivos e implicações das relações desiguais existentes nas relações comerciais, estabelecidas no mercado mundial.

Em meio às formulações conceituais, no final da década 1940, Raúl Prebisch (1949) e Hans Singer (1950) apresentaram, em paralelo, uma hipótese que atualmente se conhece como a tese Prebisch-Singer. Para esses autores, as evidências empíricas sobre o comércio entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos indicavam, dentre outros aspectos, que havia uma tendência à deterioração dos termos de troca para os produtos exportados por esses últimos.

Essa deterioração dos termos de troca não seria, segundo essa interpretação cepalina, um fenômeno cíclico, mas uma tendência de longo prazo, ocasionada por três fatores: o primeiro, porque nos países desenvolvidos os frutos do progresso técnico são absorvidos e transformados no aumento da remuneração tanto do trabalho como do capital, gerando, portanto, aumento do valor agregado. O segundo, porque os produtos primários têm elasticidade-renda da demanda inferior ao dos produtos manufaturados e, desse modo, o consumo de produtos primários cresce menos que o dos produtos manufaturados. Finalmente, a deterioração ocorre também quando os países desenvolvidos estabelecem restrições à entrada dos produtos primários em seus mercados internos e passam a estimular a produção nacional, afetando os preços internacionais.

Para Celso Furtado, na obra *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1986), a deterioração dos termos de troca é resultado da rigidez estrutural dos países subdesenvolvidos e da heterogeneidade estrutural destas economias. Para o autor, diante do pouco dinamismo, o comércio exterior não alcança o papel de promotor das mudanças estruturais em países periféricos. Essa limitação deve-se ao fato de, nos marcos da divisão internacional do trabalho, o comércio exterior ser o mecanismo que aprofunda o subdesenvolvimento e a heterogeneidade estrutural.

Em conformidade com essas teses de Prebisch-Singer e Furtado, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) propôs a formação de um setor industrial, como medida necessária para a superação do atraso econômico da América Latina. Partia-se do pressuposto que a conformação de um parque industrial proporcionaria mais crescimento e desenvolvimento que as atividades agrícolas e minerais. A industrialização da América Latina passaria pela atuação do Estado por meio de políticas desenvolvimentistas.

A CEPAL foi o início das primeiras ideias que apresentavam explicações e propostas para o desenvolvimento e crescimento econômicos da América Latina. No entanto, ainda que os diagnósticos revelassem a existência de dependência econômica e política, as medidas econômicas nunca lograram romper o condicionante do sistema centro-periferia.

A formulação teórica de Marini (2005 [1973]) propõe contrapor a interpretação cepalina da deterioração dos termos de troca, oferecendo uma análise a partir da transferência de mais-valor. O autor dedicou-se ao estudo da transferência de mais-valor via troca desigual, para explicar a raiz do processo de dependência. Partindo do

esquema marxiano, Marini explica como se formula o “segredo da troca desigual”, que é o resultado da forma de inserção dos países dependentes no mercado mundial.

Para esse autor, na concorrência intrasetorial, ocorre a aplicação específica das leis de intercâmbio. Por ter maior produtividade do trabalho, uma nação pode possuir preços de produção inferiores aos seus concorrentes, e com isso se favorecer com os lucros extraordinários. Essa forma de concorrência ocorrerá com maior frequência entre nações industriais, devido ao avanço das leis capitalistas de troca. Na concorrência intersetorial, sucede pelo fato de alguns países produzirem bens que os outros não produzem, o que lhes permite fixar preços acima, configurando um intercâmbio desigual, por meio do monopólio da produção e da transferência de mais-valor.

As empresas de baixa composição orgânica e baixa produtividade, própria de empresas de países periféricos, além de não conseguirem criar uma demanda interna para realizar a venda de seus produtos, têm os preços depreciados e desvalorizados, em decorrência do processo de concorrência intrasetorial e intersetorial. Por conseguinte, a deterioração dos termos de troca indica outro aspecto das trocas desiguais, à medida que se trocam mais horas de trabalho por menos horas de trabalho, o que, para Marini (2005 [1973], p. 149), “Trata-se do fato suficientemente conhecido de que o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas tem sido acompanhado da queda dos preços desses produtos, relativamente aos preços alcançados pelas manufaturas”.

A concorrência intrasetorial reduzirá a massa de mais-valia absoluta dos setores de bens-salários, gerada em função de ampliações na produtividade e na concorrência intersetorial para esse setor específico de produção. Portanto, para o setor de bens-salários, existem aspectos das concorrências intrasetorial e intersetorial que determinam que seus preços sejam fixados abaixo do valor de suas mercadorias, sendo decisivos para entender a maneira como os países periféricos estão inseridos no comércio internacional.

Essa forma específica que o capitalismo assume na periferia, uma espécie de “capitalismo incompleto”, que Marini denomina *sui generis* (2005 [1973], p. 138), ocorre porque parte do excedente gerado nesses países é enviada para o centro, devido à troca desigual<sup>11</sup>, e na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, não sendo, portanto, realizada internamente.

---

<sup>11</sup> Marini afirma que não é necessária a existência do intercâmbio desigual para que os mecanismos de extração de mais-valia operem. A simples vinculação ao mercado mundial já desencadeia a busca incessante por lucros, e pela transformação de valor de uso em valor de troca. Isso explica porque, em

Portanto, a recorrente transferência de mais-valor, na qual o mais-valor produzido nos países dependentes é apropriado e acumulado no centro, realizada de diversas formas, impede a acumulação interna de capital nesses países. Para Marini (2005[1973]), os países dependentes compensarão o processo de desacumulação decorrente da forma dependente de inserção no mercado mundial, por meio da superexploração da força de trabalho.

Outras interpretações marxistas sobre a deterioração dos termos de troca e as trocas desiguais foram formuladas, muitas vezes, em paralelo, ou em sequência. Esses esforços representaram contribuições críticas ao paradigma político e ao tipo de desenvolvimento nacional que foi proposto nos anos 1960 e 1970.

Entre essas interpretações, está a de Arghiri Emmanuel (1972), formulada também nos anos 1960. Para esse autor, existe uma disparidade, não entre os produtos industrializados e produção primária exportadora como a tese de Prebisch-Singer, mas entre os países centrais e periféricos. A disparidade existente entre economias faz com que a periferia transfira mais-valor aos países centrais pelos mecanismos de mercado, devido aos salários extremamente baixos pagos nessas economias subdesenvolvidas.

Com essa argumentação, Emmanuel conforma a tese da “troca desigual”, que em essência revela que a exploração de classes dentro de cada estado foi fortalecida pela exploração dos países do sul pelos países do norte. A tese da troca desigual de Emmanuel influenciou significativamente os estudos da Teoria da Dependência. Nota-se destacadamente essa influência na tese de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” preconizada por André Gunder Frank (1967), e na tese de Marini (2005[1973]) sobre a transferência de mais-valor dos países dependentes para os centros.

A troca desigual também foi abordada por Theotonio dos Santos e obteve destaque no livro *Imperialismo e dependência* (1978). Nessa obra, o autor demonstra que as causas da troca desigual ocorrem devido à existência de monopólios no mercado mundial, conformados por grupos localizados nos países centrais, com o apoio dos Estados imperialistas. Dessa forma, as trocas desiguais devem-se a uma questão de poder econômico, e não propriamente de restrições no âmbito da produção de cada país.

Dos Santos (1978) afirma que, devido às trocas desiguais, os países dependentes continuamente exportam mercadorias, com alta produção de mais-valor. Nesse mesmo

---

alguns momentos históricos em que o intercâmbio desigual não acontece, os mecanismos de extração de mais-valia continuam existindo.

movimento, importam mercadorias que, em grande medida, são de alta intensidade tecnológica e, portanto, com baixa produção de mais-valor. Dessa forma, os países dependentes enviam para o exterior valores produzidos internamente, transferindo mais-valor sem contrapartida.

Outra contribuição crítica às causas e conseqüentes da troca desigual foi elaborada por Samir Amin, em *El desarrollo desigual* (1986). Para o autor, a troca desigual ocorre devido ao controle de preços pelos monopólios e pelos baixos salários pagos nas economias periféricas. Segundo o autor, a função do modo de produção na periferia era fornecer mão de obra barata ao centro, por meio da imigração. Nesse sentido, as economias periféricas foram desarticuladas porque orientavam a produção de acordo com as necessidades do centro, sendo essencialmente fantoches do capitalismo central (AMIN, 1986, p. 162). Amin destaca que a África Subsaariana foi o caso paradigmático dessa situação.

Finalmente, Ernest Mandel foi outro autor que também dedicou esforços para entender a dinâmica das assimetrias existentes no mercado mundial. No livro *El capitalismo tardío* (1979), Mandel assinala que o mercado mundial dependia da articulação de modos de produção diferentes, entre formas pré-capitalistas subordinadas e o modo capitalista dominante. Diante dessa conformação do mercado mundial, o autor afirma que a troca desigual torna-se a principal forma de exploração dos países periféricos e contribui para bloquear o desenvolvimento capitalista nessas economias.

Mandel (1979) destaca também que os países periféricos produzem mais-valor acima da magnitude produzida nos países centrais. Essa condição da relação entre capital e trabalho deve-se ao fato dos países periféricos empregarem, em média, mais força de trabalho que os países centrais. Desse modo, por meio da troca desigual, transfere-se ao centro grande parte do excedente produzido pela força de trabalho empregada nos países periféricos.

De forma geral, a troca desigual é abordada como o resultado das assimetrias do mercado mundial, no qual se inserem países com diferentes graus de produtividade e diversos níveis de incorporação tecnológica na produção. Nessa acepção, configura-se nas trocas internacionais, de um lado, países com superioridade em termos de tecnologia e produtividade, e de outro, países com reduzida capacidade produtividade e baixa incorporação tecnológica.

Existem, no entanto, divergências entre as abordagens marxistas e a cepalina sobre os aspectos essenciais da troca desigual. Os teóricos cepalinos restringem suas

análises à dimensão dos preços, e aos efeitos deletérios da circulação de mercadorias com baixa incorporação tecnológica. Enquanto que, para os teóricos marxistas, a troca desigual é uma das expressões da transferência de mais-valor. Dessa forma, a troca desigual não se refere propriamente à desigualdade no intercâmbio, mas sim aos ganhos e perdas a partir da diferença na produção de mais-valor pelo trabalho concreto de cada país.

Torna-se relevante ressaltar que as diferentes interpretações sobre as causas e efeitos da troca desigual também oferecem sentidos econômicos distintos. Para nós, o significado da troca desigual está relacionado às determinações econômicas estabelecidas entre a transferência de mais-valor e a produção de mais-valor, por meio de aumento da exploração da força de trabalho. Nesse sentido, a troca desigual deve estar conectada às distintas formas de inserção dos países no mercado mundial, cuja produção e circulação de mercadorias ocorrem em condições diversas.

### 1.3 O “SEGREDO DAS TROCAS DESIGUAIS”: O CASO BRASILEIRO

Para materializar a discussão da troca desigual, buscar-se-ão na realidade econômica do Brasil elementos que revelem o comportamento das relações de troca estabelecidas no comércio exterior. Por meio da análise do índice da relação de termos da troca, é possível verificar se os resultados positivos nas relações comerciais internacionais permitiram um avanço para a superação das trocas desiguais. O índice dos termos de troca é a taxa na qual as exportações são trocadas por importações, dada pela razão entre o índice de preços das exportações – ou o valor unitário médio – e o índice de preços de importações – ou o valor unitário médio. Uma melhoria nos termos de troca corresponde ao aumento da relação. Assim, um determinado volume de exportações permite comprar um volume maior de importações. Se a taxa for maior que 100, há ganhos nos termos de troca.

Segundo Gonçalves (1982), em estudo que buscou analisar os índices dos termos de troca do Brasil entre 1850 e 1979, há deterioração secular dos termos de troca na economia brasileira no período analisado. O estudo indica que, historicamente, o Brasil registrou perdas nas relações de troca estabelecidas no comércio exterior. Nas palavras do autor:

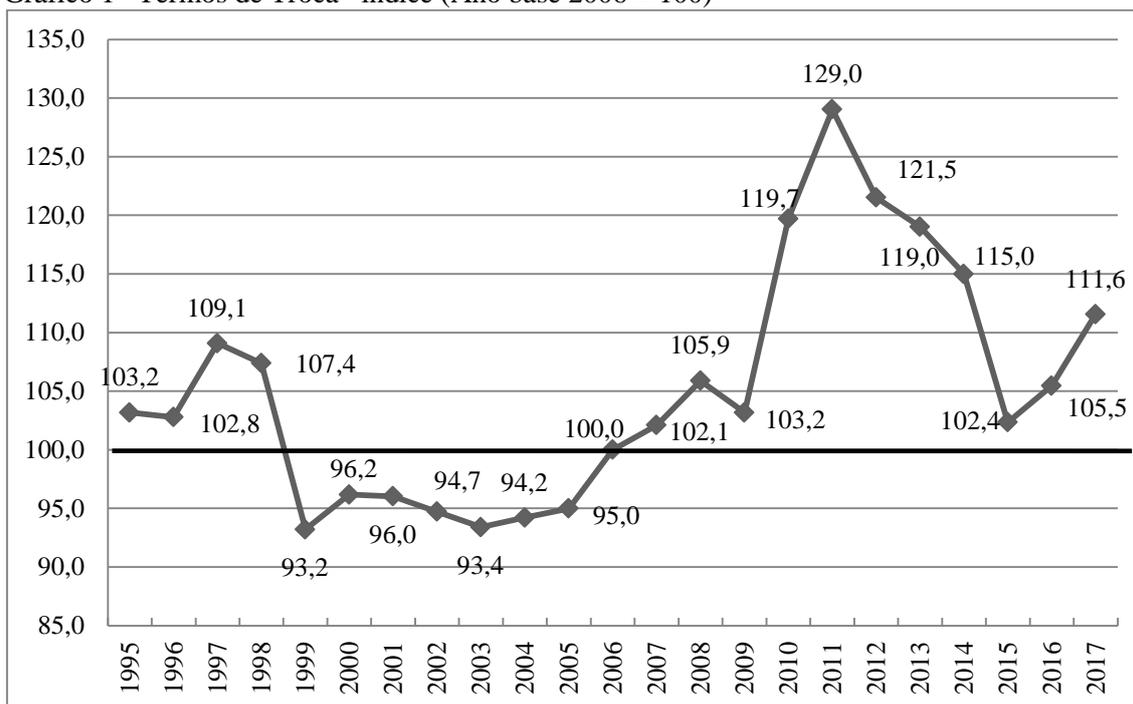
[...] dois subperíodos de tendência ascendente e oito de tendência descendente nos termos de troca na economia brasileira entre 1850 e 1979, mas somente em cinco encontramos coeficientes de regressão significativos ao nível de 5%. Assim, temos os seguintes subperíodos que apresentam uma tendência de deterioração significativa dos termos de troca: 1850/1939, 1850/1945, 1870/1939 e 1850/1979 (o único período no qual encontramos uma tendência ascendente com algum grau de significância foi 1913/79) (GONÇALVES, 1982, p. 122).

No final do século XXI, a economia brasileira tomou novos rumos a partir das políticas econômicas neoliberais, conformadas na abertura comercial e financeira. Esse momento da economia brasileira criou novas tendências na configuração nas relações econômicas internacionais, nas quais, em diversos anos, o país passa a obter ganhos nos termos de troca.

Os dados registrados no Gráfico 1 ilustram a variação do índice dos termos de troca no Brasil, no período de 1995 a 2017. Pode-se inferir que, nos primeiros anos do Plano Real, houve ganhos nos termos de troca. Esse resultado foi interrompido em 1999, quando há reversão na relação entre os preços dos bens importados e dos bens exportados, prolongando-se até 2005 com perdas.

A partir de 2006, o resultado do índice dos termos de troca volta a estar próximo a 100, e inicia uma trajetória de crescimento expressivo em 2010, quando atinge 119,7, seguido de 129 em 2012. Em 2015, novamente o índice de termos de troca volta a estar próximo a 100, registrando 102,4, com leve recuperação nos anos seguintes.

Gráfico 1– Termos de Troca– índice (Ano base 2006 = 100)

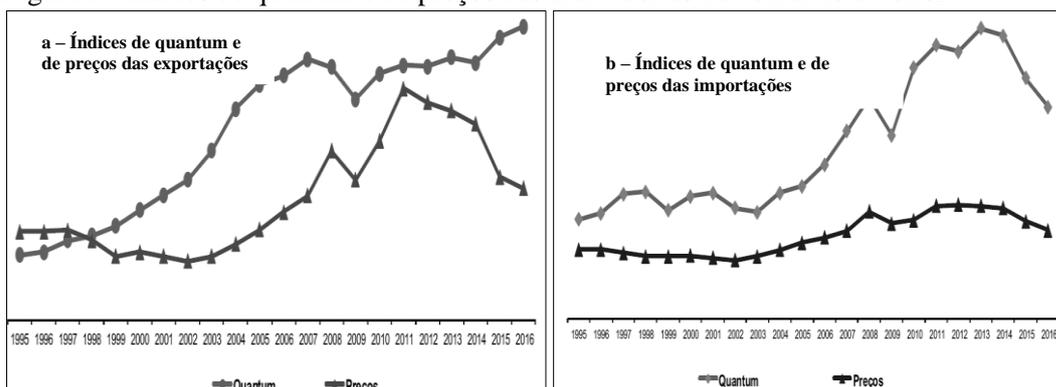


Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

O movimento do índice dos termos de troca no Brasil pode ser mais bem entendido a partir da análise da quantidade e dos preços de mercadorias exportadas e importadas. A Figura 1a indica que os preços das mercadorias exportadas seguiram trajetória crescente após 1999, com inflexão em 2009, quando ocorre a crise. Os preços aceleram o crescimento, em 2010 e 2011, no entanto, a partir de 2012, iniciam trajetória decrescente até 2016, último registro da série. A quantidade de mercadorias exportadas acompanhou o movimento dos preços, na medida em que o aumento dos preços era também seguido por aumento do quantum. Contudo, segundo a Figura 1a, a partir de 2012, quando inicia a trajetória decrescente dos preços, o quantum não acompanha esse movimento, apresentando ao contrário, ligeiro crescimento.

Observa-se que os preços das mercadorias importadas (Figura 1b) apresentaram no período um comportamento mais linear quando comparado aos preços das mercadorias exportadas (Figura 1a). Já as quantidades de mercadorias importadas variaram com quedas em momentos de crise, como em 1999 e 2009, com rápida retomada. Desde 2013, o quantum de mercadorias importadas vem apresentando decréscimo.

Figura 1– Índices de quantum e de preços das mercadorias no comércio exterior

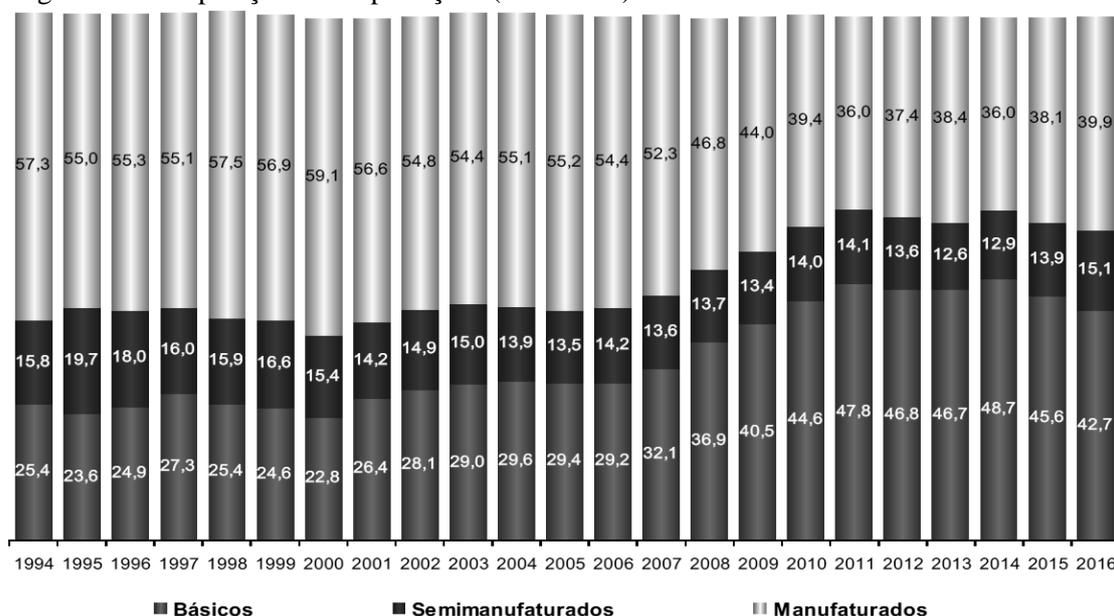


Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Extraído de CRUZ; GOMES, 2017, p. 11 -12.

Analisando a composição das exportações do Brasil, ilustrada na Figura 2, constata-se que até 2009 mais de 50% da pauta foi ocupada por produtos manufaturados. A partir de 2010, os produtos básicos tornam-se a parcela majoritária da pauta. Essa trajetória está em contínuo crescimento desde 2007, de modo que os produtos básicos vem mantendo-se à frente dos produtos manufaturados e semimanufaturados até 2016.

Figura 2 – Composição das exportações (% do total)



Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Extraído de CRUZ; GOMES, 2017, p.15.

As mudanças na economia brasileira decorrentes das políticas econômicas neoliberais impuseram oscilações dos preços e quantidades dos produtos exportados e importados, bem como variações dos índices dos termos de troca. Consta-se que a

queda dos preços dos produtos exportados ilustrada na Figura 1a, somados ao aumento da exportação de produtos básicos (Figura 2), ambos os fenômenos que se desencadeiam a partir de 2010-2011, são os motivos pelos quais o índice dos termos de troca após 2011 comecem a decrescer. Contudo, essa relação não pode ser estendida a todo o período analisado (1994-2017).

A partir da realidade econômica e dos dados analisados, algumas conclusões podem ser apontadas. A princípio, é possível dizer que a pauta de exportação formada por produtos básicos, vendidos no mercado mundial a preços reduzidos, contribui para a redução da relação de preços de produtos exportados e produtos importados, o que revela uma estrutura econômica dependente.

Contudo, os produtos que compõem atualmente a pauta exportadora são produzidos com intensidade tecnológica maior que a condição da produção nos anos 1960 e 1970<sup>12</sup>. Esse fato é determinante para os questionamentos em torno da validade teórica da existência de trocas desiguais na realidade econômica atual<sup>13</sup>.

Porém, ainda que a configuração da produção esteja em nível de produtividade maior, devido à tecnologia incorporada, a dependência de caráter tecnológica permanece. Essa condição ocorre devido ao monopólio das tecnologias concentrado em países do capitalismo central<sup>14</sup> que se evidencia por meio do excessivo pagamento de *royalties*.

Finalmente, soma-se à condição de inserção no mercado mundial a forma como os Estados conformam políticas econômicas direcionadas a fortalecer o capital comercial primário – exportador. Assim sendo, o padrão de reprodução do capital e o modo como a intervenção pública se conforma nos países dependentes reforçam a dependência comercial e tecnológica e potencializam a transferência de mais-valor.

#### 1.4 IMPERIALISMO, EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS E TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR

---

<sup>12</sup> Carvalho (2010, p.88-89) indica a composição da estrutura produtiva setorial nas décadas de 1960 e 1970, na qual predominava a produção de produtos com baixa intensidade tecnológica.

<sup>13</sup> Para conhecimento ver: PALMA, Gabriel. “Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina”. In: FIORI, José Luis (Org.). O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 393-454.

<sup>14</sup> Para conhecimento ver: FARIA, Túlio Chiarini de. “Transferência internacional da tecnologia: interpretações e reflexões. O caso brasileiro no Paradigma das TICs na última década do século XX e no alvorecer do século XXI”. 2014.317f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

No início do século XX, o capitalismo inicia um período de grandes transformações derivadas do advento das sociedades anônimas e da formulação e crescimento do capital financeiro. O capitalismo iniciava, assim, uma trajetória na qual predominavam estruturas monopólicas, em detrimento da dinâmica de livre concorrência. A partir dessas mudanças do capitalismo mundial, desenvolve-se o capitalismo monopolista, segundo estágio da acumulação capitalista, conhecido como um estágio do imperialismo.

Diante das mudanças ocorridas na forma de organização do capitalismo mundial, a tradição marxista levou a cabo interpretações que permitissem entender as causas, a natureza e as possíveis implicações do capitalismo monopolista e do imperialismo. Dessa forma, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Nicolai Bukharin e Vladimir Ilitch Lenin compuseram um grupo diverso, que hoje se conhece por teoria marxista clássica do imperialismo.

Rudolf Hilferding (1985) publica *O capital financeiro*, em 1910, e mostra a relação entre o imperialismo e o processo de monopolização. A nova configuração da economia mundial foi demarcada, segundo Hilferding, pela fusão entre o capital industrial e o capital bancário, formando o que ele chama de capital financeiro. A formação do capital financeiro passou a ser o impulso econômico necessário para a expansão do capital, por meio do imperialismo.

Em *A acumulação de capital*, Rosa Luxemburgo (1985 [1913]), analisando o Livro II de *O Capital*, de Marx, aponta para a impossibilidade de o capital reproduzir-se numa escala ampliada, sem “terceiros mercados”, isto é, sem mercados não capitalistas. Para a autora, esta necessidade de ampliação e conquista de novos mercados deve-se à tendência ao subconsumo, contradição que se desenvolve com o desenvolvimento das forças produtivas. Dessa forma, Luxemburgo caracteriza o imperialismo como uma consequência lógica do processo de acumulação de capital.

Diante da internacionalização do capital, Luxemburgo (1985) afirma que este processo surge como condição vital do capitalismo, pois através das conquistas coloniais a supremacia do capitalismo estaria assegurada. A autora considera que o limite do capitalismo viria quando atingisse todos os interstícios do mundo. Sem “terceiros mercados”, o capitalismo não garantiria a continuidade da acumulação e entraria em uma crise irreversível. Analisando a Primeira Guerra Mundial como resultado da disputa interimperialista que levaria ao fim do capitalismo ou à regressão

civilizacional da humanidade, Luxemburgo lança em 1915 a famosa frase “socialismo ou barbárie”.

Nikolai Bukharin, com a obra *A economia mundial e o imperialismo* (1971[1915]), contribui para a análise do imperialismo, investigando a crescente integração das diferentes economias nacionais em uma economia mundial, nos marcos na divisão internacional do trabalho.

Bukharin (1971) parte do entendimento de que a economia mundial era mais do que a soma das economias nacionais. Porém, a dinâmica da internacionalização do capital ocorria em paralelo às barreiras nacionais de proteção às burguesias nacionais e também ao proletariado. Dessa forma, a guerra interimperialista seria o resultado das diferentes dinâmicas entre capitais nacionais em disputa por espaços internacionais.

Finalmente, entre os autores clássicos que conceituaram o processo do imperialismo, Lenin foi o mais proeminente. Com a obra *O imperialismo, a fase superior do capitalismo* (2012, [1916]), o autor alcançou uma ampla disseminação e influenciou várias gerações de militantes e pesquisadores.

Inicialmente, Lenin (2012) descreve as mudanças políticas e econômicas mais importantes no sistema capitalista mundial, para então analisar as mudanças nas relações internacionais resultantes, por exemplo, o papel desempenhado pelo capital internacional. Por fim, o autor discute as tendências futuras do sistema capitalista em sua fase monopolista e imperialista e seu efeito sobre as economias avançadas.

Em sua análise das mudanças em curso no capitalismo mundial, Lenin (2012, p. 93) conclui que “O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de *mercadorias*. O que caracteriza o capitalismo atual, no qual impera o monopólio, é a exportação de *capital*”. Com essa afirmativa, Lenin demonstrará que o imperialismo enquanto estágio particular do capitalismo conjuga características fundamentais (2012, p. 124):

[...] a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; a conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

No que se refere à exportação de capital, Lenin (2012) demonstra como a formação de monopólios permite o aumento de excedentes de capitais em países avançados, e se desdobra na busca por meios de valorização<sup>15</sup> em outros territórios. Nesse sentido, os países atrasados serão os territórios para os quais a exportação de capitais estará direcionada para os países atrasados.

Lenin (2012) ressalta que a incorporação dos países atrasados ao mercado mundial e o desenvolvimento de infraestruturas internas como ferrovias, e, finalmente, de indústrias, criaram as condições necessárias para que esses territórios fossem potencialmente receptores de investimentos estrangeiros. É nesse contexto de transformações do capitalismo internacional que, segundo Lenin (2012), a exportação de capital ganha relevância, tornando-se uma forma de aumentar a velocidade de rotação do capital. Nas palavras do autor:

A exportação de capitais influencia o desenvolvimento do capitalismo no interior dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso tem lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maior do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo (LENIN, 2012, p. 96).

A exportação de capitais via investimentos estrangeiros torna-se um mecanismo que potencializa as transferências de mais-valor, uma vez que se configura mediante retorno de capitais, na forma de remessa de lucros, juros e dividendos. Desse modo, o imperialismo, impulsionando a exportação de capitais, fortaleceu o capital financeiro, os monopólios e também o capital exportador dos países avançados, e contribuiu para a desacumulação de capital em economias dependentes.

Guiado pela teoria marxista clássica do imperialismo, Theotonio dos Santos (1978), eminente teórico da teoria marxista da dependência, adverte que a exportação de capitais, a partir dos centros imperialistas para o exterior, constitui a essência do imperialismo moderno. Segundo esse autor, o movimento de capitais é guiado pelas taxas de lucros de cada lugar, que, por sua vez, são determinadas por diversas condições estruturais internas. Tais condições se revelam na proximidade em relação às fontes de

---

<sup>15</sup> Segundo Lenin (2012, p. 94): “A necessidade da exportação de capitais se deve ao fato de o capitalismo ‘ter amadurecido excessivamente’ em alguns países, e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carecer de campo para a sua colocação ‘lucrativa’”.

matérias-primas, aos custos de transportes e de financiamentos, às condições de infraestrutura e aos salários pagos à força de trabalho.

Dos Santos (1978) ressalta que a entrada do capital em países dependentes, sob a forma de investimento estrangeiro, é feita com amplo apoio dos Estados. Os benefícios ofertados pelos Estados podem ser através da garantia de infraestrutura necessária, bem como a oferta de financiamentos. Dessa forma, os capitais internacionais encontram condições favoráveis, auferindo lucros e garantindo amplamente sua valorização<sup>16</sup>.

Para Dos Santos (1978), as condições estruturais das economias dependentes, que permitem que os capitais internacionais possam produzir a baixo custo, também não oferecem atrativos para que os lucros sejam reinvestidos nessas economias. Esses recursos não reinvestidos são enviados<sup>17</sup> para os “centros parasitários”, conformando a magnitude da transferência de mais-valor, que, segundo Dos Santos (1978, p. 327, tradução nossa):

[...] funcionam basicamente em uma direção: a exploração direta dos recursos naturais e humanos dos países dependentes, a expropriação dos excedentes apropriados pelas burguesias locais, a captação dos recursos poupados por todos os setores de recursos médios para cima.

As interpretações e caracterizações apresentadas pela teoria marxista clássica do imperialismo sobre o capitalismo monopolista e o imperialismo, obviamente, foram formuladas mediante percepções antagônicas sobre questões conceituais. O amplo debate estabelecido pelos autores em torno dos termos teóricos não deve ser ignorado. No entanto, a teoria marxista clássica do imperialismo, de maneira geral, oferece elementos para entender como o imperialismo se reproduz por meio da exportação de

---

<sup>16</sup> Dos Santos (1978, p. 327, tradução nossa) esclarece que: “O investimento estrangeiro não somente permite controlar diretamente os recursos naturais dos países em que se investe, se não que permite também a apropriar-se diretamente da mais-valia produzida por seus trabalhadores. Da mesma forma, a formação de sistema bancário e de investimentos permite a centralização e apropriação da poupança local. A vinculação e o controle dos Estados locais permite utilizar seu poder de captação de recursos através dos impostos e os colocar ao serviço de seus interesses”.

<sup>17</sup> Para Dos Santos (1978, p. 327, tradução nossa): “Os mecanismos pelos quais se remetem estes lucros aos centros parasitários são múltiplos: seja pela remessa direta dos lucros acumulados (deixando uma pequeníssima parte para a reinvestimento local), seja através de falsos ‘reinvestimentos’ que são enormemente inflados por recursos contábeis, seja através do sobrepreço das mercadorias compradas das matrizes (maquinário para instalar as empresas nos países subdesenvolvidos, matérias-primas e partes utilizadas como insumo quase sempre de montagem final de produtos). Isto sem falar de mecanismos como os serviços técnicos, os royalties e as regalias, que são também formas disfarçadas de envio de lucros”.

capitais<sup>18</sup>. Dessa forma, torna-se imprescindível apreender que é por meio do imperialismo que se cria a condição objetiva necessária para impulsionar a transferência de mais-valor entre países dependentes e centrais, uma vez que os investimentos estrangeiros se realizam através da remessa de lucros, dividendos e juros.

### 1.5 MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA E A TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR DA ECONOMIA BRASILEIRA: FLUXO DE LUCROS, DIVIDENDOS E JUROS

Para alcançar o objetivo do presente capítulo, que busca analisar o aumento das remessas de lucros, dividendos e juros da economia brasileira para o exterior como forma de transferência de mais-valor, faz-se necessária uma pesquisa do movimento de capitais entre o Brasil e o resto do mundo. Nesse sentido, torna-se imperativa a leitura dos registros realizados no Balanço de Pagamentos brasileiro, bem como de outras fontes que oferecem elementos para o comportamento conjuntural desses agregados macroeconômicos.

O desempenho da economia brasileira que se expressa nos agregados econômicos oferece uma leitura conjuntural que não pode estar desassociada da forma como essa economia se insere no mercado mundial. O ponto de partida deve ser a compreensão de que a economia brasileira está estruturalmente construída sob as bases de um modelo de desenvolvimento econômico dependente. Atualmente, esse modelo está constituído pelas políticas econômicas neoliberais, fundamentadas na liberalização e na desregulamentação econômica.

Analisando a conjuntura brasileira e os determinantes estruturais que indicam a forma atual de inserção do Brasil no contexto do capitalismo financeirizado, buscar-se-á

---

<sup>18</sup> No campo do debate marxista contemporâneo sobre o imperialismo, estão sendo estudados novos elementos teóricos para entender a forma como ocorrem as exportações de capitais e a transferência de mais-valor na atualidade. Desse modo, faz-se necessário um estudo que apresente o debate contemporâneo que resgata a teoria marxista clássica do imperialismo, para interpretar as novas configurações do capitalismo. Entretanto, este trabalho não avançará nessa pesquisa, devido à falta de condições para fazê-la de forma precisa. Para conhecimento, sobre autores que realizam esta recuperação ver: HARVEY, David. “O novo imperialismo”. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005; FONTES, Virginia. “Para pensar o capital-imperialismo contemporâneo: concentração de recursos sociais de produção e expropriações”. In: \_\_\_\_\_. “O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história”. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. Ver também: LUCE, Mathias Seibel. “Transferência de valor como intercâmbio desigual”. In: \_\_\_\_\_. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica. Expressão Popular, São Paulo: 2018; LEITE, Leonardo. “O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx”. 2017.354f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

desglosar a transferência de mais-valor por meio da remessa de lucros, dividendos e juros. Será analisado como a participação dos investimentos estrangeiros no passivo externo brasileiro, resultado da absorção de elevados volumes de poupança externa, constitui a forma de ser da dependência do capitalismo brasileiro na contemporaneidade. Portanto, faz-se necessário analisar alguns aspectos que surgem a partir da relação de dependência, como forma de esclarecer quais são os impactos dos investimentos estrangeiros nas economias de países dependentes como o Brasil.

### **1.5.1 Abertura comercial e liberalização financeira externa: impactos na economia brasileira**

No final do século XX, o mundo viu o desenvolvimento do capitalismo se ampliar, por meio da globalização comercial, produtiva e financeira. Esse novo momento da economia mundial foi demarcado pela intensificação do comércio de bens e serviços, pela maior participação internacional das operações produtivas das empresas transnacionais e pela intensa circulação do capital internacional. Esse último aspecto pode ser considerado como a principal característica da nova dinâmica do capitalismo mundial, iniciada a partir da globalização.

Para Chesnais (1996), a intensa circulação do capital internacional, resultado da globalização financeira, foi caracterizada pela conjugação de diversos fatores, entre os quais estavam: a eliminação dos mercados financeiros locais – desregulamentação financeira interna –, a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais – liberalização financeira interna – e a integração dos mercados nacionais aos mercados mundializados – liberalização financeira externa.

Diante da globalização, os países passam a criar condições econômicas internas que permitissem aumentar o grau de abertura externa de suas economias e a desregulamentação de seus mercados, com reduzida participação estatal. Dessa forma, as políticas neoliberais foram formadas em diversos países do mundo, buscando efetivamente desmontar o Estado keynesiano, sob justificativa da necessária concorrência perfeita.

A partir da abertura externa, intensifica-se a abertura comercial, permitindo a livre mobilidade dos fluxos de bens e serviços e a liberalização financeira. Esse novo dinamismo econômico ganha destaque nas políticas econômicas neoliberais e se apresenta como condição necessária para o desenvolvimento econômico, sobretudo em

economias dependentes. Na América Latina, as políticas econômicas neoliberais têm início nos anos 1970, com experiências pioneiras no Cone Sul, durante as ditaduras cívico-militares. Nos anos 1980, o neoliberalismo se acentua na região com os programas de ajustes formulados pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, e se concretiza nos anos 1990, com o Consenso de Washington.

A intensificação da desregulamentação do mercado da maioria das economias mundiais potencializou os fluxos internacionais de capitais e o crescimento de uma forma específica do capital portador de juros: o capital fictício<sup>19</sup>. Essa internacionalização financeira ficou conhecida como globalização financeira ou mundialização financeira (CHESNAIS, 1999).

Segundo Chesnais (1999), pode-se definir a mundialização financeira em três momentos. A primeira etapa – que pode ser considerada como internacionalização financeira direta – consiste no período de 1960 a 1979, e foi demarcada pelo desenvolvimento do mercado de eurodólares<sup>20</sup>. Com o fim do sistema de Bretton Woods<sup>21</sup> em 1971, encerra-se o padrão ouro-dólar e o sistema de taxas de câmbio fixas<sup>22</sup>. A economia americana torna-se uma grande potência mundial, promovendo a expansão internacional de seus bancos e a definição do dólar como moeda de convertibilidade internacional.

A ampliação da circulação de capital pelo mundo gerou instabilidades econômicas e volatilidade nas transações financeiras. Desse modo, em 1973, explode a primeira crise no contexto da mundialização financeira e, em 1979, novamente, o mercado financeiro internacional foi desestabilizado pela ocorrência de uma nova crise financeira.

---

<sup>19</sup> Para Nakatani (2000, p. 214): “Esse conjunto de fontes produziu um crescimento sem precedentes de capital monetário descolado da acumulação real, que busca valorizar-se em uma forma específica do capital portador de juros: o capital fictício. Essa forma do capital tem como característica fundamental seu comportamento especulativo e como objetivo a obtenção de renda sem produção de riqueza material; o que o caracteriza como parasitário”.

<sup>20</sup> Os euromercados são locais onde ocorrem as transações financeiras internacionais, que são realizadas com moedas que não a do país em que se localiza o agente financeiro.

<sup>21</sup> O acordo de Bretton Woods foi assinado em 1944 devido à necessidade de organização econômica e centralização das decisões, depois da crise econômica de 1929, seguida pela Segunda Guerra Mundial. Até Bretton Woods, as economias do mundo estavam sob égide da leitura keynesiana, sendo controladas e determinadas pela forte intervenção do Estado.

<sup>22</sup> Com o fim do sistema de câmbio fixo, surge o mercado de derivativos sobre moedas, com o objetivo de realizar cobertura cambial sobre a volatilidade das cotações, mecanismo que também se desenvolveu para as taxas de juros.

A segunda etapa da mundialização financeira compreendeu o período de 1979 a 1985, e ficou definida pela desregulamentação e liberalização financeira. Além do aumento do fluxo de capitais, essa etapa caracterizou-se pelo processo de securitização das dívidas públicas. O aumento da internacionalização financeira que se verificou no período foi acompanhado pelo crescimento dos fundos de pensão e de fundos mútuos no mercado financeiro. Dessa forma, verificou-se maior participação no mercado, de instituições não bancárias em relação aos bancos.

Durante a segunda etapa de desenvolvimento da mundialização financeira, o excesso de capitais em busca de rentabilidade pelo mundo foi direcionado para empréstimos às economias dependentes. Países como o Brasil, que contraíram dívidas por meio de empréstimos internacionais, tiveram de gerar enormes superávits na balança comercial, para pagar as quantias de juros dos empréstimos adquiridos.

Inicia-se um longo período de crise econômica<sup>23</sup>, que se expressou, por um lado, no fluxo de capitais e, por outro, na crise interna que se manifestava pela hiperinflação. À medida que os países faziam o esforço para manter os superávits na balança comercial como forma de ter recursos para o pagamento dos juros do endividamento externo, ocorria transferência de mais-valor, uma vez que esses países exportavam as mercadorias, recebiam dólares como pagamento e os enviavam sem contrapartida (NAKATANI, 2000).

Finalmente, a terceira etapa da mundialização financeira, que se deu entre 1986 a 1995, é caracterizada pela generalização da arbitragem e a incorporação dos mercados de economias dependentes. Nesse período, ocorrem crises financeiras e cambiais, como a observada no México, em 1994, e o surgimento de inovações financeiras, como os derivativos.

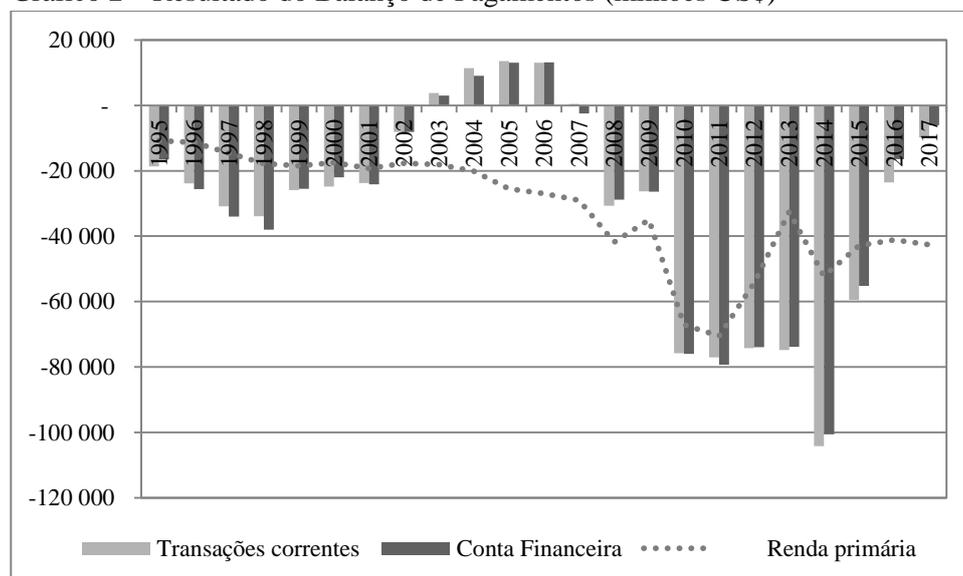
A incorporação dos mercados de economias dependentes no processo de desenvolvimento da mundialização financeira se efetivou mediante a intensificação das políticas econômicas neoliberais. A partir do Consenso de Washington, as políticas econômicas neoliberais e os ajustes econômicos passam a ser propostos aos países dependentes como forma de resolver a crise econômica iniciada na década de 1980, cujo diagnóstico estava baseado no esgotamento do modelo de industrialização via substituição de importações.

---

<sup>23</sup> Para conhecimento sobre a crise da dívida ver: MILLET, Damien; TOUSSAINT, Éric. “50 perguntas 50 respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial”. São Paulo: Editorial Boitempo, 2006.

No Brasil, as políticas econômicas neoliberais foram implantadas com o Plano Real, por meio de um conjunto de políticas econômicas que favoreceram a liberalização comercial e financeira e a privatização de empresas estatais. Entre as políticas econômicas adotadas no Brasil após o Plano Real, esteve a política cambial, de câmbio semifixo e sobrevalorizado. Essa estratégia, conhecida como âncora cambial serviu para conter a inflação, via aumento da oferta de produtos importados no mercado interno. A política fez crescer o déficit na balança comercial do país, que passou a ser coberto por meio de novos empréstimos contraídos no mercado externo e de ingresso de capitais sob a forma de investimentos estrangeiros. O Gráfico 2 demonstra como o déficit em transações corrente foi acompanhado pelo ingresso de capitais na conta financeira, no período entre 1995 a 1999.

Gráfico 2 – Resultado do Balanço de Pagamentos (milhões US\$)



Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos. Elaboração própria.

Nos primeiros anos do Plano Real, a estratégia de política econômica adotada parecia ser um sucesso. O crescimento do PIB e o controle inflacionário aumentaram a credibilidade financeira do país e consolidaram a participação do Brasil no mercado financeiro internacional. No entanto, as sucessivas crises financeiras ocorridas na época<sup>24</sup>, representaram o desequilíbrio dos mercados financeiros frente ao aumento da mobilidade, instabilidade e volatilidade do capital fictício na economia mundial.

<sup>24</sup> Em 1994, ocorreu a crise econômica no México, seguida pela crise econômica no Sudeste Asiático, em 1997, e na Rússia, em 1998.

As instabilidades da liberalização financeira da abertura comercial logo chegaram ao Brasil. Após o ataque especulativo ocorrido entre o final de 1998 e o início de 1999, um forte movimento de queda do real ocorreu no país, resultando em um colapso econômico que ficou conhecido como a crise da desvalorização do real.

Durante a crise, o Banco Central do Brasil (Bacen) abandonou a âncora cambial, passando a operar em regime de câmbio flutuante. O governo brasileiro recorreu ao FMI, mas nenhuma das alternativas dispostas pelo Brasil logrou frear a saída de capitais e recuperar a estabilidade dos mercados. Novamente, como forma de conter a fuga de capitais, o governo lançou mão de diversos instrumentos de política econômica, entre os quais estavam: o aumento da taxa de juros; o aumento do superávit primário, por meio da redução dos gastos públicos; a adoção de metas de inflação; e, por fim, a desvalorização do real frente ao dólar.

Com a mudança no regime cambial e a desvalorização do real em 1999, a balança comercial iniciou um processo de reversão de seus déficits (NAKATANI; OLIVEIRA, 2005, p. 108), afetando positivamente o balanço de pagamento. Em 2003, observou-se uma sensível melhora dos indicadores externos do Brasil. O resultado de transações correntes ficou superavitário entre os anos de 2003 a 2007 (Gráfico 2), depois de um longo período de resultados deficitários.

Os superávits em transações correntes pareciam haver criado uma situação de estabilidade econômica no Brasil. Contudo, permaneciam no país as condições econômicas que revelavam as limitações do modelo de desenvolvimento mantido no período.

Por um lado, o Gráfico 2 ilustra aumento do envio de rendas primárias nos períodos, demonstrando que os compromissos financeiros em pagamentos de juros da dívida externa e remessa de lucros e dividendos cresceram. Por outro lado, a composição das exportações (Figura 2) também revela que o período no qual o Brasil obteve ingresso de rendas pelo comércio exterior foi sustentado por uma pauta exportadora substancialmente composta por produtos básicos. Pode-se inferir que, no período de crescimento do comércio internacional brasileiro, o país manteve as características de uma economia dependente. Assim, quanto mais o Brasil aumentava as exportações, tanto mais crescia a dependência do país.

Esse período, porém, foi interrompido entre 2007 e 2008, quando estourou a crise financeira norte-americana<sup>25</sup>. A crise evidenciou novamente a vulnerabilidade da economia brasileira e sua dependência em relação ao capital externo. A vulnerabilidade está associada à baixa capacidade de uma economia resistir a pressões, fatores desestabilizadores ou choques externos (GONÇALVES, 2006).

Entre os impactos da crise internacional na economia brasileira, esteve a forte queda dos preços das commodities, a retração da demanda internacional e da entrada de capitais estrangeiros. A dependência em relação à dinâmica da economia mundial impôs redução da produção econômica do país, juntamente com o aumento do desemprego.

O governo brasileiro reagiu com políticas de estímulo ao consumo interno (MARQUES; NAKATANI, 2012), no entanto a retomada do crescimento econômico foi pífia. Em 2014, os problemas ocasionados pela crise de 2008 se intensificam, devido ao arrefecimento da economia chinesa e à instabilidade da política nacional. O PIB brasileiro encerrou 2014 com crescimento negativo de 3,5% (IBGE, séries temporais), e desde então a economia brasileira vem passando por um período de estagnação econômica.

Ao observar a vulnerabilidade da economia brasileira frente às flutuações do mercado mundial e a dependência do país em relação aos capitais externos, vale investigar quais são os objetivos dos capitais estrangeiros, quando decidem investir recursos em países dependentes como o Brasil. A totalidade das determinações das decisões de investimentos são tomadas pelas condicionalidades existentes em cada país, que, em geral, estão conectadas com as estratégias do capital internacional<sup>26</sup>.

No caso do Brasil, a baixa remuneração oferecida à força de trabalho e a abundância de matérias-primas e terras são condições econômicas decisivas para a atração de capitais<sup>27</sup>. Não podem ser descartadas a posição estratégica e a facilidade de acesso a mercados vizinhos. Contudo, sob a ordem da mundialização financeira, o

---

<sup>25</sup> Para conhecimento sobre os impactos da crise financeira de 2007-2008, e as medidas anticrises tomadas pelo governo dos Estados Unidos ver: GOMES, Helder ; NAKATANI, Paulo. A natureza e contradições da crise capitalista. *Economia y Desarrollo*, Havana, v. 154, p. 4-22, 2015.

<sup>26</sup> Sobre os aspectos determinantes na tomada de decisões em investimentos, não pode-se perder de vista, a relação existente entre a economia e a política. Tal relação é inerente a cada uma dessas esferas, de modo a demonstrar a necessidade de incorporar os aspectos políticos na análise teórica das políticas econômicas e na interpretação do regime de acumulação em vigor (MENDONÇA, 2000).

<sup>27</sup> Para conhecimento da questão agrária no Brasil na perspectiva da teoria marxista da dependência ver: MOREIRA, Renata Couto; RAMALHO, Claudilene da Costa. Do engenho ao agronegócio: a produção canavieira no Brasil e a dependência em Marini. In: XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013, Belo Horizonte.

Brasil destaca-se pela política monetária de altas taxas de juros, oferecendo rentabilidade elevada a capitais de curto prazo. Dessa forma, deve-se considerar o esforço econômico realizado pelo Brasil para estar em disputa por capitais estrangeiros e ser um polo de atração de investimentos estrangeiros no mercado mundial.

Todas as condições internas, oferecidas pela economia brasileira, devem ser consideradas à luz das estratégias do capital internacional. Tais estratégias determinam o movimento do capital internacional que ora pode estar direcionado para investimentos em infraestrutura, ora para investimentos em produção. Também pode se apresentar na compra de unidades de capital, por meio de fusões ou aquisições. Assim, o movimento dos capitais internacionais é um dos condicionantes de suma importância na tomada de decisões de investimentos.

A abertura comercial e a liberalização financeira externa pressionaram o Brasil a participar da mundialização financeira, adotando medidas econômicas de cunho neoliberal. Assim sendo, a internacionalização da economia brasileira intensificou a vulnerabilidade econômica do país (CARCANHOLO, 2005), expondo a economia às vicissitudes da especulação e às crises econômicas. Também com a abertura comercial e liberalização financeira, intensificou-se a entrada de capitais estrangeiros no Brasil, aumentando a remessas de lucros, dividendos e juros. Desse modo, a incorporação do Brasil na mundialização financeira aumentou o escoamento da riqueza produzida no país, por meio da transferência de mais-valor para o exterior. A magnitude desse processo será detalhada nos itens subsequentes do presente capítulo.

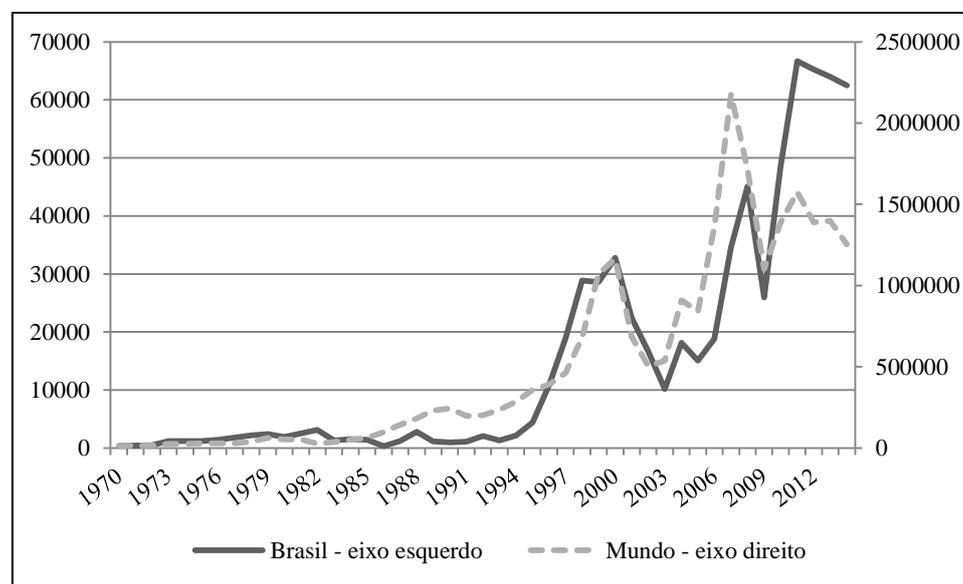
### **1.5.2 Investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira de 1994 a 2017**

Inicialmente, devemos entender que o fluxo de investimento direto estrangeiro no Brasil está condicionado pela dinâmica da produção da economia mundial. Em momentos de crescimento econômico, os investimentos estrangeiros diretos no mundo são alavancados, e, nos períodos de declínio econômico, o fluxo desses investimentos é retraído.

O Gráfico 3 ilustra o comportamento do fluxo de investimentos estrangeiros no mundo e no Brasil, onde se pode notar que houve retração dos investimentos estrangeiros tanto Brasil, quanto no mundo, como resposta às crises econômicas nos anos 1999, 2002 e 2008. O comportamento dos investimentos estrangeiros no Brasil,

como componente reflexivo da economia mundial, indica o nível de vulnerabilidade dessa economia a choques externos (CARCANHOLO, 2005).

Gráfico 3– Fluxo de Investimentos Estrangeiros Diretos – Entrada – Brasil e Mundo (1997-2014 – milhões US\$)



Fonte: Bacen – Balanço de Pagamentos Série BPM5 e UNCTAD.  
Elaboração própria.

Conforme Nakatani e Marques (2013)<sup>28</sup>, o fluxo de investimentos estrangeiros pode ser dividido em dois momentos. O primeiro momento foi caracterizado pela entrada de capitais por meio da privatização de empresas estatais<sup>29</sup>, que se inicia na segunda metade dos anos 1990. Nesse período, o volume de capitais que entraram no Brasil por meio das privatizações seguiu a extraordinária expansão do fluxo internacional de capitais, e foi direcionado para financiar o déficit em conta corrente do país. Para Marques e Nakatani (2013), o processo de privatização<sup>30</sup> pode ser dividido

<sup>28</sup> Para Marques e Nakatani (2013, p.76): “No período em análise, o afluxo de capitais estrangeiros tem dois momentos bem demarcados: aquele da segunda fase da privatização das empresas estatais, quando sua participação na compra desses ativos atingiu 53%, e aquele mais recente, associado ao aumento da liquidez mundial e à relativa taxa de juros praticada no país, em um primeiro momento, e ao crescimento das dificuldades das economias centrais frente ao impacto da crise econômica, em um segundo momento. Entre 1994 a 2011, o *fluxo de IED líquido* no país elevou-se, fantasticamente, de US\$ 2.150 milhões para US\$ 66.660 milhões”.

<sup>29</sup> Segundo Marques e Nakatani (2013, p. 71): “Até 1994, a presença do investidor estrangeiro na privatização foi bastante pequena, não superando 5% do total da receita derivada da venda das empresas. No segundo período, no entanto, essa participação subiu para 53%. Essa maior presença do capital estrangeiro no processo de privatização manifestou-se no aumento do fluxo do investimento estrangeiro direto (IED) na conta capital e financeira do balanço de pagamentos”.

<sup>30</sup> Marques e Nakatani (2013, p. 71) destacam que: “Durante o governo Lula, as privatizações não pararam, embora tenham sido marginais frente ao volume privatizado anteriormente. Entre outras, as

entre os períodos de 1990 a 1994 e de 1995 a 2002, conforme explicam na seguinte citação:

No primeiro, que compreende os governos Collor e Itamar, foram privatizadas 33 empresas, com destaque para o setor siderúrgico (64%) e petroquímico (22%), resultando em US\$ 11.874 milhões (produto da receita da venda e da dívida transferida). No segundo período, passaram para o setor privado 35 empresas, entre as quais a Companhia Vale do Rio Doce,10 resultando em US\$ 93.424 milhões. É neste segundo período que, além dos setores já afetados, foram incluídos o elétrico, o financeiro e as concessões das áreas de transporte, rodovias, saneamentos, portos e telecomunicações. Nesta segunda fase, as empresas afetadas eram de infraestrutura / serviços (80% – elétrico, telecomunicações, transporte, portuário, financeiro, gás e saneamento e informática), da indústria (14% – petroquímica, petróleo e mineração), sendo 6% de empresas de vários setores de atividade, onde o Estado detinha participação minoritária. Em relação ao setor do petróleo, embora a Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A) ainda seja considerada uma empresa estatal, em 2000, foi vendida uma quantidade de ações ordinárias no mercado nacional que excedia o mínimo necessário à manutenção do controle acionário pelo Estado e, em 2001, ações preferenciais nominativas no mercado internacional (NAKATANI; MARQUES, 2013, p. 71).

O segundo momento da entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil inicia-se a partir de 2009. Nesse período, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos para países da periferia aumentou devido às instabilidades dos mercados dos países centrais e pelas mudanças nas estratégias do capital internacional.

Nessa dinâmica do fluxo de capitais internacionais, o Brasil passa a ocupar uma posição de destaque como receptor de investimentos estrangeiros diretos (UNCTAD, séries temporais). Em 2010, o país ocupou a terceira posição no ranking mundial de receptores de investimentos estrangeiros diretos, e quarta posição em 2011 e 2012.

O Gráfico 4 ilustra a composição dos investimentos estrangeiros diretos, formada por operações intercompanhias e investimentos com participação no capital. As operações intercompanhias podem ocorrer por meio de créditos da matriz à filial, da filial à matriz ou entre companhias que possuem o mesmo controlador. Já os investimentos com participação no capital representam as fusões e aquisições de empresas por parte do capital externo e implicam a transferência patrimonial de empresas públicas e privadas.

Na série do Gráfico 4, nota-se que, a partir de 2009, houve aumento na participação do ingresso de recursos estrangeiros, sob a forma de fusões e aquisições.

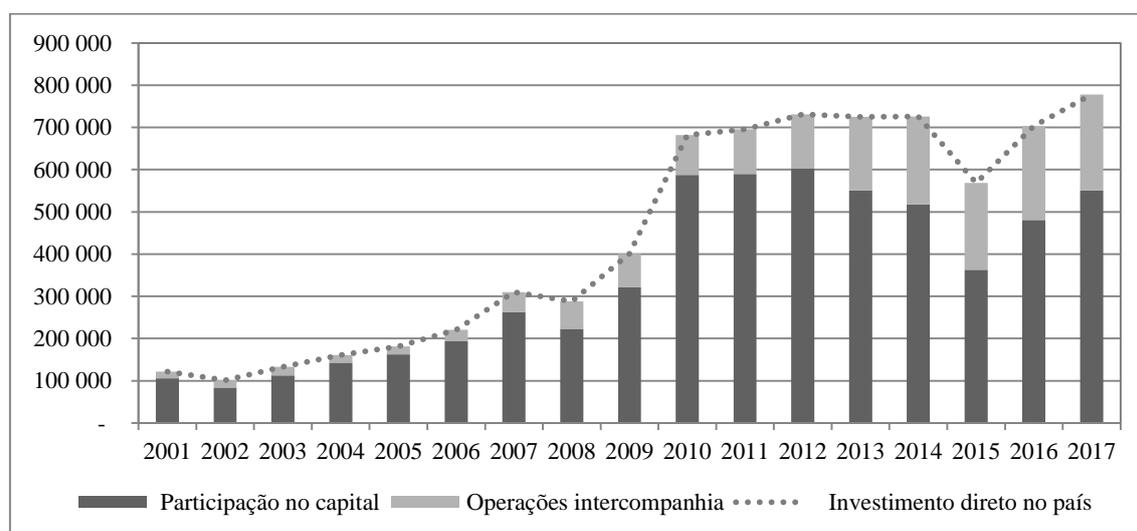
---

privatizações foram de rodovias federais (saindo vitorioso nos leilões de concessão o grupo espanhol OHL), da Ferrovia Norte – Sul (concedida à Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce), bancos, hidrelétricas e linhas de transmissão”.

Do ponto de vista da acumulação de capital, as fusões e aquisições aumentam a concentração e centralização de capital, intensificando as relações de dependência econômica. Essa transferência patrimonial das empresas para o exterior intensifica a dependência à medida que aumenta a associação do capital nacional com o capital estrangeiro. A partir dessas mudanças, as decisões relativas à produção passam a ser controladas pelo capital externo.

Revela-se também o aumento dos empréstimos intercompanhias a partir da série do Gráfico 4. Os empréstimos intercompanhias oferecem maior flexibilidade, por não haver restrições e exigências de uma redução de capital. Por outro lado, a remuneração em juros por vezes se torna mais segura do que o retorno em lucros, e evita perdas em função dos rendimentos das empresas e das oscilações cambiais. Dessa forma, as empresas estrangeiras aumentaram a preferência por aportar recursos através de empréstimos intercompanhias, em lugar da participação direta em capital.

Gráfico 4– Composição dos investimentos estrangeiros direto (estoque passivo US\$ milhões valores de dezembro de cada ano)



Fonte: Banco Central do Brasil – Posição internacional de investimentos. Elaboração própria.

No que se referem ao total dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos, os dados disponibilizados pelo Banco Central e apresentados na Tabela 2 indicam que o fluxo dessa modalidade de investimento saltou de US\$ 4,3 bilhões, em 1995, para US\$ 70,3 bilhões, em 2017, um aumento de 16,3%. No período de 1995 a 2005, o fluxo acumulado de investimentos estrangeiros recebidos foi de US\$ 207,9 bilhões. Já no período de 2006 a 2017, que abarca a grande parte dos anos de governos do Partido dos

Trabalhadores (PT), o acumulado foi de US\$ 812,5 bilhões, aumento correspondente a 291%.

O fluxo de investimentos estrangeiros diretos apresentou variações, com rupturas expressivas a partir das crises econômicas em períodos como 1999, 2002 e 2008. Nesse período, como demonstrado pelos dados da Tabela 2, houve retração dos investimentos estrangeiros no Brasil, reforçando a dependência do país em relação aos ciclos de liquidez internacional. No entanto, a recuperação do volume de investimentos diretos estrangeiros, depois da crise de 2008, foi relativamente rápida e começa em 2010, registrando US\$ 88,4 bilhões, e esse crescimento se mantém desde então (Gráfico 4).

Tabela 2 – Fluxo de investimentos estrangeiros diretos (US\$ milhões)

Ano	Investimento direto	Investimentos diretos no exterior	Investimentos diretos no país
1995	-3 309	1 074	-4 383
1996	-11 261	- 469	-10 792
1997	-17 877	1 116	-18 993
1998	-26 002	2 854	-28 856
1999	-26 888	1 498	-28 386
2000	-30 498	2 497	-32 995
2001	-24 715	-1 489	-23 226
2002	-14 108	2 479	-16 587
2003	-9 894	229	-10 123
2004	-8 339	9 822	-18 161
2005	-12 550	2 910	-15 460
2006	9 380	28 798	-19 418
2007	-27 518	17 061	-44 579
2008	-24 601	26 115	-50 716
2009	-36 033	-4 552	-31 481
2010	-61 689	26 763	-88 452
2011	-85 091	16 067	-101 158
2012	-81 399	5 208	-86 607
2013	-54 744	14 942	-69 686
2014	-71 140	26 040	-97 180
2015	-61 200	13 518	-74 718
2016	-65 432	12 816	-78 248
2017	-64 064	6 268	-70 332

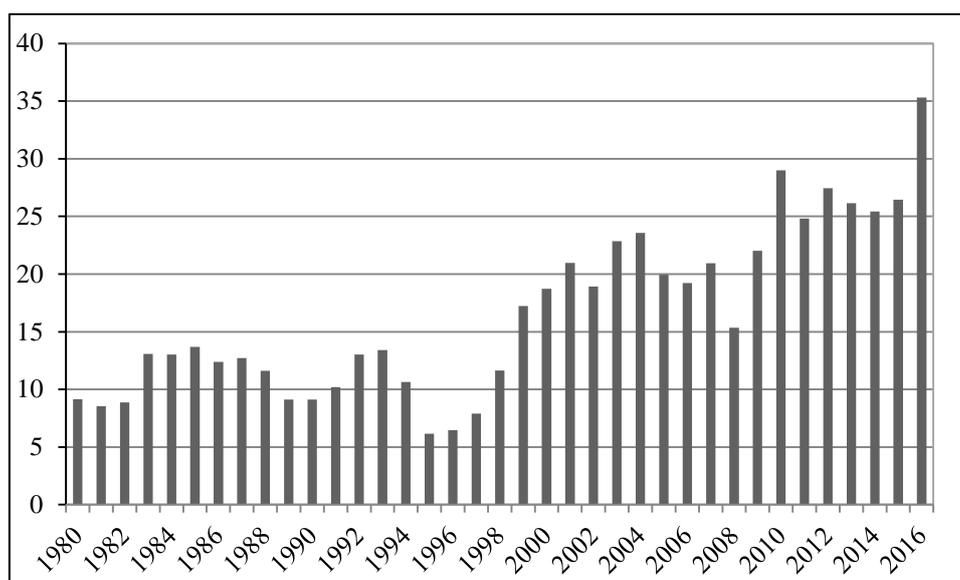
Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos. Elaboração própria.

A partir de 2004, os investimentos do Brasil em outros países e regiões do mundo iniciam uma trajetória crescente. De acordo com os dados da Tabela 2, em 2006, 2008, 2010 e 2014 o fluxo de investimentos diretos no exterior foi, respectivamente, da ordem de US\$ 28,7 bilhões, US\$ 26,1 bilhões, US\$ 26,7 bilhões e US\$ 26 bilhões.

O aumento dos investimentos estrangeiros diretos no exterior esteve circunscrito nas políticas do Estado brasileiro, durante os governos do PT que intensificaram a integração econômica regional com a América Latina, com extensão à África, aumentando os investimentos nesses territórios. Dessa forma, promoveram-se planos de desenvolvimento econômico em benefício das empresas brasileiras com operação no exterior.

Ainda que os investimentos brasileiros no exterior tenham ganhado destaque na última década, o fluxo de investimentos estrangeiros que entram no Brasil compõe a maior parte do passivo externo do país. Conforme os dados ilustrados no Gráfico 5, em 2016, a entrada de investimentos estrangeiros representou 35% do PIB. Como pode ser observado no Gráfico 5, o peso dos investimentos estrangeiros diretos no PIB começa a ascender em 1995. No entanto, será a partir de 2003 que essa relação se instala acima de 20% sem retroceder nos anos subsequentes, com exceção de 2008. Esses resultados demonstram a representação da dependência econômica do Brasil em relação a essa forma de investimento.

Gráfico 5 – Porcentagem de Investimentos estrangeiros diretos recebidos em relação ao PIB (preços correntes – estoque %)

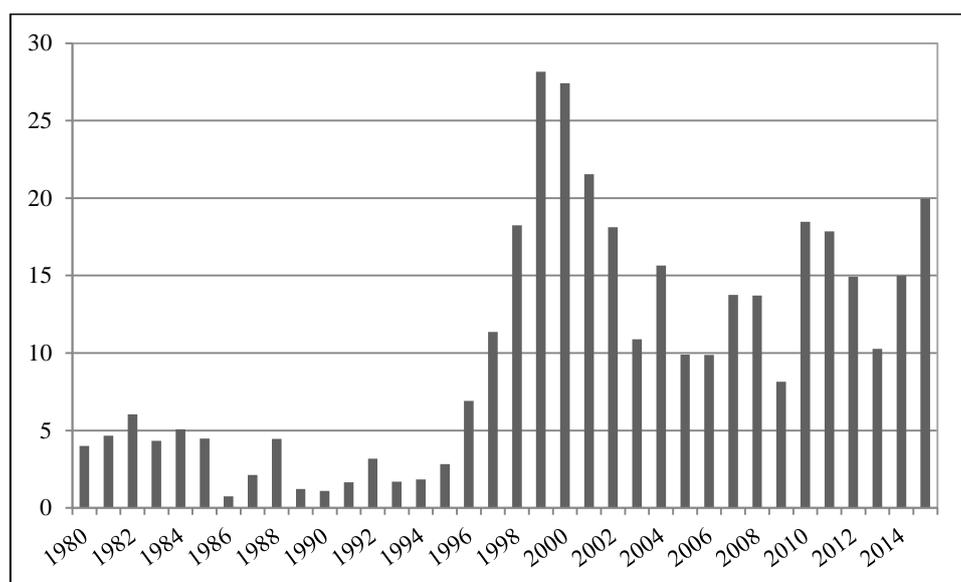


Fonte: UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. Elaboração própria.

A importância dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil também se expressa na participação do capital estrangeiro nos investimentos na economia brasileira sob a forma de formação bruta de capital fixo. O Gráfico 6 demonstra que, em 2015, 20% da formação bruta de capital fixo no Brasil foram compostos por investimentos estrangeiros diretos. Em 1999 e 2000, os registros foram de 28% e 27%, respectivamente, ocasionados pelo aumento das privatizações.

O indicador da relação entre o investimento estrangeiro direto e a formação bruta de capital fixo tem apenas o objetivo de ilustrar uma avaliação temporal da crescente importância dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos. Porém, o indicador não oferece uma leitura completa, dado que uma parcela significativa dos investimentos estrangeiros diretos tem-se destinado às aquisições e fusões.

Gráfico 6– Porcentagem de investimentos estrangeiros diretos recebidos em relação à formação bruta de capital fixo (preços correntes – estoque) %



Fonte: UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. Elaboração própria.

Tomando como referência os setores da economia que mais recebem investimentos estrangeiros diretos, verifica-se, com os dados da Tabela 3, que o setor de serviço detém a maior participação dos capitais estrangeiros que entram no país, apresentando crescimento ao longo da série. O aumento do volume de investimentos estrangeiros nesse setor deve em grande medida pelo crescimento do setor em virtude do aumento de atividades terceirizadas. A agricultura, pecuária e extrativa mineral, por outro lado, tiveram uma perda da presença deste tipo de financiamento. A indústria,

finalmente, obteve variações, mas a tendência foi a redução da entrada de investimentos estrangeiros nesse setor.

Tabela 3– Investimento direto por setor de atividade econômica

Ano	Agricultura, pecuária e extrativa mineral	Indústria	Serviços
2010	16%	39%	45%
2011	15%	39%	47%
2012	12%	41%	47%
2013	12%	41%	46%
2014	12%	39%	48%
2015	10%	37%	53%
2016	8%	37%	55%

Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Nota: Dados extraídos das Notas Financeiras referentes a Investimento direto no País – Participação no capital.

A análise do impacto dos investimentos estrangeiros diretos sobre a geração de emprego e renda pode ser ilustrada pelo volume de demanda por trabalho das empresas estrangeiras. Segundo dados analisados por Gonçalves (2011), oferecidos pelo Censo de capitais estrangeiros no país (Bacen – séries temporais), nos anos 1995, 2000 e 2005 houve pouca participação das empresas estrangeiras na geração de empregos no país, a despeito do crescimento desses capitais na economia brasileira. Também analisando o Censo de capitais estrangeiros no país (Bacen – séries temporais), os registros demonstram que é baixo o percentual de tributos pagos por empresas multinacionais que operam no Brasil.

As contas de transações correntes de empresas multinacionais que operam no Brasil e comercializam mercadorias no mercado mundial oferecem elementos ilustrativos para entender o impacto dessas empresas na economia brasileira. A Tabela 4 aponta que o saldo da balança comercial dessas empresas variou nos anos da série. Em 1995, 2000 e 2005, o saldo da balança comercial de bens e serviços foi superavitário, enquanto que, em 2010 e 2015, o resultado se inverte.

Tabela 4– Empresas com capital estrangeiro resultado de transações correntes (em US\$ milhões)

Discriminação	1995	2000	2005	2010	2015
Exportação de bens e serviços	21745	33250	64966	86607	65925,2
Importação de bens e serviços	19371	31553	45451	95924	75502,5
Balança comercial de bens e Serviço de Empresas de IDP <sup>31</sup> (saldo)	2374	1697	19515	-9317	-9577,3
Renda de investimento direto do Balanço de Pagamentos (saldo)	-2545,4	-3238,9	-10302	-51410	-21276
Transações correntes	-171,36	-1541,9	9212,67	-60727	-30853

Fonte: Banco Central do Brasil: Censo de Capitais Estrangeiros e Balanço de Pagamentos. Elaboração própria.

Entre os efeitos econômicos que os investimentos estrangeiros criam nas economias dependentes, a remessa de lucros, dividendos e juros é notoriamente um dos fatores que evidenciam as contradições existentes no processo. Na série apresentada na Tabela 4, o resultado do saldo das rendas de investimento direto do Balanço de Pagamentos foi deficitário, impactando no resultado do saldo de transações correntes. Nesse sentido, parte dos rendimentos obtidos nas relações comerciais de empresas é enviada na forma de lucros, dividendos e juros. Dedicaremos uma análise pormenorizada do impacto dessa contrapartida na economia brasileira, no próximo item.

### 1.5.3 Transferência de valor sob a forma de remessa de lucros, dividendos e juros de investimentos estrangeiros diretos

Os registros feitos pelo Banco Central do Brasil ilustrados na Tabela 5 indicam que, desde 1995, a remessa de lucros, dividendos e juros de investimentos estrangeiros diretos vem apresentando crescimento. Esse movimento está condicionado pelas estratégias criadas pelo capital internacional, além de condições internas criadas pela política econômica nacional.

Em 2005<sup>32</sup>, a remessa de lucros e dividendos de investimentos estrangeiros diretos alcança o maior patamar do período de 1995 a 2005, atingindo US\$ 9,1 bilhões.

<sup>31</sup> Significa o saldo da Balança Comercial de bens e serviços de Empresas que recebem Investimentos Diretos no País (IDP).

<sup>32</sup> Sobre essa condição dos investimentos estrangeiros diretos, vale esclarecer que: “[...] o resultado do ano de 2005 foi influenciado em grande medida pela Lei de Repatriação dos Estados Unidos (Homeland Investment Act), que vigorou até o final de 2005, a qual concedia benefícios fiscais (redução do ônus tributário dos usuais 35% para 5,25%) para as empresas americanas que repatriassem lucros e dividendos de suas subsidiárias no exterior (B. Sobeet, 2006)” (STOCCO; DIAS; FIGUEIREDO, 2011, p.8).

Em 2008, em plena crise econômica mundial, o montante de lucros e dividendos remetidos foi de US\$ 25,3 bilhões, com decréscimo no ano seguinte, e nova recuperação em 2011, quando o registrado foi de US\$ 27,4 bilhões.

Tabela 5– Composição da remessa de rendas de investimentos estrangeiros diretos (despesas em US\$ de milhões)

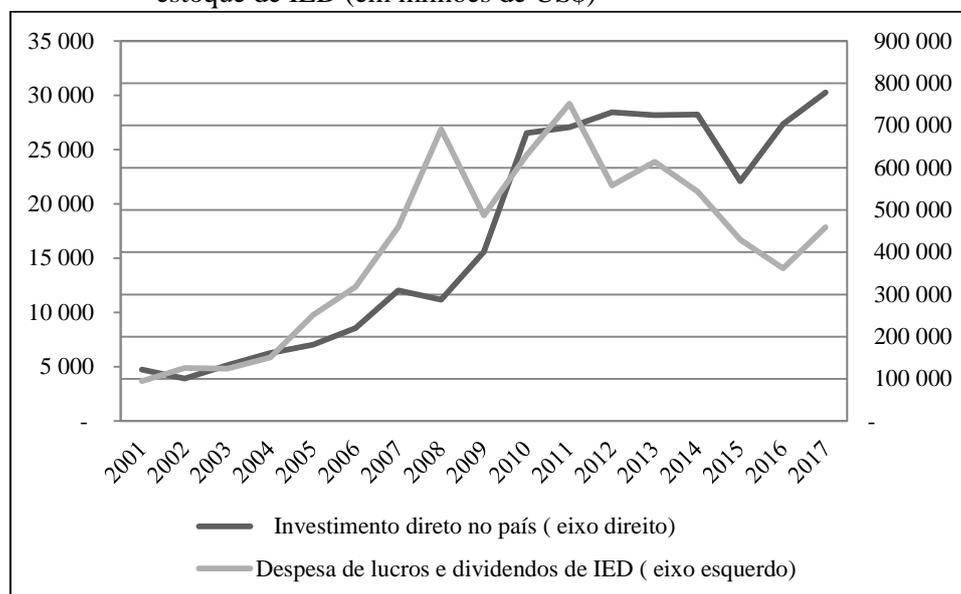
Anos	Rendas de investimentos estrangeiros diretos	
	Lucros e dividendos remetidos	Juros de operações intercompanhia
1995	1 818	375
1996	1 295	390
1997	3 845	612
1998	4 673	812
1999	2 832	929
2000	2 173	1133
2001	3 438	1303
2002	4 034	1058
2003	4 076	1148
2004	4 937	1050
2005	9 142	1253
2006	11 445	1526
2007	16 745	1794
2008	25 348	1898
2009	17 765	2077
2010	23 616	2814
2011	27 417	4024
2012	17 212	3178
2013	19 283	4371
2014	19 811	3970
2015	14 046	4706
2016	8 866	5541
2017	13 359	7153

Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos. Elaboração própria.

No Gráfico 7, constam o volume de investimentos estrangeiros diretos e de remessas de lucros e dividendos de investimentos estrangeiros diretos, no período de 2001 a 2017. A partir desses dados, pode-se inferir que, de maneira geral, há uma tendência de relação direta entre o aumento do estoque de investimentos estrangeiros

diretos e o aumento das remessas de lucros e dividendos referentes a essa modalidade de investimentos.

Gráfico 7– Despesas com remessas de lucros e dividendos relacionados ao IED  
estoque de IED (em milhões de US\$)



Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos. Elaboração própria.

No Brasil, diversos fatores impulsionaram o aumento da remessa de lucros e dividendos, entre os quais se destaca a isenção de cobrança imposto de renda da pessoa física, sob essas formas de rendimento. Essa medida foi tomada em 1995 (BRASIL, 1995), com a justificativa, à época, de que era uma maneira de evitar que o lucro já tributado na empresa, que paga imposto de renda da pessoa jurídica, fosse novamente taxado quando se convertesse em renda pessoal, com a distribuição de dividendos<sup>33</sup>.

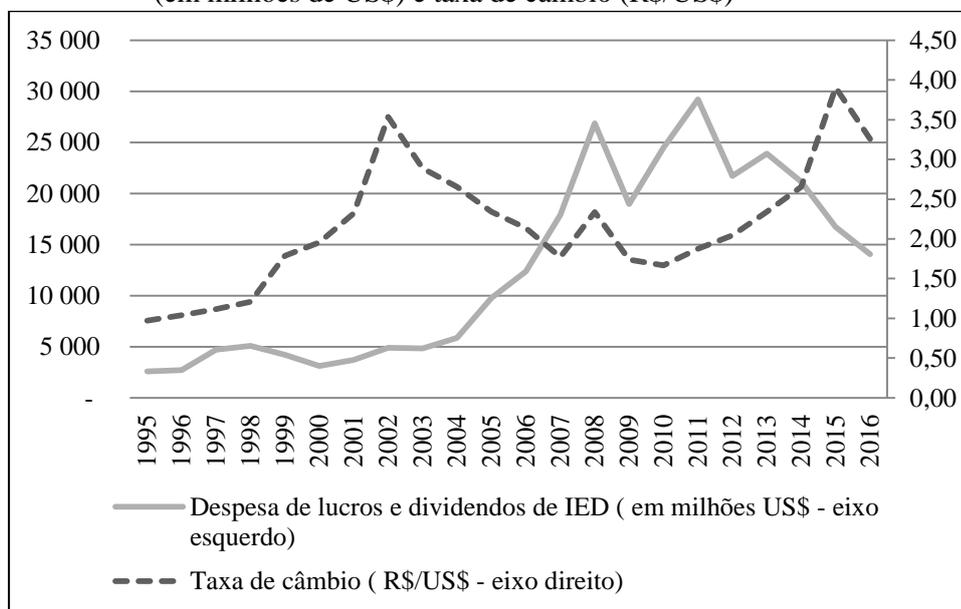
A taxa de câmbio também é uma variável que interfere diretamente sobre o montante de remessas de lucros e dividendos, de maneira que, quanto mais valorizada estiver a moeda nacional, maior será o fluxo de envio de lucros e dividendos ao exterior. Como os lucros e dividendos são gerados em reais, uma possível valorização cambial tenderia a aumentar o valor em dólares das remessas desses rendimentos. Já uma eventual desvalorização cambial pode ser um desincentivo para a realização das remessas.

O Gráfico 8 ilustra o movimento das remessas de lucros e dividendos de investimentos diretos e da taxa de câmbio nominal entre o real e o dólar norte-

<sup>33</sup> GOBETTI (2018) demonstra que o Brasil perde, anualmente, receita de R\$60 bilhões, por isentar a cobrança de imposto de renda a pessoa física, de lucros e dividendos.

americano. A série demonstra que, de maneira geral, há uma tendência de relação direta entre a valorização do real frente ao dólar e o aumento do repatriamento de lucros e dividendos.

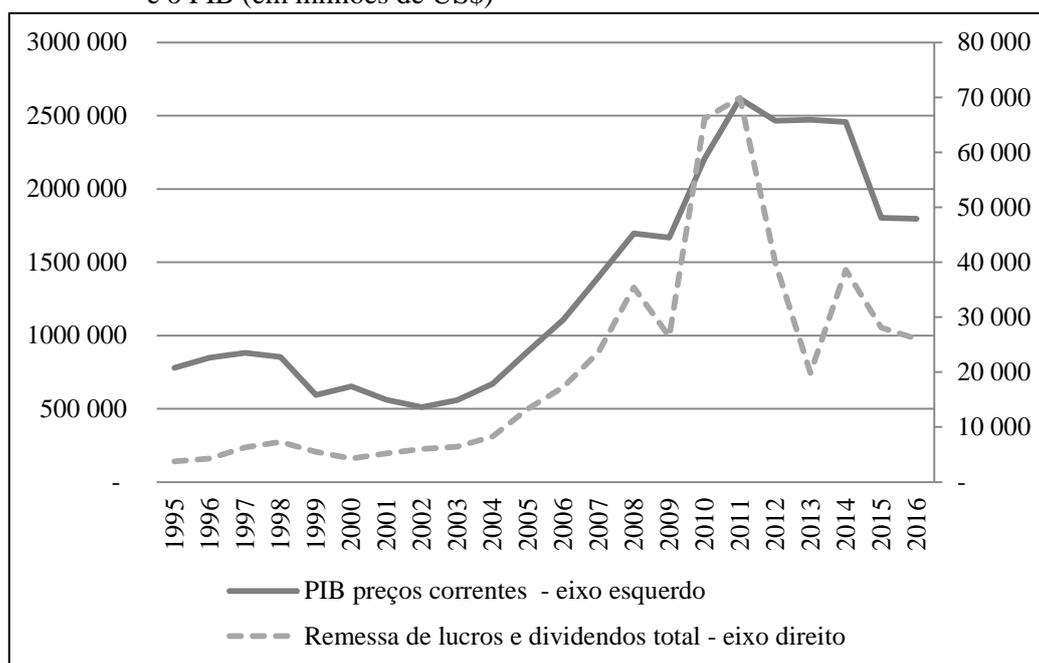
Gráfico 8– Despesas com remessas de lucros e dividendos relacionados ao IED (em milhões de US\$) e taxa de câmbio (R\$/US\$)



Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos e IPEA. Elaboração própria.

Finalmente, no que tange ao efeito da atividade econômica sobre as remessas de lucros e dividendos, o Gráfico 9 mostra que, de maneira geral, há uma tendência de relação direta entre as remessas e o crescimento do PIB. Ao longo do período 1995 a 2016, o crescimento econômico e o dinamismo das atividades refletido na taxa de PIB foram acompanhados pelo aumento das remessas de lucros e dividendos ao exterior.

Gráfico 9– Despesas com remessas de lucros e dividendos relacionados ao IE total e o PIB (em milhões de US\$)



Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos e UNCTAD. Elaboração própria.

A Tabela 5 também demonstra que os juros pagos a operações de crédito intercompanhia passaram a ter destaque no conjunto dos movimentos de capitais, a partir dos anos 2000. Em 2013, registraram-se US\$ 4,3 bilhões de juros pagos a operações de crédito intercompanhia e, em 2017, enviaram-se US\$ 7,1 bilhões, o maior montante registrado no período. Essa forma de remuneração vem aumentando a dívida externa do país, e, em geral, os recursos são captados via emissão de títulos de dívida privada (Bacen, 2015).

Do ponto de vista das determinações econômicas internas, a entrada de investimentos estrangeiros diretos surtiu dois efeitos. Por um lado, não diversificou o parque produtivo do país. Por outro lado, fortaleceu a pauta exportadora de produtos básicos, favorecidos pela taxa de câmbio desvalorizada. Esse fator deve-se à necessidade de manter as reservas internacionais em moeda estrangeira, elevadas. Desse modo, o Brasil intensificou, a partir do Plano Real, a política cambial com o dólar desvalorizado, em função da geração de superávits na balança comercial.

Finalmente, vale destacar que o envio de rendas sob a forma de lucros, dividendos e juros também teve de ser compensado pela atração de outras formas de investimentos. Entre essas, destacam-se os investimentos em carteira, que são atraídos mediante oferta de alta rentabilidade através de taxas de juros elevadas.

Na próxima seção, será analisada a evolução recente dos investimentos estrangeiros em carteira. Constará a apresentação do crescimento de instrumentos financeiros, tais como ações, debêntures e outros títulos de dívida públicos e privados, emitidos tanto no mercado local quanto no exterior.

### **1.5.4 Investimentos estrangeiros em carteira na economia brasileira de 1994 a 2017**

Embora de natureza mais volátil que o investimento estrangeiro direto, o investimento estrangeiro em carteira no Brasil, também conhecido como investimento em *portfólio*, manteve-se em patamares elevados no período recente, consistindo em uma importante fonte de financiamento das transações correntes do país. Tal movimento de capitais por meio de investimentos estrangeiros em carteira constitui a maior parte do fluxo de capitais especulativos parasitários que circula no Brasil (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999).

O crescimento dos investimentos estrangeiros em carteira no Brasil acompanhou a tendência mundial de investimentos nessa modalidade. Conforme os dados ilustrados no Gráfico 10, mundialmente a movimentação de capitais na forma de investimento em carteira atingiu, em 2016, US\$ 52,3 trilhões. Com a crise financeira de 2008, a movimentação de investimentos em carteira no mundo se retraiu 21%, de 2007 a 2008. Todavia, em 2009, o fluxo de capitais foi rapidamente recuperado.

No Brasil, o Gráfico 10 indica que o crescimento da movimentação de investimentos em carteira sofreu uma ruptura em 2007, seguida por retomada em 2009, com 115% de crescimento em relação a 2008, recuperando a trajetória crescente após a crise internacional. A rápida recuperação da movimentação de capitais estrangeiros na conta de investimentos em carteira do Brasil deveu-se à política monetária baseada em alta taxa de juros<sup>34</sup>. Em 2010, 2011 e 2012, a movimentação dessa modalidade de investimentos ultrapassou o montante de US\$ 500 milhões, o que representou US\$ 2,1 milhões de volume de negócios por dia<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> A taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, já nasceu alta, oscilando ao sabor de crises internas e externas que sacudiram o Brasil. Durante o governo da presidente Dilma Rousseff, a taxa Selic foi rebaixada, como forma de estimular o crédito e fomentar os investimentos. Porém, ainda assim, o Brasil permaneceu na lista de nações que convivem com os maiores juros reais do mundo.

<sup>35</sup> Em 2010 e 2012, houve 253 dias úteis.

Gráfico 10– Fluxo de Investimentos Estrangeiros em Carteira – Entrada e saída – Brasil e Mundo (2001-2017 – milhões US\$)

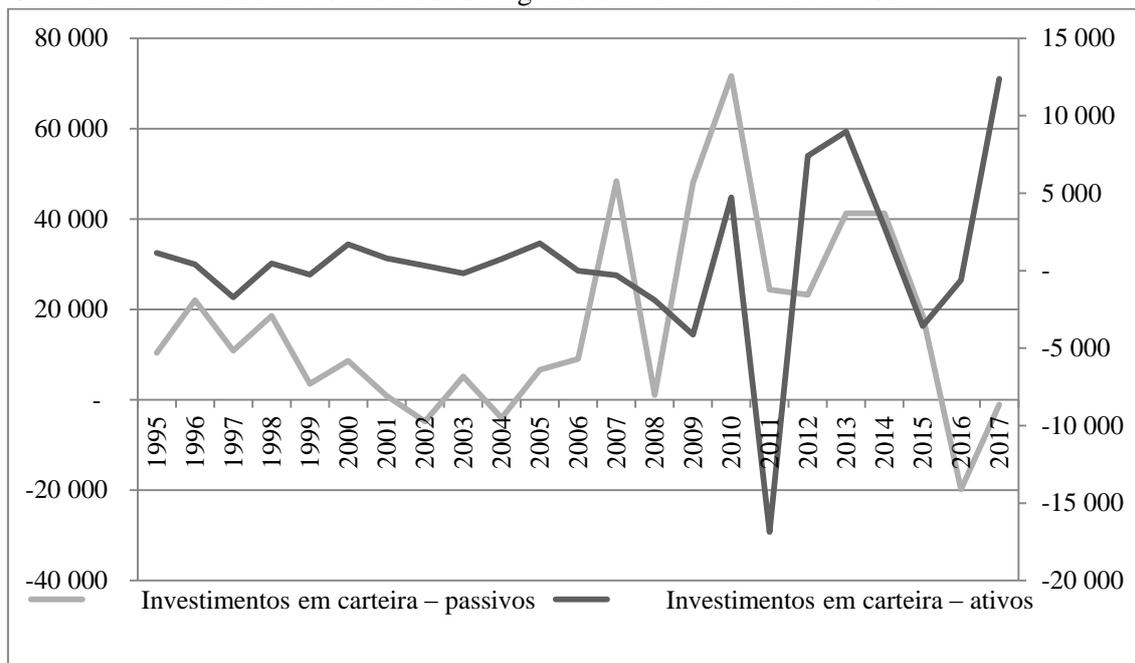


Fonte: Fundo Monetário Internacional. Elaboração própria.

A movimentação de investimentos estrangeiros em carteira não ocorre de maneira linear e homogênea. O Gráfico 11 demonstra a expressiva volatilidade do fluxo de investimentos estrangeiros em carteira, no que diz respeito à entrada e saída dessa modalidade de capitais na economia brasileira.

No caso brasileiro, a volatilidade dos fluxos de investimentos estrangeiros em carteira é parte da condição de uma economia dependente, sujeita às mudanças súbitas das estratégias do capital financeiro internacional. Nesse sentido, o fluxo de investimentos estrangeiros em carteira no Brasil é altamente especulativo, e é frequente a fuga de capitais desse tipo, gerando instabilidade econômica e perdas de riqueza do país.

Gráfico 11 – Fluxo de investimentos estrangeiros em carteira – entrada e saída



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Analisando a composição dos investimentos em carteira que entraram no Brasil de 2002 a 2017, delineada no Gráfico 12, constata-se que há crescimento, a partir de 2010, no volume de negociações de ativos de renda fixa<sup>36</sup> variável em reais. Esses ativos são compostos por títulos de dívida pública denominados em reais, o que revela o aumento dessa forma de empréstimo adotada pelo Estado brasileiro.

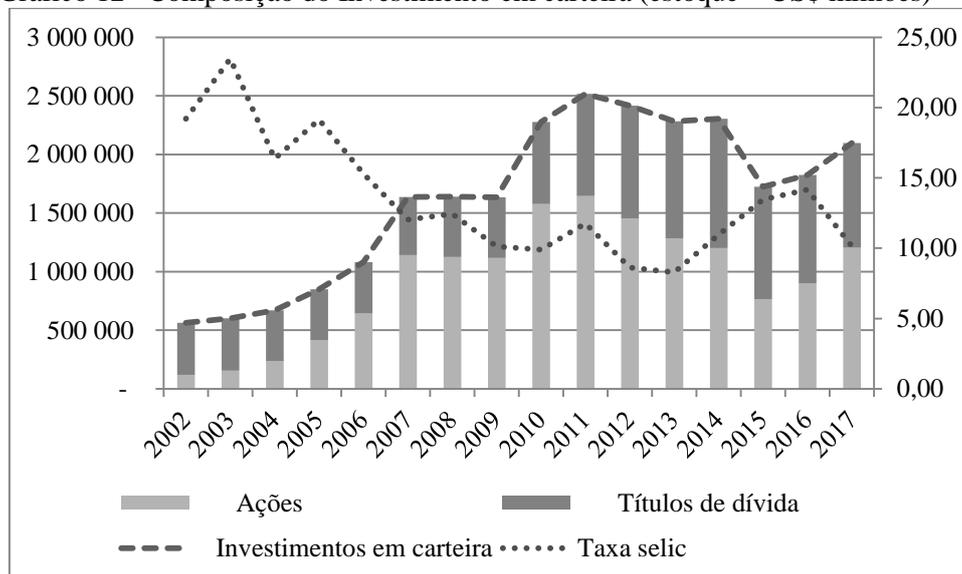
A participação dos investidores não residentes no estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) brasileira é consideravelmente importante e vem sendo estimulada desde 2006. Um dos fatores que favoreceram o crescimento dessa modalidade de investimento foi a isenção da cobrança de imposto de renda da pessoa física, neste tipo de transação (MARQUES; NAKATANI, 2006). Desde então, a sua participação vem mantendo tendencialmente uma trajetória crescente.

Conforme dados do Tesouro Nacional (2015), em 2014, 20% da DPMFi brasileira estavam em mãos de investidores não residentes. Nos anos seguintes, a participação desse grupo de investidores se reduziu, quando foram registrados 18,8%

<sup>36</sup> “Títulos de renda fixa são os instrumentos de dívida exigem pagamento de juros e/ou principal em algum momento futuro. Os instrumentos de dívida que sensibilizam essa conta são aqueles que podem ser negociados em mercados secundários. Os papéis com prazo de vencimento original inferior a um ano são considerados de curto prazo, e os com vencimento original superior a esse prazo, de longo prazo.” Disponível em :<<https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/22944-investimentos-em-carteira---titulos-de-renda-fixa---passivos---negociados-no-mercado-domestic>>. Acesso: em 15 maio 2018.

em 2015, 14,3% em 2016 e 12,1% em 2017. Contudo, apesar dessas retrações, a participação de investidores não residentes se manteve expressiva, demonstrando o peso na economia brasileira, dessa modalidade de investimento.

Gráfico 12– Composição do Investimento em carteira (estoque – US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil- Posição internacional de investimentos. Elaboração própria.

De acordo com a finalidade do fluxo de investimento estrangeiro em carteira registrado na Tabela 6, os títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico são o principal responsável pelo crescimento do estoque de investimentos em carteira no Brasil. No período de 1995 a 2005, a média do fluxo de títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico foi em torno de US\$ 653 milhões. Grande parte da emissão de títulos de renda fixa foi motivada pela necessidade de captar recurso para pagamento de juros de dívida. Esse mecanismo ficou conhecido como rolagem de dívidas<sup>37</sup>.

Os dados da Tabela 6 demonstram que, de 2005<sup>38</sup> a 2006, o fluxo de títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico subiu 1503%, saltando de US\$ 689 milhões para US\$ 11,0 bilhões. Esse aumento expressivo foi motivado pela elevação da

<sup>37</sup> Segundo Nakatani (2000, p.227) a rolagem da dívida significou que: “A solução da dívida implicaria a necessidade do alongamento dos prazos de vencimento e a redução nas taxas de juros. Como, contraditoriamente, os capitalistas não aceitam essas condições, restou para o governo a alternativa de pagar juros com nova dívida. Em suma, o capital fictício, na forma da dívida mobiliária federal, realimenta-se através das elevadas taxas de juros cujos rendimentos são pagos com novo capital fictício”.

<sup>38</sup> Sobre a queda dos investimentos em carteira em 2005, Marques e Nakatani (2006, p. 250) afirmam que: “Em 2004 e 2005, o efeito do aumento do superávit primário volta a aparecer claramente nas operações do Tesouro Nacional, expressando-se em fortíssima redução da base monetária. Em compensação, a intervenção do Banco Central no mercado de câmbio, comprando dólares, só é significativa em 2005, quando mais de US\$ 21.0 bilhões são adquiridos. Por essa razão, as operações com os títulos públicos federais diminuíram fortemente entre 2004 e 2005”.

taxa de juros Selic que favoreceu a entrada de capitais estrangeiros. Apenas em 2016 e 2017, o volume líquido de títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico foi negativo. Os títulos de renda fixa negociados no mercado externo tiveram destaques em 1998 e 2010, quando registraram, respectivamente, US\$ 20,5 bilhões e US\$ 16,4 bilhões (Tabela 6).

Tabela 6 – Fluxo de investimento estrangeiro em carteira finalidade (passivo – US\$ milhões)

Ano	Investimentos em ações	Investimentos em fundos de investimento	Títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico	Títulos de renda fixa negociados no mercado externo
1995	3 243	-	- 915	8 045
1996	6 145	-	- 65	15 941
1997	6 871	-	-1 613	5 650
1998	995	-	-2 932	20 520
1999	2 572	-	-1 378	2 349
2000	3 076	-	- 199	5 774
2001	2 481	-	- 274	-1 335
2002	1 981	-	- 223	-6 556
2003	2 973	-	272	1 884
2004	2 081	-	101	-6 178
2005	6 451	-	689	- 485
2006	7 716	-	11 042	-9 682
2007	26 217	-	20 787	1 405
2008	-7 565	-	17 109	-8 491
2009	37 071	-	11 933	- 989
2010	37 674	- 3	17 516	16 461
2011	7 189	- 15	5 250	11 968
2012	5 604	- 2	11 373	6 253
2013	11 136	- 9	30 962	- 825
2014	10 656	837	27 068	2 686
2015	6 547	3 240	16 718	-7 827
2016	6 341	4 245	-26 664	-3 737
2017	2 963	2 711	-5 066	-1 682

Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos – Conta Financeira. Elaboração própria.

Entre as formas de investimentos estrangeiros de caráter especulativo e de curto prazo, estão os derivativos e debêntures, que expressam o desenvolvimento do mercado financeiro, no que diz respeito a novas modalidades de ativos e maior diversificação na composição das carteiras de investimentos.

Os derivativos, também conhecidos por operações de hedge, são instrumentos de segurança para o capital monetário que surgiram como uma possibilidade de garantir a estabilidade nas transações no mercado financeiro. O movimento de derivativos é baixo

(Tabela 7) quando comparados os investimentos em ações e em títulos de dívida, no entanto é o que menos sofre modificações durante crises econômicas.

Em 2008, conforme os dados da Tabela 7 verifica-se um rápido crescimento do mercado doméstico de derivativos, quando essa modalidade cresce 84% em relação ao ano anterior. Desde então, há uma tendência crescente de entrada de investimentos nessa modalidade, com destaque para 2014 e 2015, quando foram registrados US\$ 85,4 bilhões e US\$ 112,4 bilhões, respectivamente. Esse crescimento foi derivado da diversificação do uso desse instrumento em apostas sobre preços futuros de moedas e juros, que no Brasil representou o aumento da participação do real no mercado internacional de derivativos.

Tabela 7– Modalidades de ativos de investimentos em carteira (estoque – em US\$ milhões)

Ano	Investimentos em carteira	Ações	Títulos de dívida	Derivativos financeiros (exceto reservas)	Outros investimentos
2001	151 581	36 910	114 671	45	97 137
2002	135 033	27 249	107 784	250	105 543
2003	165 440	53 138	112 302	125	105 265
2004	184 163	77 261	106 902	320	97 126
2005	231 891	125 532	106 359	219	67 798
2006	304 242	191 513	112 728	445	78 107
2007	482 796	363 999	118 798	1 771	95 598
2008	264 694	149 608	115 086	2 450	109 916
2009	522 704	376 463	146 241	3 413	107 994
2010	646 481	441 618	204 863	3 781	152 766
2011	584 765	360 783	223 983	4 678	185 981
2012	603 941	357 234	246 708	3 028	195 723
2013	554 298	305 235	249 063	6 296	198 279
2014	526 380	259 856	266 524	37 984	238 398
2015	369 795	143 909	225 886	12 219	236 991
2016	480 026	255 689	224 336	250	229 161
2017	552 695	332 332	220 363	250	218 899

Fonte: Banco Central do Brasil – Posição internacional de investimentos. Elaboração própria.

Na Tabela 8, constam as diferentes modalidades de ativos de investimentos em carteira. A partir desses registros, destaca-se o crescimento dos debêntures que correspondem a títulos de dívida emitido por empresas. Trata-se de uma forma de financiamento das empresas sem recorrer a empréstimo bancário, feitas por meio de operações no mercado secundário.

Tabela 8 – Modalidades de ativos de investimentos em carteira (em US\$ milhões)

Ano	Valor da Carteira US\$ Bilhões	Renda Fixa (%)	Moedas de Privatização (%)	Ações (%)	Derivativos (%)	Debêntures (%)	Outros (%)
2001	15,50	9,32%	0,01%	88,45%	0,29%	0,73%	1,21%
2002	10,40	21,51%	0,01%	74,70%	2,35%	1,15%	0,20%
2003	20,12	11,60%	0,01%	86,79%	0,62%	0,68%	0,29%
2004	29,07	8,28%	0,00%	90,10%	1,10%	0,24%	0,27%
2005	53,44	6,84%	0,00%	90,99%	0,41%	0,23%	1,53%
2006	101,60	16,89%	0,00%	81,69%	0,44%	0,32%	0,67%
2007	214,11	19,05%	0,00%	77,39%	0,83%	0,05%	2,69%
2008	123,09	35,47%	0,00%	57,97%	1,99%	0,32%	4,26%
2009	304,37	27,72%	0,00%	67,40%	1,12%	0,15%	3,61%
2010	380,71	31,33%	0,00%	66,77%	0,99%	0,15%	0,76%
2011	350,43	35,02%	0,00%	62,21%	1,33%	0,29%	1,16%
2012	398,65	39,24%	0,00%	58,02%	0,76%	0,49%	1,49%
2013	371,59	39,40%	0,00%	54,74%	1,69%	0,72%	3,44%
2014	399,09	40,29%	0,00%	45,46%	9,52%	1,06%	3,68%
2015	270,00	48,45%	0,00%	40,51%	4,53%	1,37%	5,15%
2016 (jun)	352,07	45,71%	0,00%	46,65%	1,53%	1,11%	5,00%

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários. Elaboração própria.

Ao longo do processo de mundialização financeira, tem-se intensificado a entrada de investimentos estrangeiros em carteira no Brasil, por meio da diversificação de modalidades de investimentos deste tipo. Entre os efeitos econômicos que os investimentos em carteira criam, o aumento do endividamento e o pagamento de juros são os mais notórios e impõem diversas limitações para o desenvolvimento econômico do país. No próximo item, serão descritas as formas de envio de rendas a investimentos em carteira e os impactos desse fluxo de capitais na economia brasileira.

### **1.5.5 Transferência de valor sob a forma de remessa de lucros, dividendos e juros de investimentos estrangeiros em carteira**

Os dados da Tabela 9 representam os registros das rendas de investimentos em carteira enviadas ao exterior sob a forma de lucros, dividendos e juros. Os juros pagos a títulos negociados no mercado externo tiveram trajetória crescente no período de 1995 a 2005, alcançando, em 2005, US\$ 9 bilhões, 120% a mais que o registrado em 1995. A partir de 2006, ocorre uma reversão no crescimento nessa forma de remessa de juros, que se mantém até 2017, levando os registros a patamares em torno a valores da década de 1990. Em 2014, 2015, 2016 e 2017, registraram-se US\$ 7,1 bilhões, US\$ 7,4 bilhões, US\$ 5,5 bilhões e US\$ 5,3 bilhões, respectivamente.

Tabela 9 – Composição da remessa de rendas de investimentos estrangeiros diretos (despesas em US\$ de milhões)

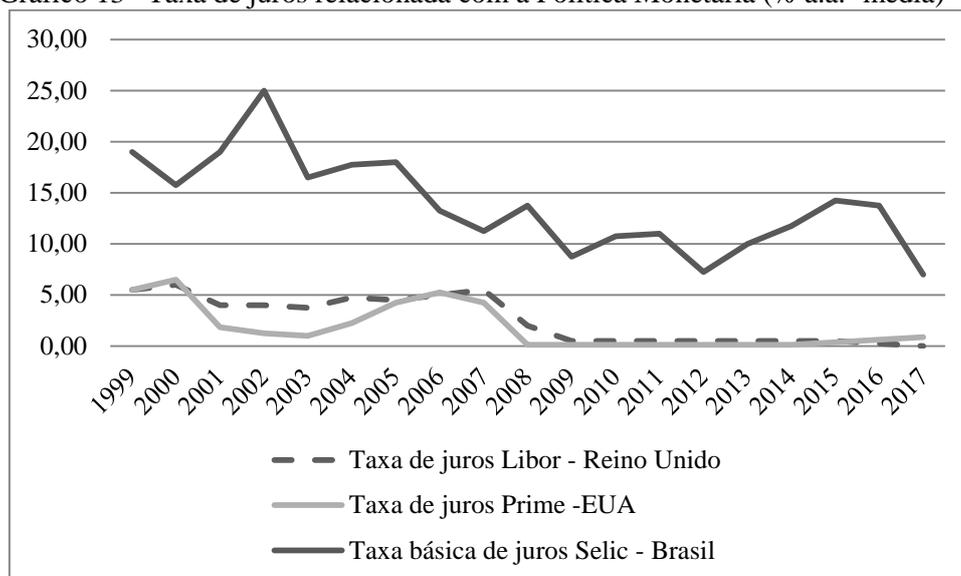
Ano	Renda de investimentos em carteira		
	Juros de títulos negociados no mercado externo	Juros de títulos negociados no mercado doméstico – despesas	Lucros e dividendos
1995	4087	0	750
1996	4531	0	1 004
1997	5758	0	1 447
1998	6377	0	2 059
1999	7189	0	1 283
2000	8256	0	1 143
2001	9560	0	1 523
2002	8638	0	1 128
2003	8499	0	1 564
2004	8744	0	2 400
2005	9009	0	3 544
2006	9156	0	4 924
2007	8318	-305	5 689
2008	8192	-1820	8 527
2009	7543	-1857	7 453
2010	7506	-3818	6 785
2011	7905	-5952	10 794
2012	7750	-5649	6 936
2013	7560	-6109	6 800
2014	7101	-7631	6 688
2015	7427	-7423	4 128
2016	5599	-5962	2 777
2017	5384	-6230	4 047

Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos.

Elaboração própria.

A diferença entre a taxa básica de juros Selic e as taxas de juros do mercado internacional, como a taxa Prime e a taxa Libor, ilustradas no Gráfico 13, demonstra que a remuneração oferecida pelos títulos emitidos pelo Brasil fixados à taxa Selic oferece remuneração superior aos títulos fixados a outras taxas do mercado internacional.

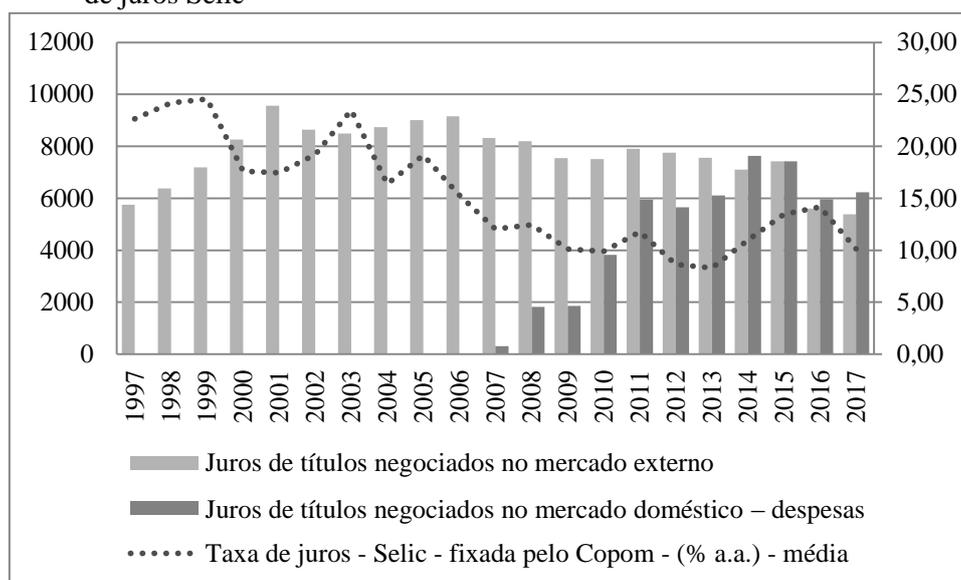
Gráfico 13– Taxa de juros relacionada com a Política Monetária (% a.a.- média)



Fonte: FMI. Elaboração própria.

A taxa Selic variou expressivamente desde 1997, influenciando a variação do fluxo de juros de títulos pré-fixados, conforme o Gráfico 14. No final da década de 1990, a taxa Selic esteve fixada em torno de 25%. A partir de 2000, a taxa Selic iniciou uma trajetória decrescente, quando a taxa foi de 17,6%. Em 2004 e 2006, a taxa foi de 16,3% e 15,3%, respectivamente. Em 2010, a taxa fechou em 9,9%, a menor do período de 2000 a 2010. Na década seguinte, a taxa de Selic permaneceu em queda, alcançando, em 2013, 8,2%. Em 2015, 2016 e 2017, a Selic retornou acima de 10%. Ainda que essas variações tenham demonstrado um esforço de reversão das altas taxas de juros dos anos 1990, a taxa permaneceu ao longo dos últimos 20 anos entre as maiores do mundo, e visivelmente a maior quando comparada às taxas Libor e Prime (Gráfico 13).

Gráfico 14– Remessa de Juros de títulos de dívida relacionada com variação da taxa de juros Selic



Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos. Elaboração própria.

Para Paulani (2013), a dinâmica dos investimentos em carteira mostra-se, assim, muito mais eficiente que a deterioração dos termos de troca como mecanismo de extração de mais-valor e, portanto, intensifica as relações de dependência da economia brasileira.

O aumento da dependência se expressa, inicialmente, no crescimento do endividamento da economia brasileira, pois a entrada de investimentos estrangeiros em carteira no Brasil impacta diretamente no montando do passivo externo. Por outro lado, a volatilidade dos investimentos em carteira expõe o Brasil às instabilidades da movimentação de capitais, no mercado financeiro mundial. Finalmente, o aumento do pagamento de lucros, dividendos e juros a investimentos em carteira intensifica a transferência de mais-valor ao exterior.

## 1.6 NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE A REMESSA DE RENDA AO EXTERIOR

As remessas de lucros e dividendos contabilizadas no Balanço de Pagamentos estão registradas na conta de Renda Primária<sup>39</sup> na qual se registram rendas referentes a processos de produção, bem como rendas associadas à propriedade de ativos financeiros

<sup>39</sup> De acordo ao FMI (2009, p.183, tradução nossa): “A renda primária representa o retorno que se acumula em unidades institucionais por sua contribuição para o processo de produção ou para a provisão de ativos financeiros e alugando recursos naturais para outras unidades institucionais”.

e outros ativos não produzidos<sup>40</sup>. Os lucros e dividendos registrados na conta de Renda Primária representam os rendimentos de investimentos estrangeiros diretos e investimentos estrangeiros em carteira (Quadro 2). Os lucros e dividendos derivados de investimentos estrangeiros diretos são aqueles produzidos por empresas que recebem capital estrangeiro por meio de fusões ou aquisições. Já os lucros e dividendos derivados de investimentos estrangeiros em carteira são os que provêm de rendimentos de aplicações em ações e fundos de investimentos feitos por não residentes.

Quadro 2– Registro do fluxo de lucros e dividendos no Balanço de Pagamentos (BPM – 6)

<p><b>BALANÇO DE PAGAMENTOS</b></p> <p><b>Transações correntes</b></p> <p><b>Renda Primária</b></p> <p>Renda de investimentos diretos<sup>41</sup></p> <p>Lucros e dividendos remetidos</p> <p>Renda de investimentos em carteira</p> <p>Lucros e dividendos</p>
--

Fonte: Elaboração própria.

As remessas de juros contabilizadas no Balanço de Pagamentos estão registradas na conta de Serviços e na conta de Renda Primária e representam remunerações de serviços financeiros, renda de investimentos diretos, investimentos em carteira e outros investimentos (Quadro 3). Os juros referentes a serviços de intermediação financeira indiretamente medidos correspondem a quantias de referência sobre empréstimos e depósitos, denominada encargos de serviço de intermediação indiretamente medidos, abreviado como FISIM (FMI, 2009).

A renda de investimentos diretos representa os juros de operações intercompanhia, de empréstimos efetivados entres empresas do exterior e suas subsidiárias ou filiais no Brasil. Os juros de investimentos em carteira são rendimentos de títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico (títulos da dívida brasileira) e no mercado externo. Já a renda de outros investimentos representa pagamentos de empréstimos feitos em moeda estrangeira.

<sup>40</sup> Segundo o FMI (2009, p. 184, tradução nossa) as rendas primárias são: “[...] referentes à remuneração dos empregados; dividendos; lucros reinvestidos; juros; rendimento de investimento atribuível aos segurados em seguros, garantias padronizadas e fundos de pensão; aluguel; e impostos e subsídios sobre produtos e produção”.

<sup>41</sup> Também estão contabilizados em renda de investimentos os lucros reinvestidos, mas esses não correspondem a transferências de valores sob a forma de remessas, portanto não serão utilizados, para fins do estudo, os registros feitos nessa rubrica. Para mais informações sobre lucros reinvestidos, consultar Glossário do Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/firce/conceitos.asp>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Quadro 3 – Registro do fluxo de juros no Balanço de Pagamentos (BPM – 6)

<b>BALANÇO DE PAGAMENTOS</b>
<b>Transações correntes</b>
<b>Serviços</b>
Serviços financeiros
Serviços de intermediação financeira indiretamente medidos
<b>Renda Primária</b>
Renda de investimentos diretos
Juros de operações intercompanhia
Renda de investimentos em carteira
Juros de títulos negociados no mercado externo
Juros de títulos negociados no mercado doméstico- despeas
Renda de outros investimentos - Juros

Fonte: Elaboração própria.

Os registros feitos pelo Banco Central do Brasil nas referidas contas de Serviço e Renda Primária do Balanço de Pagamentos oferecem os resultados das remessas de juros, com os quais é possível entender a forma como ocorre a transferência de mais-valor por meio da saída desses recursos para o exterior e quais são os impactos na economia brasileira do envio desses montantes e os efeitos dos capitais de curto prazo.

Verificados os registros de remessa de lucros, dividendos e juros para o exterior e identificados os principais determinantes desse resultado e a tendência de crescimento, a pesquisa exige o estudo dos principais desdobramentos na economia brasileira, no que diz respeito à estabilidade macroeconômica e desenvolvimento, e o impacto sobre sua condição de dependência.

Os elementos conjunturais apresentam apenas parte das justificativas para o crescente envio de rendas ao exterior. É necessário buscar os condicionantes estruturais que demarcam a economia brasileira e mundial, ao longo dos modelos de desenvolvimento econômico que historicamente foram dependentes. Nesse sentido, se observarmos as modificações que o neoliberalismo impôs à economia brasileira, por meio da abertura comercial e financeira, encontraremos os elementos explicativos que conjuntamente esclarecem a drenagem de recursos ao exterior.

## 1.7 PRODUÇÃO DE MERCADORIAS E DE RENDA E TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR

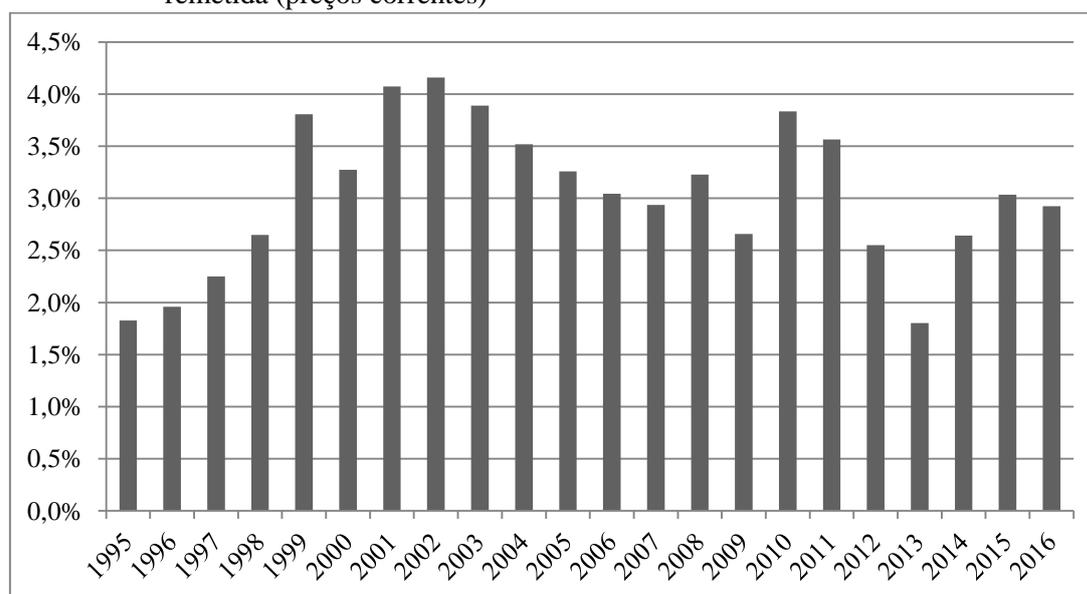
Nas seções anteriores, foi apresentada a forma como ocorre a transferência de mais-valor ao exterior, a partir dos investimentos estrangeiros, e quais são as condicionalidades da economia brasileira que determinam o volume do envio desses recursos. Esta seção irá tratar da relação entre a remessa de rendas ao exterior e a produção real da economia.

O estudo deve partir de indicadores que permitam uma análise profunda e abrangente da relação quantitativa entre a riqueza produzida na economia e as remessas ao exterior sob a forma de lucros, dividendos e juros. A proporção entre a riqueza produzida nacionalmente e as remessas será a forma de quantificar a magnitude da transferência de mais-valor ao exterior, um esforço por formular uma aproximação empírica do mais-valor produzido nacionalmente e apropriado fora do país.

Entre as rendas geradas, o PIB, agregado econômico que registra a soma de todas as riquezas produzidas, pode ser relacionado com as rendas enviadas. Com esse indicador, observa-se no Gráfico 15 que, em 1999, 2003, 2010 e 2011, mais de 3,5% do PIB brasileiro foram enviados ao exterior sob a forma de renda de investimentos estrangeiros. Em 2001 e 2002, o valor esteve acima de 4%.

De forma geral, a série ilustra quanto da produção nacional foi enviada ao exterior, e, portanto, quanto do esforço econômico na produção de mercadorias e geração de renda foi afetado pelos compromissos financeiros assumidos com o capital internacional.

Gráfico 15– Porcentagem do PIB enviado ao exterior sob a forma de renda de investimentos remetida (preços correntes)



Fonte: Banco Central do Brasil e UNCTAD. Elaboração própria.

Nota: Renda de investimentos remetida: valores registrados na conta Balanço de Pagamentos – Renda Primária – Renda de Investimentos – Despesas (Bacen, séries temporais).

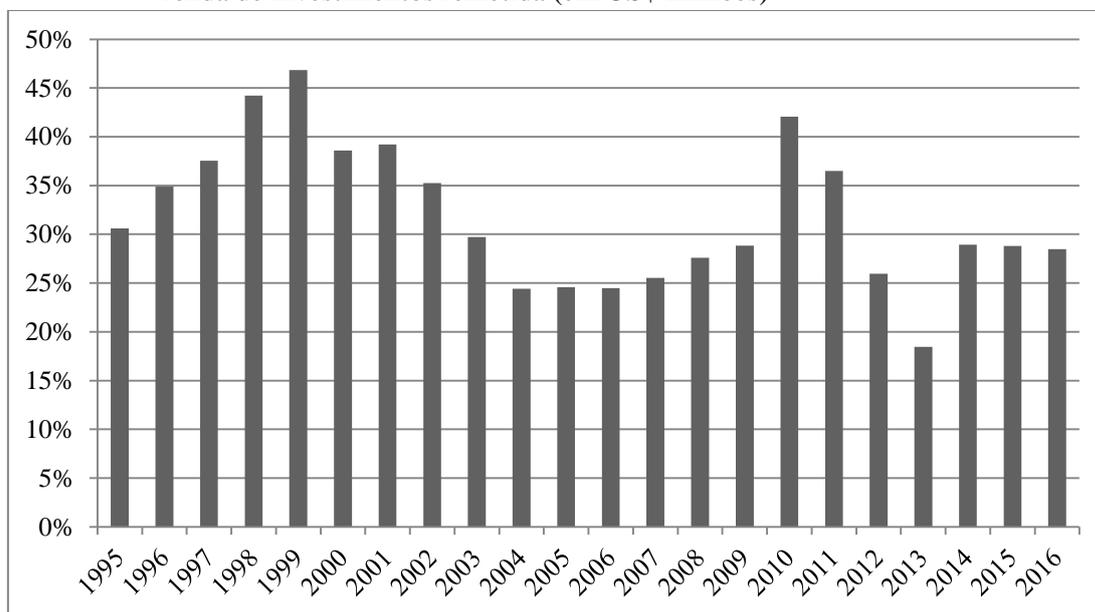
Em uma economia dependente, o peso econômico da produção para exportação é expressivo, o que torna relevante analisar qual a proporção entre a entrada de dívidas por meio do comércio exterior e o envio de rendas. Esse indicador expressa o quanto da riqueza derivada da produção de mercadorias para exportação é devolvida ao exterior. Trata-se do esforço de produzir mercadorias vender no mercado internacional, receber as divisas e reenviá-las ao exterior como pagamento lucros, juros e dividendo. Portanto, enviar a riqueza produzida internamente, sem contrapartida.

O peso econômico das exportações também deve ser problematizado a partir do tipo de mercadoria que se produz. Em economias dependentes, cuja pauta de exportação é composta em sua maioria por produtos básicos (Figura 2), a produção de mais-valor está baseada na superexploração da força de trabalho e uso intensivo e abusivo da terra.

O ônus dessa matriz produtiva piora à medida que os compromissos com o capital internacional e o passivo externo aumentam, exigindo acúmulo crescente de reservas internacionais, por meio de divisas captadas no comércio exterior. Há, portanto, um círculo vicioso, no qual o aumento das remessas de lucros, juros e dividendos é acompanhada pelo superávit na balança comercial, intensificando a produção primária exportadora, dada a pouca participação na pauta de exportações, de produtos intensivos em tecnologia (SAMPAIO, 2015).

Na série analisada no Gráfico 16, observa-se que a renda de investimentos remetida esteve em torno a 20% do valor das exportações de mercadorias. Em 1999, essa porcentagem alcançou 47% reduzindo no ano posterior, mas mantendo-se até 2003 acima de 25%. Em 2010, houve outra retomada e a porcentagem correspondeu a 42%. Em 2013, registrou-se a menor proporção do período, devido à redução no envio de rendas e aumento da exportação. Contudo, nos últimos três anos da série, a porcentagem da exportação de mercadoria e a remessa de rendas voltam a crescer, atingindo 29% em 2016.

Gráfico 16 – Porcentagem da exportação de mercadorias enviadas ao exterior sob a forma de renda de investimentos remetida (em US\$ milhões)

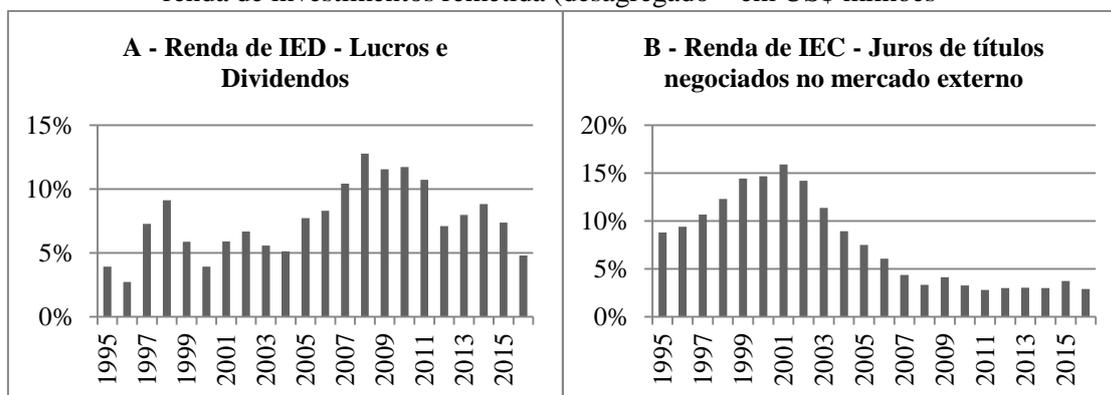


Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos. Elaboração própria.

Nota: Renda de investimentos remetida: valores registrados na conta Balanço de Pagamentos – Renda Primária – Renda de Investimentos – Despesas (Bacen, séries temporais).

Observando os dados desagregados da renda de investimentos estrangeiros, apresentados no Gráfico 17-A e 17-B, entre 2007 e 2011, 12% das exportações foram enviados ao exterior sob a forma de lucros e dividendos. Em 2001, 16% das exportações foram enviados para pagamento de juros de títulos negociados no mercado externo.

Gráfico 17 – Porcentagem da exportação de mercadorias enviadas ao exterior sob a forma de renda de investimentos remetida (desagregado – em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil – Balanço de Pagamentos. Elaboração própria.

O Censo de Capitais Estrangeiro (Bacen, séries temporais) indica o peso da participação de empresas com capital estrangeiro residente no Brasil, no comércio

exterior do país. Observa-se, pelos dados da Tabela 10, que uma parte considerável das exportações do Brasil é feita por empresas com capital estrangeiro. Destaca-se na série que, em 2000 e 2005, essa parcela correspondeu a 51,9% e 48,5%, respectivamente, demonstrando a importância da parcela do capital estrangeiro no comércio exterior brasileiro.

Ao analisar as transações correntes das empresas com capital estrangeiro residentes no Brasil nota-se pelos cálculos elaborados e registrados na Tabela 10, que em 2010, 27% da renda de exportações foi remetida ao exterior na forma de lucros e dividendos. Em 2015, a parcela se reduz para 21%, no entanto se mantém alta a cota da riqueza produzida internamente e apropriada no exterior.

Tabela 10 – Comércio exterior de empresas residentes no Brasil com capital estrangeiro (em US\$ milhões)

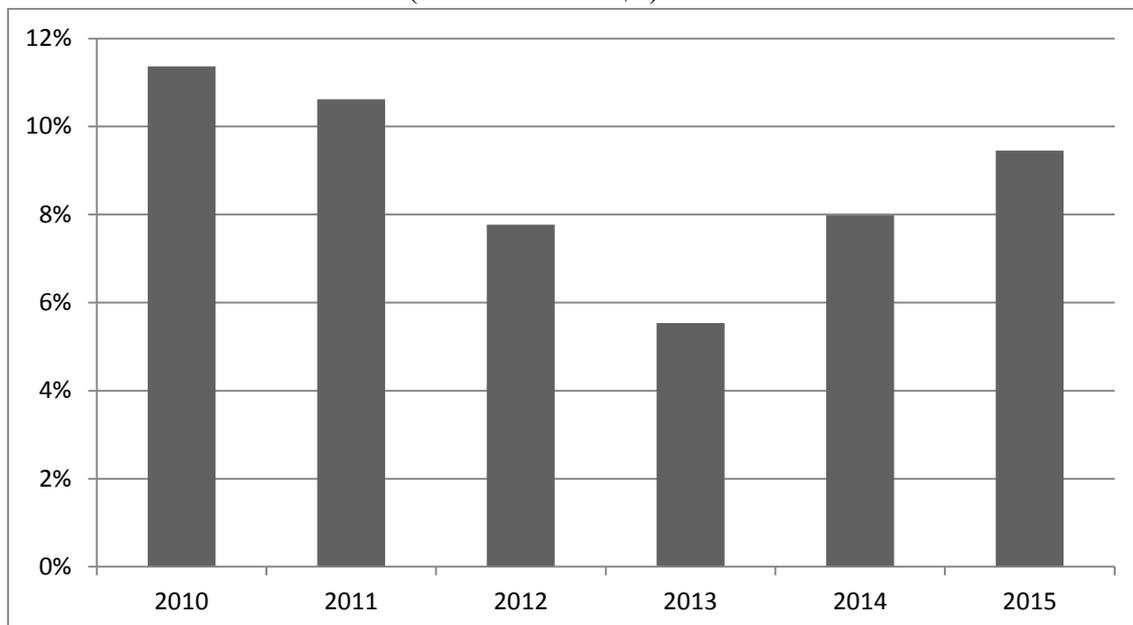
	1995	2000	2005	2010	2015
A - Exportação de bens e serviços (Todas as empresas residentes no Brasil)	51 005	64 081	133 547	231 996	223 870
B - Exportação de bens e serviços (Todas as empresas com capital estrangeiro)	21 745	33 250	64 966	86 607	65 925
(B) / (A) %	42,6%	51,9%	48,6%	37,3%	29,4%
C - Lucros e dividendos remetidos	1 818	2 173	9 142	23 616	14 046
(C) / (B) %	8%	7%	14%	27%	21%

Fonte: Censo de Capitais Estrangeiros no País (Bacen, séries temporais). Elaboração própria.

O excedente operacional bruto, registrado no PIB sob a ótica da renda, representa o registro dos lucros das empresas residentes no Brasil, revelando, portanto, a magnitude da riqueza produzida e apropriada pelos capitalistas em território nacional. O percentual do excedente operacional bruto em relação à renda de investimentos remetida ao exterior oferece a dimensão quantitativa da produção de riqueza e sua apropriação no exterior. O Gráfico 18 ilustra que, em 2010 e 2011, aproximadamente 11% do excedente operacional bruto foram remetidos para o exterior. Nos anos seguintes, a porcentagem se reduz, voltando a crescer em 2015, quando se registrou que 9% do excedente operacional bruto foram remetidos ao exterior.

A relação entre o excedente operacional bruto e as remessas de rendas de investimentos demonstra a magnitude do excedente produzido que poderia ser reinvestido no setor produtivo do país, mas que é remetido e apropriado no exterior.

Gráfico 18 – Porcentagem de excedente operacional bruto em relação à renda de investimentos remetida ao exterior (em milhões de U\$S)



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE. Elaboração própria.

Nota: Renda de investimentos remetida: valores registrados na conta Balanço de Pagamentos – Renda Primária – Renda de Investimentos – Despesas (Bacen, séries temporais).

Por meio dos indicadores construídos, é possível inferir que uma parcela expressiva da riqueza produzida na economia brasileira é enviada ao exterior sob a forma de lucros, juros e dividendos. Portanto, transferência de mais-valor produzido no Brasil e apropriado externamente.

## 1.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos a inserção brasileira na dinâmica do mercado mundial, pode-se inferir que a remessa de lucros, dividendos e juros é uma das expressões do aumento da transferência de mais-valor. A remessa de rendas ao exterior, portanto, intensifica a dependência econômica do Brasil. A dependência aumenta o envio da riqueza produzida no país, que é enviada ao exterior sem contrapartida, e promove a desacumulação da economia brasileira. Dessa forma, o país torna-se vulnerável ao dinamismo econômico do mercado mundial, que, por vezes, se desdobra em crises, bem como das estratégias traçadas pelo capital estrangeiro e suas decisões de investimentos.

Porém, a desacumulação econômica promovida pela transferência de mais-valor por vezes não será resolvida no ceio do mercado internacional de capitais, via atração de recursos. A tendência é que o capital em economias dependentes recupere o envio de valores ao exterior na produção de mercadorias, por meio da extração de mais-valor. Assim, no Brasil, serão as condições de exploração da força de trabalho que revelam a forma como o mais-valor transferido é recuperado.

A superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005[1973]) é o reflexo da forma dependente através da qual o país se insere na dinâmica do mercado mundial. No próximo capítulo, serão apresentadas as dimensões desta realidade, que conforma a vida dos trabalhadores brasileiros. Buscar-se-á demonstrar as condições de superexploração da força de trabalho no Brasil, durante o período do ingresso do país na mundialização financeira, cuja expressão da transferência de mais-valor ocorre pela remessa de lucros, dividendos e juros.

## **2 A SUPEREXPLORAÇÃO NA OBRA DE RUY MAURO MARINI E AS CONDIÇÕES ATUAIS DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL**

O que será apresentado neste capítulo é em que medida o desenvolvimento teórico da categoria superexploração, ao longo das obras de Marini, aparece como fenômeno específico do capitalismo dependente e quais serão as dimensões dessa mesma categoria que podem aparecer como expressão da exploração da força de trabalho nos países do capitalismo central.

Buscar-se-ão, dessa forma, nos meandros da construção teórica da superexploração, as distinções necessárias para o entendimento rigoroso do que essa categoria oferece para o entendimento de realidades concretas tão diversas. Devido à atual conjuntura internacional de crise econômica e tendência decrescente da taxa de lucro, a superexploração parece fenomenicamente estar disseminada em todo o mundo. Torna-se necessário entender quais especificidades serão contempladas pela categoria superexploração.

Dessa forma, juntamente com o recorrido pela construção da categoria superexploração da força de trabalho nas obras de Marini, o presente capítulo pretende oferecer também a interpretação das atuais formas de manifestação da superexploração no Brasil, no contexto do capitalismo neoliberal, globalizado e em crise.

### **2.1 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA OBRA DE RUY MAURO MARINI**

Marx utilizou o método histórico dialético para explicar as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade através dos tempos. Ao estudar determinado fato histórico, o autor procurou suas contradições, buscando encontrar os elementos responsáveis pela transformação num novo fato, dando continuidade ao processo histórico.

Assim sendo, Marx afirma que o modo pelo qual a produção material de uma sociedade é realizada constitui o fator determinante da organização política, sem negar que a política também reverberará sobre o econômico. O autor considera que essa realidade não é estática, mas dialética, pois está em transformação pelas contradições de suas unidades. Dessa forma, Marx considera que a totalidade está constituída pela dinâmica de inúmeras unidades dialéticas.

De acordo com Mao Tsé-Tung (1975), a dialética materialista não pode, de fato, ser definida como um método de experimentação científico ou método científico, mas sim passível de ser conceituada como uma lógica científica, fundamentada na generalização das leis de funcionamento do universo. Igualmente, a lógica subjacente à dialética materialista compreende a diversidade qualitativa dos fenômenos, bem como a transformação de uma qualidade em outra.

O materialismo dialético, portanto, enquanto lógica científica, se fundamenta nos princípios gerais da unidade dinâmica, que é composta por vetores contrários e sempre presentes em todos os fenômenos. É, assim, um método fundamentado principalmente na identificação dos componentes contraditórios presentes em qualquer unidade dialética.

Nesse sentido, partindo do entendimento das unidades dialéticas, existentes na reprodução do capital em economias dependentes, buscar-se-á fazer a construção da categoria superexploração da força de trabalho na elaboração teórica de Ruy Mauro Marini. A superexploração da força de trabalho é uma unidade dialética e faz parte do movimento do capital em economias dependentes.

As relações existentes entre a superexploração da força de trabalho e as unidades dialéticas, transferência de mais-valor e ruptura do ciclo do capital são específicas da reprodução do capital em economias dependentes e ocorrem em um movimento de tendência. A totalidade da reprodução dessas relações constitui a dialética da dependência (MARINI, 2005[1973]).

### **2.1.1 Transferência de mais-valor e superexploração da força de trabalho**

A independência política dos países latino-americanos, no início do século XIX, foi o determinante histórico da dependência, na medida em que possibilitou a formação da relação direta entre as novas repúblicas<sup>42</sup> e o mercado mundial<sup>43</sup>. Os países latino-americanos, ao iniciarem a formação dos Estados independentes, rompem com o

---

<sup>42</sup> Para conhecimento do processo de formação das novas repúblicas na América Latina ver: WASSERMAN, Claudia. “A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países”. In: WASSERMAN, Claudia (coord.). *Historia da América Latina: Cinco Séculos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.p. 176-213.

<sup>43</sup> Marini foca na problemática política, da formalização do Estado, sem perder de vista que a América Latina estava inserida no sistema mundial desde o século XVI, pois as colônias foram fundamentais na Acumulação Primitiva. Para Luce (2018, p. 88), “O que Marini está dizendo é que a produção capitalista na América Latina teve origem a partir da extensão da circulação do capitalismo dominante, em um processo em que o externo internalizou-se para logo se exteriorizar, isto é, desdobrar-se em novas tendências objetivas”.

domínio ibero-lusitano e iniciam, nos marcos da divisão internacional do trabalho, uma relação de dependência e subordinação agora sob o julgo do capital britânico. Segundo Marini, será o rearranjo das relações econômicas internacionais que permitirá o dinamismo da Revolução Industrial na Europa. Nas palavras do autor:

A revolução industrial, que dará início a esta, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm neste seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera as importações – de dívidas. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região (MARINI, 2005 [1973], p. 140)

Durante a primeira fase da Revolução Industrial na Europa, além de servir como fornecedora de matérias-primas para a produção de produtos manufaturados que crescia juntamente ao fervor da produção industrial, impulsionada pelo aumento da produtividade do trabalho, a América Latina cumpria a função de fornecedora de bens alimentícios<sup>44</sup> à classe trabalhadora industrial inglesa. Assim, as nações latino-americanas cumpriram um papel relevante para a produção industrial, que se organizava a pleno vigor na Europa.

Marini (2005 [1973]) ressalta que o resultado da integração da América Latina ao mercado mundial, especializando-se no fornecimento de matérias-primas e alimentos, contribuiu para que a Europa, em especial a Inglaterra, mudasse o eixo de acumulação de capital, passando do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo<sup>45</sup>. O

<sup>44</sup> Sobre a diversificação da produção agrícola na América Latina que era exportada para os países centrais, Bulmer-Thomas (2010, p.80, tradução nossa) afirma que: “No restante da América Latina as novas exportações foram dominadas por produtos agrícolas. Algumas como a borracha (Brasil, Peru) e a lã (Argentina, Uruguai), eram indispensáveis para as fábricas da Europa e Estados Unidos. Outras, como o henequen do México, que se expandiram em resposta às novas tecnologias usadas nas pradarias da América do Norte. Muitas, como os cereais e a carne, eram necessárias para satisfazer as necessidades alimentícias da Revolução Industrial. O aumento da renda na Europa e América do Norte criou também uma demanda de produtos “suntuários” tropicais, como o café, o cacau e a banana; aumentou da mesma forma a demanda de produtos da selva tropical, como a quinina, o extrato de quebracho e o bálsamo peruano, necessários para fins medicinais ou como matérias primas industriais”.

<sup>45</sup> Em Luce (2018, p. 90), consta uma excelente descrição dos tipos de mercadorias que predominavam na pauta de exportação das economias latino-americanas entre 1850 e a primeira década do século XX. O

mais-valor relativo tem vínculo direto com a desvalorização dos bens salários e a participação da América Latina no mercado mundial contribuiu para a produção dessa forma de valorização do capital, por meio da produção de alimentos, para a redução do valor real da força de trabalho nos países industrializados.<sup>46</sup> Dessa forma, o eixo da acumulação na Europa passa a depender do aumento da produtividade do trabalho e da redução do trabalho necessário.

A produtividade do trabalho na produção industrial exige o aumento do consumo de matérias-primas, que incorre, com o tempo, em um processo contraditório. A contradição ocorre porque o aumento da produtividade quando acompanhada pelo crescimento da mais-valia relativa implica em diminuição do capital variável em relação ao capital constante. O aumento da composição orgânica do capital, devido ao aumento do capital constante, resulta em queda da taxa de lucro.

Figura 3 – Contradições da acumulação de capital e aumento da produtividade do trabalho



Fonte: Elaboração própria.

Diante das contradições da acumulação de capital existentes no seio do capitalismo central, as soluções encontradas por estes capitais para contra-arrestar a queda da taxa de lucro<sup>47</sup> pode ocorrer através da indução da redução do capital constante e no aumento da oferta mundial de matérias-primas para as indústrias. Nesse sentido, busca-se auferir lucros, por meio do diferencial de composição orgânica do

---

autor demonstra o peso dos produtos alimentícios nestas economias, demonstrando a forma como foram incorporadas ao mercado mundial, como fornecedora de alimentos para os países centrais.

<sup>46</sup> Para Marini, a América Latina contribuiu para a redução do valor real da força de trabalho nos países industrializados: “A oferta mundial de alimentos que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão de preços dos produtos primários no mercado mundial, tema a que voltaremos adiante) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas” (MARINI, 2005[1973], p. 147).

<sup>47</sup> Há muitos autores que atualmente destacam o comportamento da taxa de lucro como fundamental. Para conhecimento ver: SALAMA, Pierre. “Estado e Capital. O Estado capitalista como abstração real”. Estudos CEBRAP n° 26. São Paulo, 1980.

capital da oferta mundial de alimentos. Portanto, o mercado mundial será o lócus para contra-arrestar os efeitos contraditórios da acumulação de capital<sup>48</sup>.

Novamente, nos marcos da divisão internacional do trabalho, os países dependentes contribuem para mitigar as contradições próprias da acumulação de capital, à medida que aumentam a oferta no mercado mundial de produtos com baixa composição orgânica. No caso da América Latina, a região não apenas alimentou a expansão quantitativa da produção capitalista industrial, como ajudou para que se sejam superadas as contradições que surgiram no próprio processo de acumulação capitalista.

Outro aspecto relevante destacado por Marini é que o aumento da oferta de alimentos é acompanhado pelo declínio dos preços destes produtos em relação ao preço das manufaturas. Os preços das manufaturas em geral são mais estáveis, portanto a queda dos preços dos produtos primários reflete na depreciação dos bens primários em relação aos bens manufaturados.

Todas essas perdas econômicas decorrentes do papel ocupado pelos países dependentes na divisão internacional do trabalho são expressões da forma como esses países transferem valores produzidos em seus territórios, para os países centrais. Como abordado no Capítulo 1 do presente estudo, Marini (2005[1973]) ensaia a transferência de mais-valor recorrendo ao esquema marxiano de transformação de valores em preços de produção. Assim, o autor expõe os mecanismos de transferência de mais-valor, garantidos pela diferença de produtividades entre os países operantes no mercado mundial, e a capacidade de monopólio da produção que favorece a atuação de alguns desses países no jogo nas trocas internacionais.

Desvendar a transferência de mais-valor como *modus operandis* do mercado mundial conduz Marini a questionar-se sobre quais são as motivações que induzem a inserção e permanência dos países dependentes nesse jogo das trocas internacionais, que, em geral, operam em desfavor deles. Somente quando chega à identificação do mecanismo de compensação dessa lógica de transferência de mais-valor é que Marini oferece o que consideramos ser uma de suas grandes contribuições teóricas: a categoria superexploração da força de trabalho.

Para Marini, a transferência de mais-valor será acompanhada por mecanismos de compensação que implicam em agudizar a exploração da força de trabalho. Nas

---

<sup>48</sup> Marx apresenta cinco fatores que ele considera como os mais importantes para contra-arrestar a queda da taxa de lucro, quais sejam: aumentar o grau de exploração do trabalho, a compressão salarial abaixo do seu valor, ou redução dos elementos do capital constante, o excedente relativo, além da expansão comércio exterior, desfavorável para as colônias (MARX, 2015).

palavras do autor, “Trata-se do recurso ao incremento de valor trocado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isso permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado” (MARINI, 2005 [1973], p. 152). A partir dessa constatação, revela-se o ponto crucial da relação existente entre as unidades dialéticas, transferência de valor e superexploração da força de trabalho, como forma de reprodução do capital nas economias dependentes. Essa relação ocorre de forma contraditória e complementar.

As nações desfavorecidas pela transferência de mais-valor, expressa no intercâmbio desigual de mercadorias, não corrigem o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias – entre os preços de mercado e o valor real da produção –, o que deveria ser feito por meio do aumento da produtividade.

Assim sendo, as economias latino-americanas não buscam contra-arrestar os efeitos negativos do intercâmbio desigual, mas sim compensá-los no plano da produção interna. Nas palavras de Marini:

Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível do mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna (2005[1973], p. 154).

Os países dependentes resolvem as perdas nas trocas estabelecidas no mercado mundial, não no próprio mercado, senão através da superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, a reprodução do capital nas economias dependentes se concentra exclusivamente na exploração do trabalho, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

Para nós, será a partir da relação existente entre as unidades dialéticas, transferência de mais-valor e superexploração da força de trabalho que a categoria superexploração da força de trabalho desvela-se como característica específica dos países dependentes.

Entretanto, o desvelamento das contradições da categoria superexploração da força de trabalho somente pode ser entendido no nível de análise concreta das relações do mercado mundial, portanto nas trocas de bens, serviços e capitais e na forma como a

reprodução da força de trabalho ocorre nos países que participam em posição desvantajosa neste mercado.

No capítulo 1 do presente estudo, foi feito o estudo da transferência de mais-valor e o imperialismo, como fase histórica que potencializa a exportação de capitais para países dependentes, sob a forma de investimentos estrangeiros diretos e em carteira. Foram apresentados elementos para ilustrar as características da transferência de mais-valor que ocorre atualmente nas economias dependentes. Assim, foram detalhados no estudo a magnitude da remessa de lucros, juros e dividendos da economia brasileira para o exterior, expressão da transferência de mais-valor desse país.

No presente capítulo, constam informações de como a força de trabalho vem se reproduzindo no Brasil, a partir da abertura comercial e financeira que intensificou a transferência de mais-valores e aumentou a vulnerabilidade do país, frente às crises econômicas internacionais. A relação entre o aumento da transferência de mais-valor e a superexploração da força de trabalho não ocorre de maneira mecanicista, mas, sim, em um movimento de tendência, que se organiza a partir dos movimentos históricos dialéticos, podendo estar susceptíveis às contratendências.

### **2.1.2 A superexploração da força de trabalho e ruptura do ciclo do capital**

Ao analisar o ciclo do capital na economia dependente, Marini (2005[1973]) aponta para a importância da separação existente entre a produção e a circulação de mercadorias. O avanço da análise sobre o ciclo de reprodução e circulação do capital nas economias dependentes irá compor a noção de padrão de reprodução do capital<sup>49</sup> (MARINI, 1979 b; 1982). Trata-se da combinação entre os ciclos de reprodução do capital<sup>50</sup> e os esquemas de reprodução do Livro II d’*O Capital*, relacionando o processo de valorização do capital e os valores de uso específicos, expressados em meios de produção e meios de consumo. Portanto, estabelece-se vínculo entre o valor e o valor de uso, fundamental na análise marxista, para o entendimento das especificidades da reprodução do capital em economias dependentes.

---

<sup>49</sup> Jaime Osorio, no texto “La noción de reproducción del capital” (2016), avança na fundamentação teórica iniciada por Marini. Este texto é um excelente guia para o aprofundamento desta categoria.

<sup>50</sup> O ciclo de valorização do capital é o processo de valorização do capital, que passa pelas esferas da produção e da circulação, e que se repete e se reproduz constantemente, em um movimento de metamorfose. Nesse ciclo, o capital passará por fases e assumirá formas, e será a unidade do ciclo o que caracteriza a produção capitalista.

Quadro 4 – Fases do ciclo de reprodução do capital

	D-M (Mp e Ft)	...P...	M' – D
Fases	1ª fase da circulação	Fase da produção	2ª fase da circulação
Formas autônomas do capital	Capital dinheiro	Capital produtivo	Capital mercadoria

Elaboração própria.

Para Marini, nos países dependentes a realização da produção ocorre no mercado externo, sendo que o consumo do trabalhador não interfere na realização do produto<sup>51</sup>. Não pode se perder de vista que as economias estão constituídas por capitais nacionais e estrangeiros. Dessa forma, as características das economias nacionais são determinadas por limitações de ordem interna, conjugadas às determinações do capital internacional. Assim, pode haver ruptura em capitais particulares, mas a forma geral do capital se mantém constantemente reproduzindo.

Nas economias dependentes, a estratificação do mercado interno, juntamente com a realização da produção no mercado externo, será também motivo para que ocorra a ruptura do ciclo do capital, na segunda fase da circulação do capital. A conformação do mercado interno em estratos se revela pela separação entre esfera alta e esfera baixa da circulação<sup>52</sup>.

Quadro 5 – Estratificação do mercado interno de economias dependentes

Esferas da circulação	Forma de remuneração	Tipo de consumo individual
Esfera baixa	Trabalhadores que recebem baixos salários	Consumo restrito
Esfera alta	Não trabalhadores que acumulam o mais-valia produzido pelos trabalhadores da esfera baixa	Consumo ampliado garantido pela importação de mercadorias

Fonte: Elaboração própria.

<sup>51</sup> Luce (2018) afirma que, no caso das economias latino-americanas, a ruptura do ciclo do capital, por ele denominada cisão do ciclo do capital, aconteceu em dois momentos históricos diferentes. Uma que concentrou no período primário-exportador e outra que se inicia com o processo de industrialização. O autor apresenta as formas em que a cisão do capital acontece que são: cisão entre esferas do mercado externo e do mercado interno, cisão entre esfera alta e baixa do consumo, não generalização da mais-valia relativa para o conjunto dos ramos e setores da produção, fixação da mais-valia extraordinária no subsetor IIb, produtor de bens suntuários; integração subordinada dos sistemas de produção e industrialização que não é orgânica ( LUCE, 2018, p.133). Para conhecer como o autor desenvolve o tema, ver o capítulo 2 “A cisão nas fases do ciclo do capital (ou divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas)” (LUCE, 2018).

<sup>52</sup> Marini (2005 [1973], p.171) esclarece que: “[...] já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical”.

Para Marini (2005[1973]), a causa da interrupção do ciclo do capital será o aumento da superexploração da força de trabalho, tendo em vista que a redução do fundo de consumo do trabalhador, que compõe a esfera baixa da circulação, impossibilita a participação desse estrato do mercado interno, na realização das mercadorias<sup>53</sup>. Considerando que o mercado externo é o lócus da circulação de mercadorias e da realização delas, a condição de superexploração da força de trabalho e a restrição de consumo do trabalhador não são um obstáculo para acumulação de capital nas economias dependentes. Nas palavras de Marini:

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (2005 [1973], p. 164).

A relação entre interrupção do ciclo do capital e o aumento da superexploração da força de trabalho se expressa nas seguintes condições de acumulação do capital<sup>54</sup>:

- a) os valores das manufaturas não determinam o valor da força de trabalho, porque não é um elemento essencial do consumo individual do trabalhador;
- b) a desvalorização das manufaturas não influencia a taxa de mais-valor;
- c) o industrial não se preocupa com o aumento da produtividade, para reduzir o valor do produto e, conseqüentemente, reduzir o valor da força de trabalho;
- d) o industrial busca aumentar a mais-valor através da maior exploração do trabalhador.

Na obra *Subdesenvolvimento e revolução* (2012[1967]), Marini relaciona a política subimperialista, empreendida pelo Estado brasileiro durante o período da

<sup>53</sup> Para Marini (2005 [1973], p.172-173) “[...] adaptações na economia industrial dependente [...] mudança qualitativa na base da acumulação de capital, permitindo ao consumo individual do operário modificar sua composição e incluir bens manufaturados. Se agisse sozinho, levaria ao deslocamento do eixo da acumulação, da exploração do trabalhador para o aumento da capacidade produtiva do trabalho. Entretanto, é parcialmente neutralizado pela ampliação do consumo dos setores médios: este supõe, de fato, o incremento das rendas que recebem ditos setores, rendas que, como sabemos, são derivadas da mais-valia e, em consequência, da compressão do nível salarial dos trabalhadores”.

<sup>54</sup> Segundo Marini (, 2005, [1973b], p. 184): “Haveria de se considerar, ademais, que a ênfase nos problemas de realização somente seria censurável caso se fizesse em detrimento do que cabe às condições em que se realiza a produção e não contribuísse para explicá-las. Portanto, ao constatar o divórcio que se verifica entre produção e circulação na economia dependente (e sublinhar as formas particulares que assume esse divórcio nas distintas fases de seu desenvolvimento) se insistiu: a) No fato de que esse divórcio se gera a partir das condições peculiares que adquirem a exploração do trabalho em dita economia – as que denominei superexploração; e b) Na maneira como essa condições fazem brotar, permanentemente, desde o seio mesmo da produção, os fatores que agravam o divórcio e o levam, ao se configurar a economia industrial a desembocar em graves problemas de realização”.

ditadura militar, com as restrições existentes no mercado interno do país. Aparentemente, o que o autor está afirmando é que o mercado interno restrito pela superexploração da força de trabalho será um entrave, um elemento contraditório que limita a realização de valores nas economias dependentes e que a impulsiona em busca de mercados externos, como forma de compensar essa limitação.

Essa relação, ainda que seja pertinente, não é o ponto central da formulação teórica de Marini. Nesse sentido, reduzir a análise do subimperialismo às limitações do mercado interno seria reduzir este fenômeno à lógica da circulação<sup>55</sup>, perdendo de vista os determinantes imprescindíveis da produção, dados pela superexploração da força de trabalho, além da dimensão das decisões geopolíticas.

Para nós, a explicitação da relação existente entre as unidades dialéticas, ruptura do ciclo do capital e a superexploração da força de trabalho oferece também à categoria superexploração dimensões específicas às realidades de economias dependentes, por meio de um movimento de tendência. Essa particularidade, em geral, não se revela em países centrais, nos quais o consumo individual dos trabalhadores é imprescindível no ciclo de produção e reprodução do capital.

No caso do Brasil, é preciso analisar qual o peso do mercado interno no PIB nacional e como ocorre a distribuição do consumo entre a esfera baixa e alta. Faz-se necessário um estudo que indique determinações que influenciam a relação existente entre as unidades dialéticas superexploração da força de trabalho e ruptura do ciclo do capital. Porém, esse estudo não avançará nesta pesquisa, devido à falta de condições para fazê-la de forma precisa.

### **2.1.3 Superexploração da força de trabalho enquanto mecanismo de remuneração abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho**

A superexploração da força de trabalho constitui na remuneração da força de trabalho em um preço abaixo do valor necessário para a sua plena reprodução. Essa será a forma como o capital se reproduz nos países dependentes, compensando as perdas de mais-valor que ocorrem nas transferências.

Para Marini (2005[1973]), existe um conjunto de mecanismos que, por meio da superexploração, são negados ao trabalhador as condições mínimas para repor o

---

<sup>55</sup> Esse ponto é fundamental na obra de Marini, e centro da crítica de Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1978).

desgaste de sua força de trabalho, quais sejam: expropriação de parte do trabalho necessário do trabalhador, para repor sua força de trabalho; prolongação da jornada de trabalho; e intensificação do trabalho<sup>56</sup>.

Os mecanismos de superexploração da força de trabalho são descritos por Marini (2005[1973]) de forma conjunta, e não como formas separadas de extração de mais-valor. O aumento da intensidade e a prolongação da jornada de trabalho indicam que a superexploração ocorre de maneira indireta, implicando em maior dispêndio da força de trabalho, levando ao esgotamento prematuro do trabalhador. O aumento do desgaste da força de trabalho implicará no crescimento do mais-valor necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho. Na medida em que o trabalhador necessita de mais bens para garantir a reprodução de sua força de trabalho, e o salário não acompanhar o valor acrescido, o trabalhador está sendo superexplorado.

A superexploração ocorrerá de maneira direta, quando o fundo de consumo do trabalhador é apropriado pelo capitalista e torna-se parte do fundo de acumulação dele. Com a redução do fundo de consumo, o trabalhador não alcança consumir nem o indispensável para conservar sua força de trabalho.

Para Marini (2005 [1973]), a contradição da dependência latino-americana ocorre porque a região é chamada a “coadjuvar” na acumulação do capital, mas o faz mediante uma acumulação fundada na superexploração da força de trabalho. Dessa forma, Marini esclarece como o trabalhador será remunerado abaixo de seu valor, incorrendo em superexploração da força de trabalho:

[...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2005 [1973], p. 156).

---

<sup>56</sup> Osorio (2012, p. 59) considera a organização da produção também um mecanismo de superexploração da força de trabalho “[...] porque desvela diversos procedimentos para produzir e incrementar a mais-valor, assim como para a organização laboral”. Já Amaral e Carcanholo incluem a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal, também como forma de superexplorar a força de trabalho. Segundo os autores a relação entre a ampliação do valor a superexploração da força de trabalho “[...] está relacionada à ideia de que a determinação do valor da força de trabalho é histórico-social e, com o avanço das forças produtivas e, portanto, das necessidades humanas, esse valor sobe e, se não é pago integralmente, temos uma nova forma de superexploração do trabalho” (2012, p. 100).

Como explicado anteriormente, os países periféricos, nos quais o setor produtor de bens-salários é predominante, compensarão a perda do mais-valor por meio da superexploração da força de trabalho. Sem embargo, faz-se necessário apreender algumas distinções relevantes.

Marx (2013), quando formula a categoria mais-valor, destaca que o trabalho é o processo de consumir o valor de uso da força de trabalho, enquanto que a força de trabalho é a capacidade de trabalhar. Portanto, o trabalhador vende ao capitalista sua força de trabalho, e não o seu trabalho, mas sim sua capacidade de trabalhar. Essa distinção esclarece a relação da superexploração com a força de trabalho, e não com o trabalho em sentido restrito. Em suas obras, Marini não estabelece essa distinção, não porque o autor desconhecesse a importância, mas talvez devido à opção de simplificar o uso do termo.

É sabido também que esses mecanismos em conjunto, que conformam a superexploração, podem se reproduzir em realidades de economias com alto grau de desenvolvimento. Portanto, não estão restritos às economias dependentes. Alguns estudos como o de Carvalho e Oliveira (2008) apresentam as atuais condições de trabalho na Europa, e indicam aumento da precarização das condições de trabalho na Europa<sup>57</sup>.

O Capítulo 3 do presente estudo apresenta as interpretações de autores dependentistas contemporâneos, sobre a generalização da superexploração da força de trabalho, e sua extensão a países centrais. Nesse capítulo, constam os pontos de análise que estão considerados no debate, dado que esse é o ponto nevrálgico do debate atual sobre esta categoria.

É de conhecimento que o próprio Marini (2007[1996]) indicou a possibilidade de existência de superexploração da força de trabalho em países do capitalismo central. Contudo, faz-se necessário relativizar em que medida a exacerbação da exploração da força de trabalho em economias centrais está restrita à ordem conjuntural, localizada em períodos de crise. À diferença, nos países dependentes, os mecanismos de

---

<sup>57</sup> Faz-se necessário um estudo que indique determinações que influenciam o aumento da exploração do trabalho na Europa. Entretanto, este trabalho não avançará nessa pesquisa, devido à falta de condições para fazê-la de forma precisa. Para conhecimento ver: CASTELLS, Robert. “El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010. Ver também: BEYNON, Huw. “A destruição da classe operária inglesa?”. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais v.10 n.º.27, fev. 1995.

superexploração se reproduzem de forma continuada, sendo a forma de ser da extração de mais-valor, portanto um fenômeno estrutural.

Para nós, a superexploração, quando analisada por meio de seus mecanismos, pode acontecer em países centrais, dado que a exploração da força trabalho e extração de mais-valor ocorrem no modo de produção capitalista, onde quer que ele exista. Nesse sentido, pode-se inferir que a superexploração enquanto conjunto de mecanismos que induzem o trabalhador a viver abaixo de suas condições mínimas de reprodução pode estender-se às economias centrais, tornando-se a realidade da força de trabalhos nesses territórios.

Porém, as relações existentes entre as unidades dialéticas transferência de mais-valor e superexploração da força de trabalho e ruptura do ciclo do capital e superexploração da força de trabalho são específicas da reprodução do capital em economias dependentes.

Conforme apresentado no Capítulo 1, a transferência de mais-valor representa a forma como a riqueza produzida nos países dependentes é enviada para o exterior sem contrapartida. No caso da economia brasileira, a remessa de lucros, dividendos e juros, no contexto da mundialização financeira, expressa a transferência de mais-valor e a dependência do país em relação ao movimento de capitais estrangeiros.

A desacumulação da economia brasileira será recuperada via superexploração da força de trabalho em um movimento tendencial. No próximo item, indicaremos as expressões atuais da magnitude da superexploração da força de trabalho no Brasil.

## 2.2 EXPRESSÕES ATUAIS DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

### **2.2.1 Condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho do Brasil: uma análise a partir da abertura comercial e financeira**

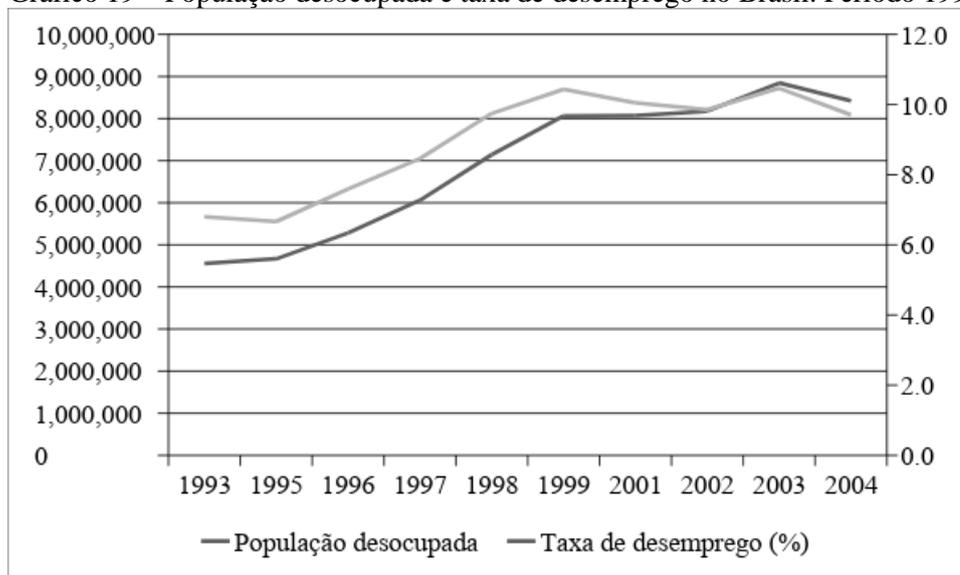
As condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho do Brasil após a abertura comercial e financeira e a entrada do país na mundialização financeira podem ser analisadas em períodos diferentes, quais sejam: 1994 a 2003; 2004 a 2012; 2013 a

2018<sup>58</sup>. Essa divisão deve-se à multiplicidade de determinações econômicas e políticas que ocorreram nos respectivos períodos. Em cada um, houve uma série de características e mudanças que lhes confere particularidades.

No período que compreende os anos de 1994 a 2003, as condições de uso da força de trabalho no Brasil foram assoladas pela desestruturação do mercado de trabalho e pelo desemprego estrutural (POCHMAN, 1998). O Gráfico 19, demonstra que, de 1995 a 1999, a população desocupada no Brasil cresceu 73%, e a taxa de desemprego aumentou 57%. Em 2001 e 2002, houve ligeira redução do volume da população desocupada e da taxa de desemprego, porém com recuperação em 2003.

Apesar dessas oscilações, os registros da série do Gráfico 19 demonstram a magnitude do desemprego no período em que as políticas neoliberais começaram a ser implantadas no país. Os ajustes econômicos realizados, por meio do corte dos gastos públicos, foram um dos determinantes da piora das condições de trabalho no país. As privatizações também contribuíram para o aumento significativo do número de desempregados, pois, com a venda das empresas públicas, muitos empregados foram demitidos<sup>59</sup>. Finalmente, a crise de 1999, ocasionada pela desvalorização do real, gerou forte desequilíbrio na economia brasileira, afetando diretamente a taxa de desemprego do país.

Gráfico 19 – População desocupada e taxa de desemprego no Brasil. Período 1993-2004<sup>60</sup>



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Elaboração própria.

<sup>58</sup> O ano de 2018 será o limite para a análise do período, devido à disponibilidade dos dados. Porém, consideramos que esse período ainda está em vigor.

<sup>59</sup> As empresas do setor estatal que foram privatizadas cortaram 546 mil postos de trabalho no período de 1989 a 1999.

<sup>60</sup> Os dados de 1994 e 2000 não estão disponíveis na página do IBGE.

As políticas econômicas neoliberais, juntamente com o aumento da vulnerabilidade econômica do Brasil (GONÇALVES, 2006), geraram problemas estruturais nas condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho do país. Além do aumento do desemprego, a mundialização permitiu que transformações na organização da produção fossem incorporadas no Brasil, por meio da ampliação da flexibilidade das relações de trabalho<sup>61</sup>.

Durante os anos 1990, o padrão produtivo taylorista e fordista foi sendo substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, em todo o mundo. Essa mudança ficou conhecida como acumulação flexível (HARVEY, 1992)<sup>62</sup>, e que tem o toyotismo como exemplo. Por meio da acumulação flexível, as empresas passaram a ter maior liberdade para ajustar a produção e o uso da força de trabalho, ante às flutuações econômicas, inovações tecnológicas e alterações nas estratégias de alocação do capital. Desde então, a flexibilização das relações de trabalho vem permitindo que as empresas desregulem o uso da força de trabalho, reduzindo e/ou adaptando a proteção trabalhista, contrapondo-se ao peso dos sindicatos<sup>63</sup>.

Para Antunes (2012), a flexibilização das relações de trabalho insere-se gradualmente no Brasil, ainda nos anos 1980, e se intensifica nos anos 1990. Como consequência da flexibilização, a produção brasileira inicia o processo de desregulamentação do trabalho e passa a incorporar o sistema *just-in-time* com programas de qualidade total, implantando métodos participativos que buscam envolver

---

<sup>61</sup> Na obra *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho* (2011) Ricardo Antunes oferece um estudo aprofundado das mudanças ocorridas no modo de produção a partir da flexibilização, e os impactos no uso na força de trabalho.

<sup>62</sup> Para Harvey (1992, p.140), [...] a acumulação flexível nos diz que essa fase da produção é “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizar-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

<sup>63</sup> Segundo Standig (2013), as diferentes formas de flexibilização das relações de trabalho podem ocorrer de diversas maneiras. Ocorre flexibilização das relações de trabalho a partir da inserção de novos métodos organizacionais como *just-in-time*, trabalho em grupo etc., bem como a terceirização da produção. Contratos de trabalho cujo salário é determinado em função da produtividade do trabalho também representam características da flexibilização das relações de trabalho, assim como trabalho temporário, parcial, autoemprego, teletrabalho, todos com jornada de trabalho flexível.

o trabalhador, entre outras modificações que evidenciam a perda de direitos trabalhistas e o aumento da precarização do trabalho<sup>64</sup>.

Juntamente com a flexibilização do trabalho, havia um volume expressivo de trabalhadores em condições de trabalho informal. A maioria das pessoas entrou na economia informal, sem carteira assinada e cobertura social, porque não encontrava emprego no setor formal e, ao mesmo tempo, não podia se permitir o desemprego absoluto. No período de 1994 a 2003, o contingente de empregos informais era de 60% (IBGE – séries temporais). O aumento da informalidade se expressava na ampliação de contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias<sup>65</sup>.

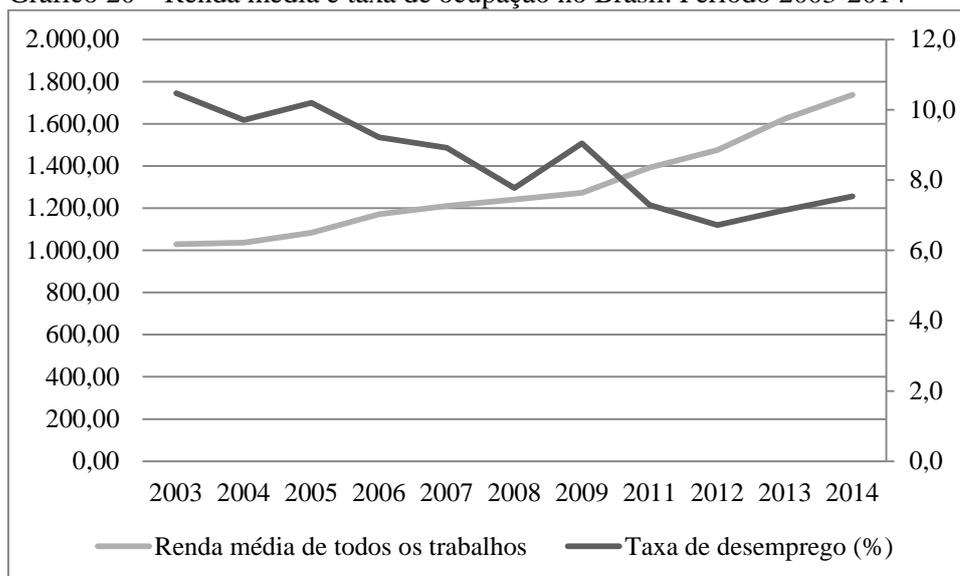
A situação do mercado de trabalho no Brasil reverteu-se temporariamente, no período entre 2004 a 2012, quando a economia brasileira cresceu em razão dos efeitos do aumento da demanda e dos preços internacionais das *commodities*. O Gráfico 20 ilustra que, a partir de 2003, a taxa de desemprego foi de 10,5%, e inicia trajetória decrescente, alcançando em 2008, 7,8%. Apesar da leve elevação em 2005, quando a taxa voltou a estar em torno de 10%, a redução da taxa de crescimento teve impacto positivo na renda.

---

<sup>64</sup> Para Antunes (2012, p. 47), a reestruturação produtiva no Brasil efetivou-se por meio da junção entre elementos do fordismo e novas formas de acumulação flexível que, segundo o autor, expressa “[...] formas diferenciadas, configurando uma realidade que comporta tanto elementos de *continuidade* como de *descontinuidade* em relação às fases anteriores”.

<sup>65</sup> Para Alves e Tavares (2006), os trabalhadores informais podem ser caracterizados em três modalidades, quais sejam: trabalhadores informais tradicionais, que recebem baixa remuneração, trabalham em formas de contratos temporários e possuem baixa qualificação. Outra modalidade de informalidade é feita pelos trabalhadores informais assalariados sem registro, que trabalham sem carteira assinada e que se especializam em alguma função. Finalmente, estão os trabalhadores informais por conta própria, que atuam na produção doméstica de mercadorias, contando com sua própria força de trabalho ou de familiares e/ou de terceiros.

Gráfico 20 – Renda média e taxa de ocupação no Brasil. Período 2003-2014



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Elaboração própria.

Segundo o Gráfico 20, a renda média de 2003 a 2008 aumentou 20%, gerando crescimento no poder de compra. A trajetória de crescimento da renda permaneceu ao longo da série e foi acompanhada pelo aumento do consumo das famílias, que passaram a se endividar, apesar das elevadas taxas de juros<sup>66</sup>.

Esse quadro de crescimento da economia e de melhora dos indicadores do mercado de trabalho ocorreu sem alterações substantivas das taxas de informalidade e grau de flexibilização do trabalho. No período, segundo dados do IBGE (séries temporais), a informalidade saiu de 57,5%, em 2003, para 50,9%, em 2009. Esse resultado, embora demonstre redução em relação ao período anterior, indica que o volume de trabalhadores em trabalhos informais se manteve alto.

A flexibilização do trabalho foi intensificada com a ampliação da terceirização do trabalho<sup>67</sup>. As mudanças na organização da produção diminuem a quantidade de empregados permanentes, intensificando a flexibilidade funcional dos permanentes e a flexibilidade quantitativa dos demais. Além da proliferação dos contratos parciais e temporários, observa-se a continuidade de altas taxas de rotatividade.

<sup>66</sup> Para conhecimento sobre o aumento do crédito ao consumo no Brasil, ver: “Crédito ao consumo na economia brasileira contemporânea”. ARRUDA, Henrique Lacerda, 2019.145f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

<sup>67</sup> Para conhecimento do processo de terceirização no Brasil, ver: “Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate”. CAMPOS, André Gambier (Org). IPEA: Brasília, 2018.

Em 2009, devido à crise financeira norte-americana que se iniciou em 2007/2008, a taxa de desemprego atingiu 9% da população. O governo brasileiro reagiu com políticas de estímulo ao consumo interno (MARQUES; NAKATANI, 2012), reduzindo temporariamente os impostos indiretos sobre produtos. O governo também manteve a programação dos investimentos públicos, continuou aumentando o salário mínimo e fortaleceu os bancos públicos para que pudessem compensar a retração dos privados no atendimento da demanda de crédito. De 2011 a 2012, a taxa de desemprego apresentou redução. Porém, a intervenção do governo brasileiro na economia não foi suficiente, devido ao aumento da vulnerabilidade econômica que a crise gerou no país.

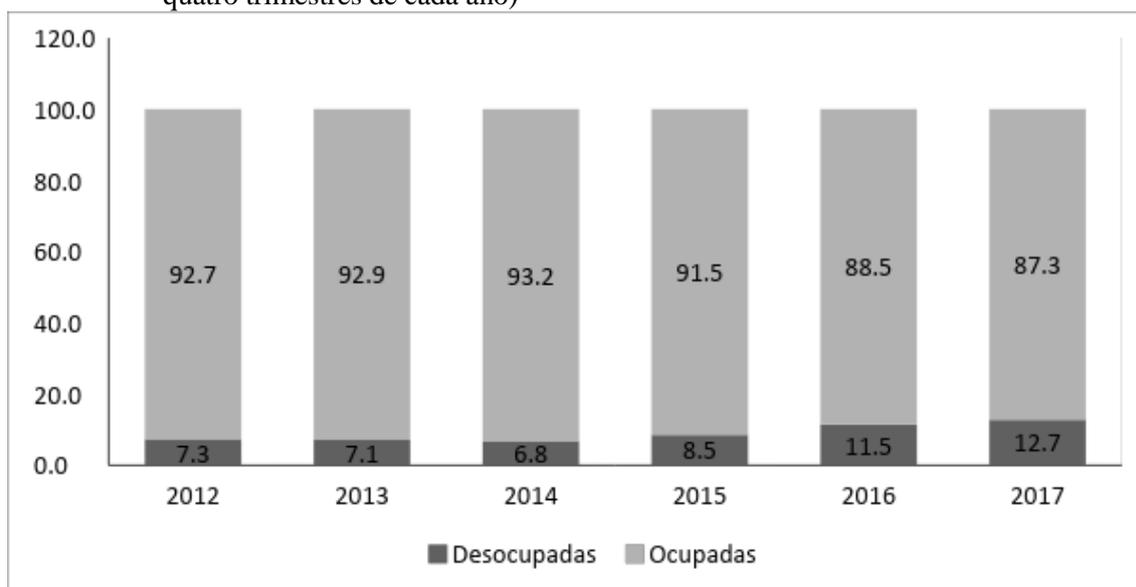
Em 2013, a taxa de desemprego inicia trajetória de crescimento, e, a partir de 2014, os problemas ocasionados pela crise de 2008 se intensificaram, em razão do arrefecimento da economia chinesa e a instabilidade da política nacional, interrompendo a melhora nos indicadores das condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho<sup>68</sup>. A taxa de desocupação ilustrada no Gráfico 21 indica que, em 2015, 8,5% da força de trabalho estava desocupada; em 2016, o percentual subiu para 11,5%; e a tendência a alta permaneceu, em 2017, quando alcançou o patamar de 12,7%.

---

<sup>68</sup> Desde 2012, o IBGE vem mantendo paralelamente o levantamento das duas principais pesquisas sobre a força de trabalho do País: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego – PME. As duas pesquisas possuem diferenças metodológicas, no que diz respeito à amostra e ao questionário. Para conhecimento das diferenças metodológicas da base de informações da PNAD e da PME, ver: “Nota Técnica Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD – Contínua”, disponível

em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Nota\\_Tecnica/Nota\\_Tecnica\\_Diferencas\\_Metodologicas\\_das\\_pesquisas\\_PNAD\\_PME\\_e\\_PNAD\\_Continua.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf)> Acesso em: 19 nov. 2018.

Gráfico 21– Força de trabalho – ocupados e desocupados – distribuição (%) (média dos quatro trimestres de cada ano)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Elaboração própria.

Os dados de posição na ocupação e categoria do emprego, apresentados na Tabela 11, indicam o aumento do trabalho informal. O número de empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada inicia trajetória negativa a partir de 2015, com redução de 2,5% de 2014 a 2015. Nos anos seguintes, o número de trabalhadores contratados com carteira assinada permanece reduzindo: 3,9%, em 2015/2016, e 2,8%, em 2016/2017.

O quantitativo de trabalhadores sem carteira a partir de 2015 interrompe uma trajetória de registros negativos e inicia um período de aumento, quando em 2015/2016 há aumento de 0,7% e, em 2016/2017, a variação positiva foi de 5,5%. O aumento da informalidade do trabalho também pode ser verificado no registro de empregos por conta própria, que em 2014/2015 subiu 4,4%.

Tabela 11– Posição na ocupação e categoria do emprego – variação (%) (média dos quatro trimestres de cada ano)

(continua)

		2012/2014	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Empregado no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos)	Com carteira de trabalho assinada	3,0	3,6	-2,5	-3,9	-2,8
	Sem carteira de trabalho assinada	-2,2	-4,2	-2,9	0,7	5,5

Tabela 11– Posição na ocupação e categoria do emprego – variação (%) (média dos quatro trimestres de cada ano)

	(conclusão)				
Trabalhador doméstico	-2,4	-0,2	1,8	1,5	0,1
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	0,0	2,4	-0,2	-1,8	0,6
Empregador	4,9	1,5	6,2	-2,6	8,4
Conta própria	2,2	2,0	4,4	1,2	0,7
Trabalhador familiar auxiliar	-0,1	-6,0	-0,9	-18,4	4,3

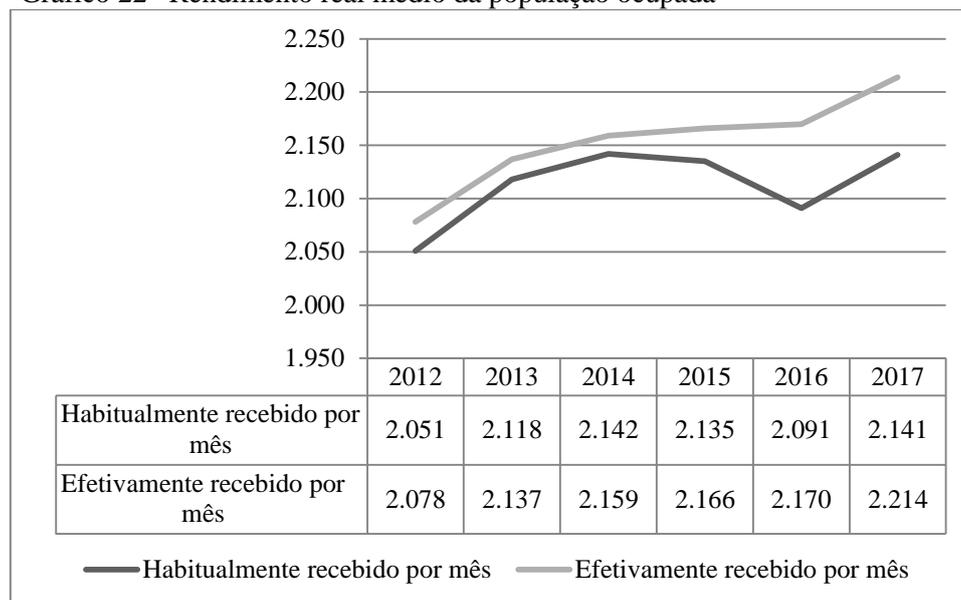
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Elaboração própria.

O Gráfico 22 apresenta o registro dos valores habitualmente e efetivamente recebidos por mês, no período de 2012 a 2017. Segundo a metodologia da PNAD – contínua<sup>69</sup>, os rendimentos habitualmente recebidos por mês correspondem aos valores recebidos mensalmente por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, sem acréscimos extraordinários ou descontos esporádicos. Já os efetivamente recebidos por mês incluem todos os pagamentos que não tenham caráter contínuo – bonificação anual, salário atrasado, horas extras, participação anual nos lucros, 13º salário, 14º salário, adiantamento de salário etc. – e consideram os descontos por ausências no trabalho – faltas, parte do 13º salário antecipado, prejuízo eventual causado ao empreendimento etc.

<sup>69</sup> Metodologia PNAD/IBGE disponível em:

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Mensal/glossario\\_pnadc\\_mensal.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf)> Acesso em: 19 nov. 2018.

Gráfico 22– Rendimento real médio da população ocupada



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua.  
Elaboração própria.

Nota: Rendimento real médio (em preços constantes) de toda população ocupada com rendimento de trabalho.

A série apresentada no Gráfico 22 ilustra que o rendimento habitualmente recebido pela população ocupada apresentou redução nos períodos de 2014, 2015 e 2016, porém com recuperação em 2017. Contudo, uma análise detalhada do registro dos rendimentos médios por posição da ocupação, a partir dos registros da Tabela 12, revela aspectos específicos que relativizam a recuperação do rendimento médio em 2017. Nota-se pela série que o rendimento médio dos trabalhadores por conta própria se reduz a partir de 2014.

Tabela 12– Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas, com rendimento de trabalho (por posição na ocupação)

	(continua)					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada (exclusive trabalhadores domésticos)	1.959	2.007	2.027	2.035	2.009	2.059
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada (exclusive trabalhadores domésticos)	1.197	1.230	1.238	1.229	1.221	1.234
Trabalhador doméstico	773	806	845	844	845	851
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	3.109	3.188	3.230	3.239	3.289	3.340

Tabela 12– Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas, com rendimento de trabalho (por posição na ocupação)

	(conclusão)					
Empregador	5.544	5.786	5.646	5.565	5.327	5.529
Conta própria	1.588	1.654	1.684	1.627	1.571	1.562

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua – 2012-2017.

A precarização do trabalho ou das condições de trabalho é uma categoria muito estudada pela sociologia do trabalho<sup>70</sup>. Há, nesse debate, definições que tentam recuperar a forma como Marx a apresentou, dando novas características de acordo às mudanças da forma de organização da produção. Esse debate é de suma importância; no entanto nos importa destacar quais são as condições de uso da força de trabalho no Brasil, que expressam aumento da precarização.

Os dados utilizados para analisar as atuais condições de trabalho no Brasil relevam o aumento da precarização do trabalho em todos os períodos analisados. Os aspectos da precarização do trabalho se expressam no aumento da flexibilidade das relações de trabalho e no aumento da informalidade.

A intensificação da flexibilização das relações de trabalho esteve presente em todos os períodos a partir da inserção do Brasil no contexto da mundialização financeira. Nesse período, devido à crescente instabilidade e insegurança com a abertura comercial e financeira, as relações de trabalho reestruturam-se para se tornarem mais flexíveis. Nesse sentido, ampliou-se a terceirização da produção, promovendo modificações no uso da força de trabalho, redefinindo a forma da relação capital e trabalho e do envolvimento do trabalhador na empresa. Desde então, a flexibilidade vem facilitando o ajuste da força de trabalho à demanda da empresa, reduzindo custos de demissões e o tempo de contratação. Com isso, as condições de trabalho se tornam mais precárias, e o trabalhador mais vulnerável às oscilações econômicas.

Já a informalidade, apesar de haver declinado durante o período de 2004 a 2014, ainda é uma realidade constante no mercado de trabalho do Brasil. Essa condição vem

<sup>70</sup> Sotelo (2015) aponta para a diversidade de interpretações sobre a precarização do trabalho: “Diferentes conceitos, desde várias perspectivas e enfoques teóricos, refletem essas mudanças e preocupações teóricas derivadas das estruturas de classes da sociedade contemporânea como um produto da reestruturação do capitalismo e da imperante necessidade de incrementar suas taxas de lucros: the symbolic analyst de Reich, o infoproletariado de Antunes, o cybertariat de Úrsula Huws ou o precariat de Guy Standing; as condições de proletariado de Alves, entre outros” (p. 146, tradução nossa). Para conhecimento do debate sobre o precariado ver também: “Precariado em questão: uma investigação a partir de seus teóricos” FERNANDES, Vinícius Tomaz. 2019.111f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

sendo potencializada com formas de garantir renda por conta própria. O trabalho por conta própria oferece baixos rendimentos, além de não assegurar o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade, e em caso de doença o trabalhador interrompe o trabalho e perde sua fonte de renda. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e não oferece direitos básicos ao trabalhador, que em condições econômicas desfavoráveis se torna mais desprotegido.

As condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho do Brasil pioraram após a abertura comercial e financeira, quando a problemática da dependência determinada pela transferência de mais-valor se acentuou. Essa relação ocorre porque, no processo de desacumulação da economia brasileira e vulnerabilidades decorrentes das crises econômicas, o capital recupera a perda de mais-valor por meio da superexploração da força de trabalho. Dessa forma, o reflexo das oscilações econômicas, a partir da entrada do país na mundialização financeira, é a intensificação da precarização das condições de trabalho.

Diante da intensificação da precarização das condições de trabalho, torna-se importante entender como a superexploração da força de trabalho se expressa. No próximo item, buscar-se-ão aspectos que demonstrem a superexploração da força de trabalho no Brasil, a partir dos mecanismos de remuneração abaixo do valor de reprodução da força de trabalho, produção de mais-valor absoluto e as condições de intensidade do trabalho.

### **2.2.2 A superexploração no Brasil e a precarização das condições de trabalho**

A aproximação quantitativa de extração de valor por meio dos mecanismos de superexploração se baseia no estudo da remuneração abaixo do valor, por meio do salário mínimo e salário mínimo necessário, bem como a relação entre salário mínimo e remuneração média. Outra forma de entender a dimensão da superexploração, é através da análise da jornada de trabalho, diária e semanal, que oferece parâmetros e aproximação para a magnitude da produção de mais-valor absoluto. Finalmente, o aumento da intensidade do trabalho, pode ser revelado pelo número de acidentes de trabalho.

Esses mecanismos conjugados aumentam o desgaste da força de trabalho, que será acompanhado pelo aumento do valor de reprodução da força de trabalho, uma vez

que o trabalhador necessitará de uma quantidade maior de bens para garantir a sua subsistência. Contudo, como o aumento do valor da força de trabalho não é combinado com o aumento da remuneração, a superexploração se torna o *modus operandis* da recuperação do valor em contexto de transferência de mais-valor.

### 2.2.2.1 Remuneração e reprodução da força de trabalho no Brasil de 1994 a 2017

Segundo Marini (2005[1973]), na realidade das economias dependentes a compensação da transferência de mais-valor é operacionalizada por meio da remuneração da força de trabalho abaixo do valor necessário para sua reprodução. Torna-se necessário analisar as formas como esse fenômeno se manifesta na realidade concreta, para compreender em que medida os trabalhadores do capitalismo dependente vivem aquém de suas condições mínimas de sobrevivência. Com essa finalidade, serão analisados os registros das remunerações da força de trabalho brasileira, no período de 1994 a 2017.

A partir da análise das condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho no Brasil, entre 1995 a 2017, é possível inferir que existiram um conjunto de determinações econômicas e políticas que implicaram na variação da remuneração ao longo do período. O Gráfico 23 ilustra que, no período de 1995 a 2003, os ganhos reais dos salários foram menores devido à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em torno de 9,5% (IBGE – série temporal – média dos anos), o que resultou em ganho real médio em cerca de 6% ao ano.

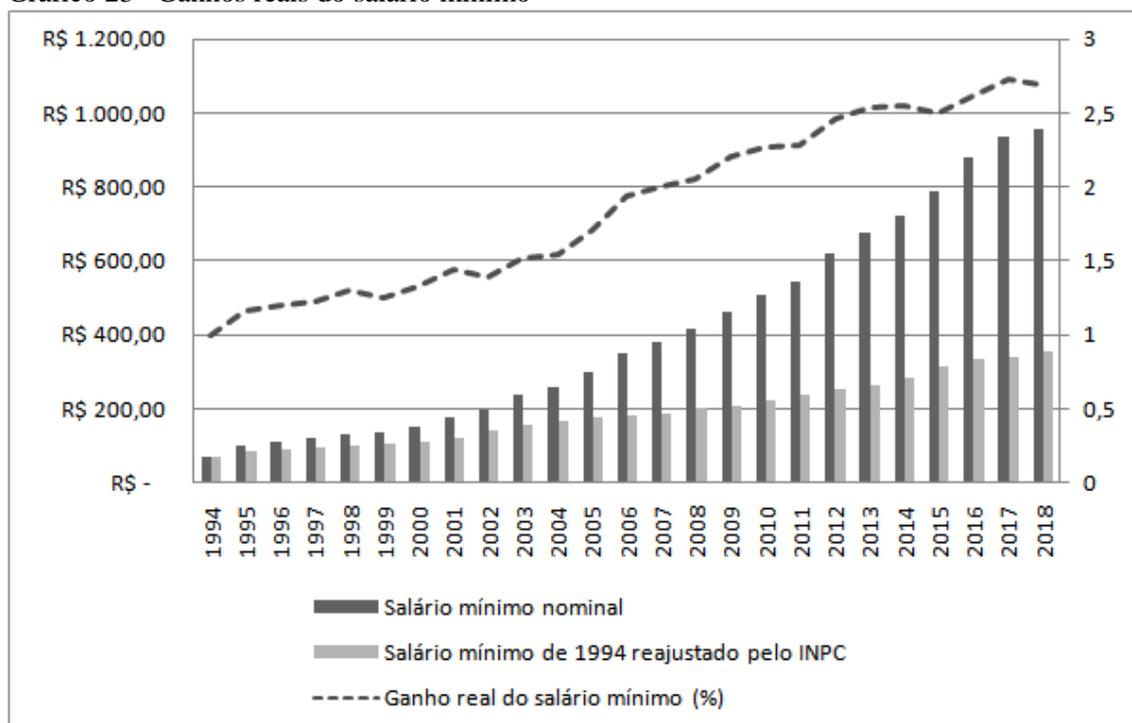
A partir de 2004 a 2012, com a redução da inflação, os ganhos reais dos salários aumentaram, como pode ser observado no Gráfico 23. Nesse período, em decorrência da política de valorização do salário mínimo, que passou a vigorar a partir de 2008, o reajuste salarial passa a ser calculado pelo INPC, para garantir a reposição das perdas inflacionárias e pelo aumento real segundo o crescimento do PIB referente ao ano anterior. Dessa forma, a correlação entre o salário mínimo e o INPC aumenta, e os reajustes salariais passam a absorver em grande medida os aumentos inflacionários. Porém, o ganho salarial real médio anual, no período de 2004 a 2012, foi de 7%, não muito acima do resultado do período anterior<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> Borges e Garcia (2013), em estudos sobre a participação da massa salarial sobre o PIB demonstram que no período de 2004 a 2008, houve redução da participação dos salários na composição do PIB, indicando que o crescimento da produção não foi acompanhado pelo crescimento dos salários.

No período de 2013 a 2018, o ganho salarial médio anual foi de 1,16%, reflexo do aumento da inflação do período, que a exemplo de 2016 registrou 11,68% (IBGE – série temporal). Esse resultado demonstra que o aumento dos salários não se efetivou a partir da inflação do período anterior, revelando o início de desmonte da política de valorização salarial.

Gráfico 23– Ganhos reais do salário mínimo

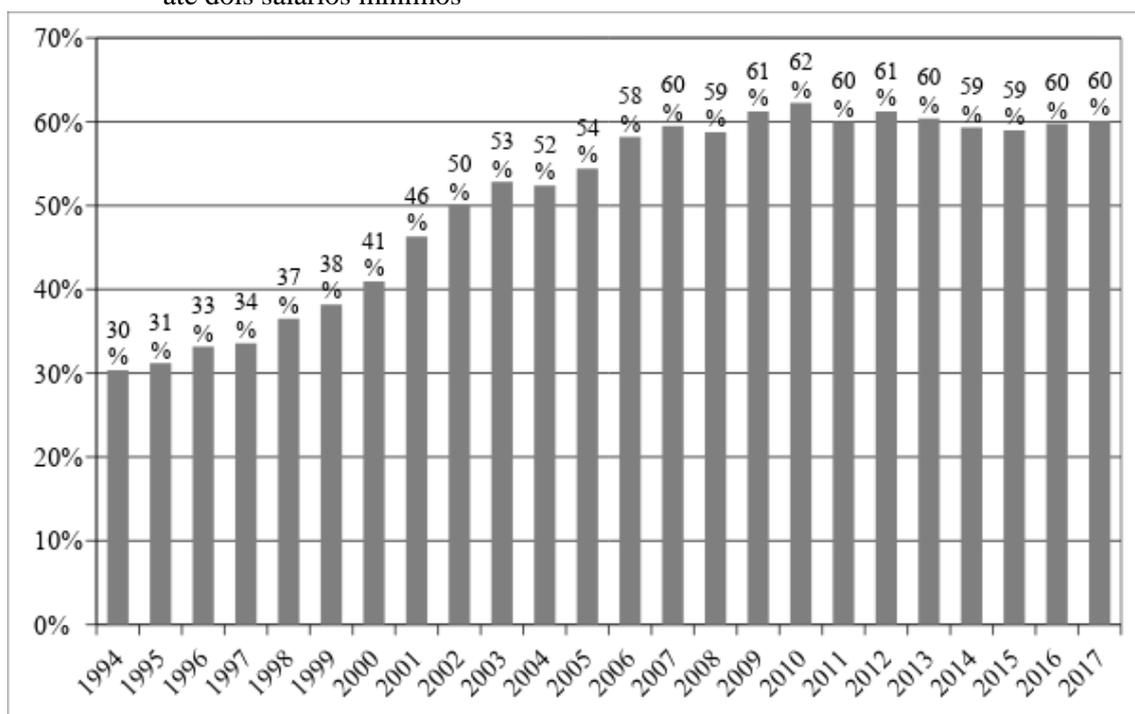


Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Elaboração própria.

Nota: O cálculo do ganho real é feito a partir da relação entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo de 1994 reajustado pelo INPC.

A série de dados do Gráfico 24 ilustra a porcentagem de número de vínculos empregatícios com faixa de remuneração de até dois salários mínimos no registro de trabalho formal, no período de 1994 a 2017. De 1994 a 1996, aproximadamente 30% dos vínculos estavam na faixa de remuneração de até dois salários mínimos. Em 2003, esse montante alcança 50% e, a partir de 2006, a porcentagem aumenta para 60%, e assim se mantém até 2017. Essa tendência deve-se em parte ao aumento do número de contratação, em decorrência do crescimento das ocupações que revela o foco da política de emprego e renda no Brasil que se concentra em setores com baixa remuneração.

Gráfico 24– Porcentagem de número de vínculos empregatícios com faixa de remuneração de até dois salários mínimos

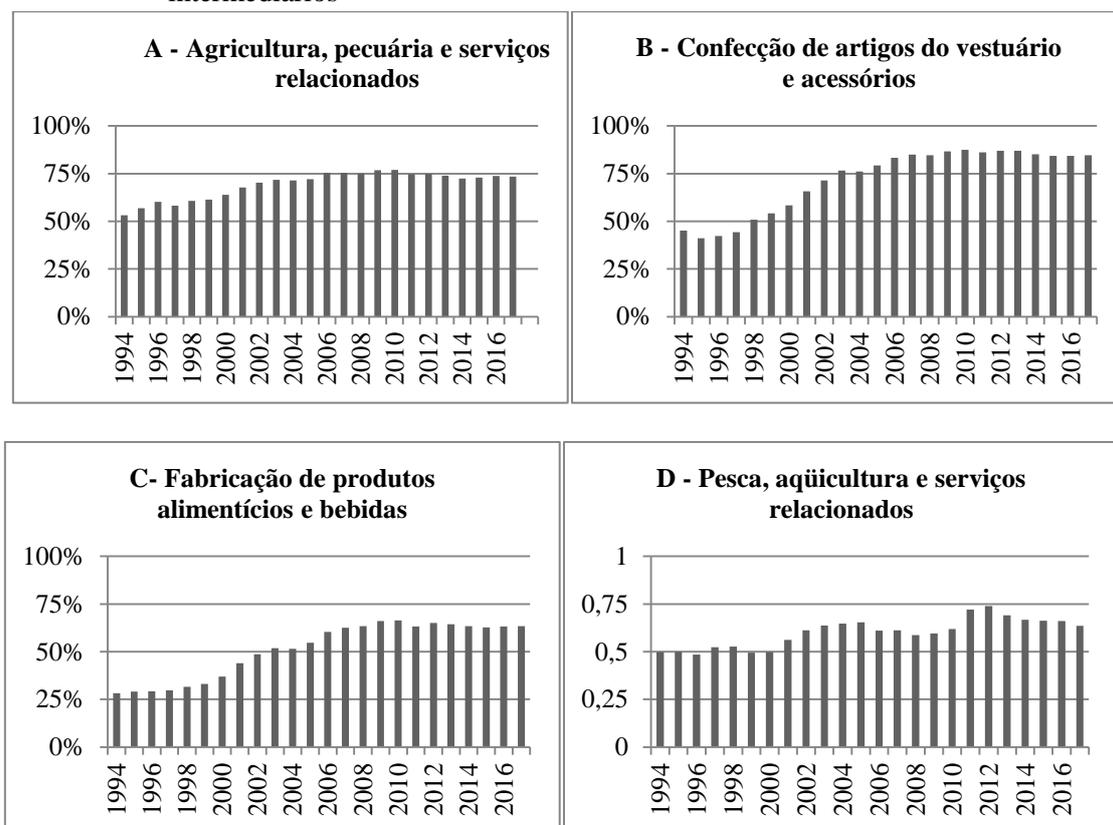


Fonte: MTE – Rais. Elaboração própria.

O Gráfico 25 apresenta a porcentagem de número de vínculos empregatícios com faixa de remuneração de até dois salários mínimos em setores de produção de bens intermediários.

Na agricultura e pecuária (Gráfico 25-A), 50% dos vínculos se mantêm em até dois salários mínimos, sendo que, a partir de 2002, essa porcentagem sobe para 70% e se mantém até 2017. O setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios (Gráfico 25-B) apresenta alto percentual de vínculos com remuneração de até dois salários mínimos, que, a partir de 2005, alcançou aproximadamente 80%, que vem se mantendo até 2017. Finalmente, o setor de fabricação de produtos alimentícios e bebidas (Gráfico 25-C) também apresenta grande parcela de vínculos empregatícios que recebe até dois salários mínimos, com percentual que, a partir de 2006, passa a girar em torno de 60%.

Gráfico 25 – Brasil – porcentagem de número de vínculos empregatícios com faixa de remuneração de até dois salários mínimos em setores de produção de bens intermediários



Fonte: MTE –Rais. Elaboração própria.

A Tabela 13 contém dados referentes ao salário mínimo nominal e salário mínimo necessário, calculado pelo DIEESE<sup>72</sup>, e a relação percentual entre ambos, ao longo do período de 1994 e 2013. A série apresentada na Tabela 13 revela que, ao longo dos 19 anos, o salário mínimo necessário está muito acima do salário mínimo nominal determinado por lei, o que demonstra que o salário mínimo nominal não vem cobrindo os valores necessários para as despesas das famílias, que envolvem os produtos da cesta básica e seus respectivos valores e quantidades mensais<sup>73</sup>.

A relação percentual entre o salário mínimo e o salário mínimo necessário demonstra que, de 1994 a 2004, o valor recebido pelo trabalhador formal representou em média 15% do necessário para sua plena reprodução. A partir de 2005, esse percentual sobe para 20%, e a trajetória de crescimento se manteve, atingindo 25% em 2012, mesmo percentual nos anos subsequentes, o que revela a persistência de reajuste

<sup>72</sup> O salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE possui limitações metodológicas, pois é restrito às condições de renda do estado de São Paulo, além de não considerar a participação de outros entes na renda das famílias e a variação da cesta básica de alimentos.

<sup>73</sup> Para conhecimento da metodologia de cálculo ver: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>.

do montante de rendimento salarial para que se adéque aos valores do conjunto de bens básicos atualmente consumidos pelas famílias brasileiras.

Tabela 13 – Brasil – salário mínimo nominal e salário mínimo necessário

	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário (média de 12 meses)	Relação percentual
1994	R\$ 70,00	R\$ 690,91*	10%
1995	R\$ 100,00	R\$ 740,44	14%
1996	R\$ 112,00	R\$ 795,39	14%
1997	R\$ 120,00	R\$ 802,55	15%
1998	R\$ 130,00	R\$ 878,09	15%
1999	R\$ 136,00	R\$ 901,14	15%
2000	R\$ 151,00	R\$ 967,07	16%
2001	R\$ 180,00	R\$ 1.072,68	17%
2002	R\$ 200,00	R\$ 1.188,69	17%
2003	R\$ 240,00	R\$ 1.421,01	17%
2004	R\$ 260,00	R\$ 1.482,61	18%
2005	R\$ 300,00	R\$ 1.510,36	20%
2006	R\$ 350,00	R\$ 1.500,71	23%
2007	R\$ 380,00	R\$ 1.679,77	23%
2008	R\$ 415,00	R\$ 2.002,00	21%
2009	R\$ 465,00	R\$ 2.042,43	23%
2010	R\$ 510,00	R\$ 2.110,26	24%
2011	R\$ 545,00	R\$ 2.272,45	24%
2012	R\$ 622,00	R\$ 2.463,81	25%
2013	R\$ 678,00	R\$ 2.765,33	25%
2014	R\$ 724,00	R\$ 2.925,16	25%
2015	R\$ 788,00	R\$ 3.280,75	24%
2016	R\$ 880,00	R\$ 3.875,13	23%
2017	R\$ 937,00	R\$ 3.744,52	25%
2018	R\$ 954,00	R\$ 3.714,25**	26%

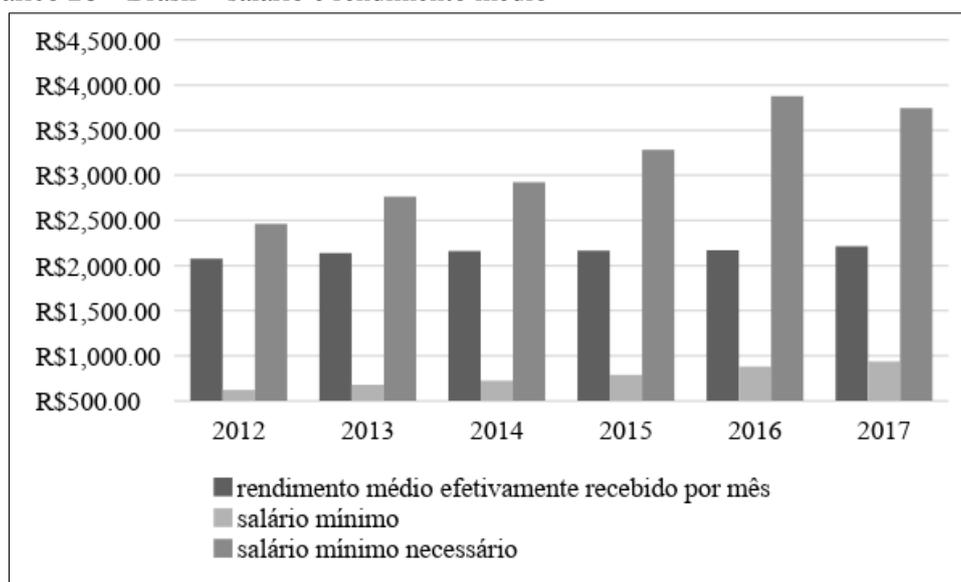
Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Elaboração própria.

\*Média de 6 meses.

\*\*Média de 10 meses.

O Gráfico 26 ilustra a diferença entre os resultados do rendimento médio, o salário mínimo e o salário mínimo necessário, no período de 2012 a 2017. A série indica que o valor dos bens básicos para a reprodução dos trabalhadores cresceu nos anos de 2012 a 2017, alcançando em 2016, R\$ 3.875,13. Já o rendimento médio não alcançou o valor do salário mínimo necessário em nenhum dos registros do Gráfico 26, e a distância entre valores foi se expandindo ao longo da série. Dessa forma, nota-se que o rendimento médio, que agrega a renda oriunda de todos os trabalhos, não acompanha o crescimento do salário mínimo necessário no período analisado.

Gráfico 26 – Brasil – salário e rendimento médio



Fonte: MTE – Rais e PNAD - contínua. Elaboração própria.

Nota: Rendimento médio série do Gráfico 22.

Os dados revelam que a política salarial no Brasil variou durante o período de 1994 a 2017. Essa variação esteve condicionada pelas oscilações da inflação, e também pelo empenho da política econômica de valorização salarial. Segundo os dados (Gráfico 23), o salário mínimo cresceu a partir de 2003, entretanto é necessário relativizar os impactos desse crescimento em relação às melhorias das condições de vida do trabalhador brasileiro.

A análise dos registros das remunerações da força de trabalho brasileira demonstra que não houve expressivos ganhos reais dos salários, a despeito da valorização salarial e que, no Brasil, existe uma concentração da força de trabalho empregada em postos de trabalho com baixa remuneração. Essa condição se torna um reflexo da precarização das condições de trabalho, pois a remuneração mínima do brasileiro não corresponde ao mínimo necessário para sua sobrevivência. Dessa forma, é possível inferir que, de forma geral, a condição de vida do trabalhador brasileiro está muito aquém de suas necessidades básicas.

A manutenção da remuneração da força de trabalho brasileira, abaixo de suas condições mínimas de subsistência, indica que as condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho do Brasil pioraram após a abertura comercial e financeira. Dessa forma, todos os esforços de aumento salarial foram insuficientes diante da

problemática da dependência determinada pela transferência de mais-valor, e não resolveram a superexploração da força de trabalho.

#### *2.2.2.2 Condições da jornada de trabalho no Brasil de 1994 a 2017*

Marini (2005[1973]) afirma que o aumento da prolongação da jornada de trabalho é um mecanismo de superexploração da força de trabalho, pois implica em maior dispêndio da força de trabalho, levando ao esgotamento do trabalhador. O aumento do desgaste da força de trabalho implicará no crescimento do valor necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho. Na medida em que o trabalhador necessita de mais bens para garantir a reprodução de sua força de trabalho, e o salário não acompanhar o valor acrescido, o trabalhador está sendo superexplorado.

Muitas vezes associado às empresas de baixo nível produtivo, o prolongamento da jornada é um mecanismo de extração de valor recorrente em países dependentes. Para compreender a forma como o aumento do mais-valor absoluto se expressa no Brasil, serão analisadas a jornada de trabalho semanal, horas trabalhadas e a magnitude das horas extras trabalhadas, no período de 1994 a 2017.

Os dados do Quadro 6 apresentam a média da jornada de trabalho semanal nos setores que operam no comércio internacional, cujo resultado da série de 1994 a 2017 indica que nenhum dos setores listados opera acima do limite legal de 44 horas<sup>74</sup>. Por se tratar de um resultado agregado, este dado torna-se um indicador imperfeito e que, portanto, deve ser relativizado, pois não oferece as particularidades de regiões metropolitanas, nas quais a jornada de trabalho tangencia ou supera o limite de 44 horas semanais. Ademais, trata-se do registro de horas contratadas, no mercado de trabalho formal; logo, não estão incluídas as horas extras e as jornadas de trabalho em condições de informalidade.

---

<sup>74</sup> Segundo a Constituição brasileira, o limite legal do regime de trabalho com carteira assinada é de 44 horas semanais.

Quadro 6– Jornada de trabalho semanal (média de horas contratadas)

Ano	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	Pesca, aquicultura e serviços relacionados	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	Metalurgia básica
1994	43,5	42,7	43,7	43,6	42,6	42,7	42,7
1995	43,6	42,5	43,7	43,7	42,6	42,9	42,7
1996	43,6	42,7	43,7	43,7	42,3	43,0	42,6
1997	43,7	43,4	43,7	43,7	42,4	43,2	42,6
1998	43,7	43,3	43,7	43,7	42,4	43,5	42,6
1999	43,7	43,8	43,7	43,8	42,5	43,5	42,4
2000	43,7	43,7	43,7	43,8	42,7	43,2	42,9
2001	43,7	43,6	43,8	43,8	42,7	42,9	43,0
2002	43,7	43,6	43,7	43,8	42,7	43,2	42,9
2003	43,7	43,8	43,7	43,8	42,7	43,0	42,9
2004	43,7	43,8	43,7	43,8	42,6	43,0	42,8
2005	43,8	43,7	43,7	43,8	42,7	43,1	42,7
2006	43,8	43,8	43,7	43,8	42,9	43,4	42,6
2007	43,8	43,8	43,7	43,8	42,8	43,4	42,7
2008	43,8	43,6	43,7	43,8	42,7	43,5	42,5
2009	43,8	43,8	43,7	43,8	42,8	43,4	42,5
2010	43,8	43,7	43,7	43,7	42,8	39,4	42,5
2011	43,7	43,3	43,6	43,7	42,7	39,6	42,4
2012	43,7	43,8	43,5	43,7	42,6	39,7	42,3
2013	43,7	43,8	43,5	43,6	42,6	39,7	42,3
2014	43,6	43,8	43,5	43,5	42,5	39,7	42,1
2015	43,7	43,7	43,4	43,5	42,3	39,6	42,0
2016	43,7	43,7	43,3	43,5	42,2	39,4	41,9
2017	43,6	43,6	43,3	43,4	42,2	39,5	41,8
<b>Média de horas trabalhadas</b>	<b>43,7</b>	<b>43,5</b>	<b>43,6</b>	<b>43,7</b>	<b>42,6</b>	<b>42,0</b>	<b>42,5</b>

Fonte: MTE – Rais. Elaboração própria.

Analisando a quantidade de pessoas por horas habitualmente trabalhadas, segundo os dados da Tabela 14 a porcentagem de pessoas que trabalham de 40 a 44 horas por semana aumentou. Em 2001, cerca de 32% do total de empregos era de jornada de 40 a 44 horas. Esse percentual começa a subir a partir de 2005, atingindo cerca de 40,35%, em 2009, e 47,52%, em 2015. Esse resultado deve-se em grande medida ao aumento da ocupação a partir de 2003 (Gráfico 20), que se concentrou na contratação de jornadas de trabalho de 40 a 44 horas semanais.

A série da Tabela 14 indica que houve redução no percentual de pessoas que trabalham em jornadas acima de 44 horas semanais, produzindo horas extras de

trabalho. Em 2001, 41% do total de empregos eram de jornada acima de 44 horas semanais. A partir de 2004, esse percentual se reduz para 38%, e permaneceu descrevendo até 2015.

No entanto, apesar da redução do percentual de pessoas que trabalham mais de 44 horas semanais, em relação ao total de empregos, o número de pessoas que trabalha na faixa de 45 a 48 horas semanal não foi substancialmente alterado, permanecendo próximo à média de 13.489 milhões de pessoas. Já o contingente total de pessoas trabalhando igual ou acima de 49 horas passa a se reduzir apenas a partir de 2009, como efeito da crise financeira que reduziu o volume de atividades econômicas do país, exigindo menos horas de trabalho.

Portanto, as alterações ocorridas nas horas habitualmente trabalhadas foram resultado da variação no total de empregos, e não das modificações nas condições de trabalho, no que se refere à magnitude das horas extras. Dessa forma, o contingente de pessoas que trabalham mais de 44 horas semanais no Brasil continua elevado.

Tabela 14– Total de pessoas por horas habitualmente trabalhadas por semana (mil pessoas)

Ano	Total de empregos	40 a 44 horas semanais	45 a 48 horas semanais	49 horas (ou mais) semanais	Porcentagem de pessoas que trabalham de 40 a 44 horas semanais	Porcentagem de pessoas que trabalham mais de 44 horas semanais
2001	76.936	24.696	13.247	18.205	32,10%	41%
2002	79.709	25.498	13.408	18.363	31,99%	40%
2003	80.775	26.140	13.788	18.169	32,36%	40%
2004	85.246	28.577	14.361	17.964	33,52%	38%
2005	87.695	29.908	14.130	18.059	34,10%	37%
2006	89.637	30.701	14.378	18.224	34,25%	36%
2007	90.855	33.751	13.508	17.906	37,15%	35%
2008	93.420	36.209	13.509	17.644	38,76%	33%
2009	93.784	37.839	13.138	16.736	40,35%	32%
2011	94.763	41.375	13.948	15.100	43,66%	31%
2013	96.659	43.900	13.569	13.852	45,42%	28%
2014	99.448	46.079	12.724	13.475	46,33%	26%
2015	95.380	45.323	11.526	11.308	47,52%	24%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos. Os dados de 2012 não estão disponíveis no site do IBGE, por isso não constam na série.

A análise dos registros da jornada de trabalho semanal, horas trabalhadas e a magnitude das horas extras trabalhadas, no período de 1994 a 2017, demonstra que é elevada a magnitude de pessoas que trabalham acima das 44 horas permitidas por lei. A

precarização das condições de trabalho, por meio da flexibilização e da informalidade, amplia substancialmente a jornada de trabalho. E o aumento da jornada de trabalho afeta o desgaste da força de trabalho, que não pode ser resposta devido ao baixo nível de salários.

### *2.2.2.3 Aspectos dos níveis de intensidade de trabalho na produção no Brasil de 1994 a 2017*

Em uma jornada de trabalho constante, o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir mais valor num mesmo espaço de tempo, por meio do aumento do ritmo que, segundo Marini (2005[1973]), incorre em maior desgaste da força de trabalho, podendo resultar na morte precoce do trabalhador. O aumento da deterioração da força de trabalho exigirá aumento no valor de reprodução dela, devido à necessidade de reposição das condições de vida. Se o salário não acompanhar o aumento de valor, o desgaste da força de trabalho, resultado do aumento da intensidade, conforma-se em superexploração da força de trabalho.

Recorrentemente, a produtividade e a intensidade do trabalho são confundidas, principalmente porque ambas propiciam o incremento da produção<sup>75</sup>, no entanto há algumas diferenças essenciais. A produtividade está associada às mudanças tecnológicas e à organização do trabalho, que, apesar de aumentar o desgaste da força de trabalho, a quantidade de trabalho utilizada é menor, dado que permite maior facilidade na produção. Esse processo não ocorre quando há variação na intensidade do trabalho, pois o indivíduo trabalha mais rápido, em um ritmo maior, o que implica em maior esforço, e aumento da quantidade de mercadorias produzidas em menos tempo há, portanto, uma maior quantidade de trabalho.

Entre as causas da intensificação do trabalho, estão a política de redução do número de funcionários, ritmos acelerados da produção, redução da jornada de trabalho mantendo a mesma produção, múltiplas funções e trabalho por produtividade. O resultado é um conjunto de problemas de saúde de natureza diversa, com impactos na saúde física e mental do trabalhador. Para compreender a expressão do aumento da

---

<sup>75</sup> Para Carcanholo (2011), na prática os dois processos ocorrem, pois, à medida que a produtividade aumenta, a intensidade também cresce.

intensidade<sup>76</sup> e os resultados sobre a redução da vida útil do trabalhador, pode-se analisar o aumento dos acidentes de trabalho<sup>77</sup> no Brasil, no período de 1994 a 2017. Esse fenômeno demonstra os impactos indiretos do aumento da intensidade do trabalho.

Os dados das Tabelas 15 e 16 constituem os registros do total de acidentes de trabalho, por atividade econômica com maior número de acidentes, que corresponde ao somatório dos acidentes com CAT (Comunicação de acidentes de trabalho) registrada e acidentes sem CAT registrada.

Nota-se que, na Tabela 15, que consta a série de 1999 a 2006, com atividades da CNAE 95, o total de todos os setores oscilou, atingindo quantidade máxima em 2004 e 2005, quando se registrou 499.680 e 465.700, respectivamente. Entre o número de acidentes das atividades econômicas listadas na tabela, destacam-se o setor de agricultura e pecuária, que registrou, em 2005, 33.970 acidentes de trabalho; e o setor de comércio de varejo, com 38.259 registros, em 2004.

Tabela 15– Total de Acidentes do trabalho Registrados, segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 95)

(continua)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Total de todos os setores da CNAE 95</b>	<b>387820</b>	<b>363868</b>	<b>340251</b>	<b>393071</b>	<b>399077</b>	<b>499680</b>	<b>465700</b>	<b>387820</b>
Agricultura e pecuária	27105	21059	21097	25714	30792	32542	33970	27105
Comércio por atacado e interm.do comércio	10681	9099	8678	10410	10628	14559	13275	10681
Comércio varej.rep.objetos pessoais e domésticos	26119	23704	22187	28540	29628	38259	34241	26119
Construção	27826	25536	25446	28484	25980	29228	28875	27826
Fabr.e mont.veículos auto.reboques e carroç.	12853	12422	12027	11844	12180	18481	16110	12853
Fabr.prod.metal-exclus.máquinas e equip.	10697	10194	9683	10802	10093	12452	11523	10697

<sup>76</sup> “Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira”. GUANAIS, Juliana Biondi. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

<sup>77</sup> Os acidentes de trabalho são entendidos como aqueles ocorridos a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, que cause a morte, perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para trabalho. A Secretaria de Previdência que atualmente pertence ao Ministério da Fazenda classifica os acidentes de trabalho em notificados – correspondente àqueles em que a Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) foi emitida e cadastrada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nos quais estão incluídos: acidentes típicos – aqueles decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado; e os acidentes de trajeto – aqueles ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa; e acidentes por doença de trabalho. São classificados e contabilizados os acidentes sem CAT – correspondente àqueles cuja CAT não foi cadastrada no INSS. No que tange às principais consequências, acidentes de trabalho podem resultar em incapacidades temporárias, caracterizadas pela limitação funcional para realização das atividades laborativas, por um período de 15 (quinze) dias consecutivos após afastamento da atividade; em incapacidades permanentes, relativas àqueles em que os segurados ficam permanentemente incapacitados para o exercício da sua atividade laboral; ou mesmo provocar a ocorrência de óbitos.

Tabela 15– Total de Acidentes do trabalho Registrados, segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 95)

	(conclusão)							
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	25935	23387	23142	27894	31539	44297	39415	25935
Saúde e serviços sociais	20013	20545	21058	25906	28738	37271	33105	20013
Serviços prestados princip. as empresas	31367	25807	24280	30313	28586	29787	29165	31367
Transporte terrestre	15821	13825	13246	16029	16589	20197	19684	15821

Fonte: AEAT (Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho) – Infologo – Base de dados históricos de acidentes de trabalho. Elaboração própria<sup>78</sup>.

Nota: Total = com CAT registrada e sem CAT registrada.

Na Tabela 16 consta o total de acidentes de trabalho em setores com resultados mais expressivos. Na série de 2007 a 2016, o total de todos os setores aumentou consideravelmente quando comparado à série de 1999 a 2006 (Tabela 15). Em 2008, registraram-se 755.980 acidentes de trabalho, quantitativo que se reduziu ao longo da série, mas permaneceu expressivo. Houve aumentos no registro de acidentes em todos os setores listados na Tabela 16, com destaque para o setor de Atividades de Atenção à Saúde Humana, que, em 2015, conteve 69.835 acidentes de trabalho. O setor de comércio varejista em 2008, 2011 e 2013 registrou 64.487, 64.857 e 65.297; o setor de fabricação de produtos alimentícios também apresentou números expressivos em 2008 e 2009, no montante de 63.985 e 60.667, respectivamente.

Tabela 16 – Total de acidentes do trabalho Registrados, segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)

	(continua)									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Total de todos os setores da CNAE 2.0</b>	<b>659523</b>	<b>755980</b>	<b>733365</b>	<b>709474</b>	<b>720629</b>	<b>713984</b>	<b>725664</b>	<b>712302</b>	<b>622379</b>	<b>578935</b>
Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	24878	25022	25512	24536	22893	22203	20345	19918	16221	15291
Atividades de Atenção à Saúde Humana	44584	50323	55364	56535	60234	63578	67534	66088	69835	69454
Comércio por Atacado	19741	22739	21816	21674	22211	22520	23406	19484	19183	18397
Comércio Varejista	55482	64487	64079	62996	64857	62824	65297	51472	50466	49356
Construção de Edifícios	14740	20891	21959	22928	26282	27725	27168	19671	17967	14403
Fabricação de Produtos Alimentícios	56864	63985	60667	53987	52017	49460	48622	41323	40012	38037
Fabricação de Produtos de Borracha	14413	15849	14121	14369	14687	14236	14438	12708	10517	9252
Fabricação de Produtos de Metal	16208	20055	16696	17392	18223	17762	17942	15140	12198	10094
Fabricação de Veículos Automotores	21843	26339	21545	21205	22295	20792	21538	15456	12035	10104

<sup>78</sup> O Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT) contém um conjunto de indicadores de acidentes do trabalho por setor de atividade e unidade da federação, que permitem mensurar a exposição dos trabalhadores aos níveis de risco inerentes à atividade econômica, permitindo o acompanhamento das flutuações e tendências históricas dos acidentes e seus impactos na vida dos trabalhadores.

Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/aeat/>>.

Tabela 16 – Total de acidentes do trabalho Registrados, segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)

	(conclusão)									
Metalurgia	15089	14980	10083	10374	10625	10300	10561	8928	6873	5814
Obras de Infraestrutura	16626	22472	22961	21871	21884	24070	22812	21112	16579	12778
Transporte Terrestre	26408	31407	31608	30276	29986	30051	30588	22555	22227	21188

Fonte: AEAT (Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho) – Infologo – Base de dados históricos de acidentes de trabalho. Elaboração própria.

Nota: Total = com CAT registrada e sem CAT registrada.

A análise dos registros dos acidentes de trabalho no Brasil demonstra que houve aumento no período de 1999 a 2016, com características diferenciadas por setores de atividade. Esse resultado pode estar relacionado às horas extras trabalhadas, que expõem o trabalhador a risco de acidentes, por meio do aumento da carga e do ritmo, aumentando a intensidade do trabalho.

Juntamente aos acidentes, os efeitos do aumento da intensidade do trabalho podem estar relacionados à elevação da flexibilidade das relações trabalhistas. No contexto de crescente instabilidade e insegurança econômica, a flexibilização do trabalho afeta os níveis de estresse, com consequências de natureza psíquicas e emocionais para o trabalhador. Os efeitos do lado psicológico e relacional do trabalhador provocam doenças como tendinites, gastrites e hipertensões, além de refletirem na vida familiar e social dos indivíduos.

Dessa forma, o aumento da intensidade do trabalho vem ocorrendo por meio do aumento da jornada e flexibilização das relações de trabalho, sob condições de precarização do trabalho, piorando a saúde física e mental do trabalhador. Esse aumento da deterioração da força de trabalho exige acréscimo no valor de reprodução, que possibilite a reposição do trabalhador. No caso brasileiro, como o salário não acompanha as necessidades básicas para a reprodução do trabalhador, a reposição da deterioração da força de trabalho fica comprometida. Dessa forma, o aumento da intensidade se conforma em superexploração da força de trabalho.

### **2.2.3 Reforma trabalhista de 2017 e o aumento da superexploração da força de trabalho no Brasil**

A Reforma Trabalhista brasileira, conhecida por “modernização trabalhista”, foi sancionada em 2017. Juntamente com outras reformas ocorridas na América Latina e na

Europa, a reforma alterou substantivamente o sistema de regulação social do trabalho, promovendo a revisão de mais de uma centena de itens da Consolidação das leis trabalhistas (CLT)<sup>79</sup>. As consequências da reforma serão inúmeras e com efeitos prejudiciais aos trabalhadores. Torna-se relevante analisar quais modificações nas condições de trabalho, feitas pela Reforma Trabalhista, que implicarão em aumento da superexploração da força de trabalho no Brasil.

O conjunto de medidas que constam na reforma trabalhista alteraram a flexibilidade do trabalho e o tempo da jornada de trabalho, por meio das modificações contratuais. Entre as alterações, destaca-se a criação do contrato de trabalho intermitente, ampliação do contrato de trabalho parcial, retirada de direitos do contrato temporário, liberação de serviços terceirizados e regulamentação dos trabalhos autônomos.

O contrato de trabalho intermitente, por vezes chamado de contrato “zero hora”, aumenta o tempo de disponibilidade do trabalhador para a empresa contratante. O serviço passa a ser feito de forma descontínua, sem restrições para o tipo de serviços a serem realizados e cujo pagamento será referente ao número de horas trabalhadas, não necessariamente correspondendo ao salário mínimo, sendo calculado pela proporção em relação às horas trabalhadas.

A partir do contrato de trabalho intermitente, o trabalhador passa a estar disponível vinte e quatro horas por dia, e será acompanhado pela falta de previsibilidade do número de horas contratadas e da remuneração a ser recebida, e sem garantias de direitos trabalhistas e contribuições previdenciárias. O contrato de trabalho intermitente aumenta o desgaste da força de trabalho, na medida em que, conforme destacado pelo CESIT (2017), intensifica o ritmo de trabalho:

Em um primeiro momento, poder-se-ia afirmar que o contrato intermitente é simplesmente uma regulamentação dos “bicos”. Ou seja, atinge aquele trabalhador que se envolve com trabalhos esporádicos, sem jornada bem definida, de forma eventual. Mas em realidade o trabalho intermitente poderá ser um veículo extremamente eficiente na promoção da instabilidade e no

---

<sup>79</sup> “[...] Lei 13.467/2017, recentemente aprovada e sancionada, que promove a revisão de mais de uma centena de itens da CLT. Cumpre notar que vários dos argumentos que subsidiam tanto a versão original do projeto de lei, de autoria do Executivo, quanto seu substitutivo, de autoria do relator, deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), podem ser encontrados nas formulações de entidades patronais como, por exemplo, nos textos da CNI (*101 Propostas para Modernização Trabalhista*, 2012; *Agenda Legislativa da Indústria*, 2014; *Caminhos da Modernização Trabalhista*, 2016) e da CNA (*Proposta da Bancada de Empregadores*, 2016; *Balanço 2016 e Perspectivas 2017*). Essas formulações foram em boa parte incorporadas pelo programa lançado pelo PMDB em 2015, *Uma Ponte para o Futuro*, e pelas emendas apresentadas ao PL 6.787/2016 na Câmara dos Deputados, em grande maioria acolhidas pelo relator e, agora, consolidadas na nova lei” (Cesit, 2017, p. 5).

rebaixamento da remuneração do trabalhador em diversos setores. Para além disso, poderá promover intensificação do trabalho, ou seja, aumento da carga de trabalho e redução de horas pagas. O contrato intermitente se torna um veículo para que trabalhadores antes regidos pela CLT em tempo integral se tornem “trabalhadores *just in time*”, trabalhando e recebendo estritamente de acordo com as necessidades da empresa. Trata-se de legalizar o estabelecimento de uma nova lógica de subordinação, gestão e controle da força de trabalho, que pode se generalizar por diversos setores da economia (CESIT, 2017, p. 34).

A reforma ampliou o contrato em tempo parcial para 30 horas de trabalho semanais<sup>80</sup>. Essa modalidade contratual apresenta-se como uma solução para os trabalhadores que tenham limitações com horários, podendo, desse modo, ajustar sua vida familiar e social com mais facilidade. Também se apresenta como forma de aumentar a oferta de postos de trabalho. No entanto, os resultados em relação aos contratos em tempo parcial demonstram que esta forma contratual impõe ao trabalhador condições de subemprego, com baixa remuneração e menor proteção social.

Na Tabela 17, constam os primeiros resultados da Reforma Trabalhista, divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Nota-se pelo registro que houve aumento contínuo das admissões por trabalho intermitente, que em janeiro foi de 2.860 e agosto de 5.987, configurando um aumento de 47%. Os primeiros resultados da reforma indicam também aumento no número de contratos por trabalho parcial. Em janeiro, o número de contrato em tempo parcial foi de 4.982 e agosto, de 7.374, ocorrendo aumento de 67%.

Tabela 17– Modernização trabalhista (principais resultados de 2018)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto
(continua)								
<b>Desligamentos</b>								
Desligamento por acordo	9356	11118	11118	12256	14576	13236	13738	15010
<b>Admissões</b>								
Trabalho Intermitente	2860	2660	4002	4523	4385	4068	4951	5987
Trabalho Parcial (total)	4982	6490	6851	5762	5338	4525	4643	7374

<sup>80</sup> A CLT regulamentava o limite da jornada de trabalho parcial em 25 horas semanais. Com a reforma trabalhista, amplia-se esse limite para 30 horas semanais (sem horas extras) ou até 26 horas semanais, com até 6 horas extras (perfazendo um total de até 32h).

Tabela 17– Modernização trabalhista (principais resultados de 2018)

	(conclusão)							
Trabalho Parcial (acima de 24 horas)	1604	2218	2039	1741	1683	1361	1007	1213

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Elaboração própria.

Além da ampliação dos contratos por trabalho intermitente e parcial, a reforma trabalhista regulamentou os contratos temporários. Essa forma contratual é feita com reduzidos direitos trabalhistas. O trabalhador em contrato temporário não tem direitos como as estabilidades temporárias – o aviso prévio, a multa do FGTS e o seguro-desemprego–, além do direito à férias e estabilidade às gestantes. Com a regulamentação e ampliação dos contratos temporários, a reforma estimula a rotatividade do trabalho, que já é uma constante no Brasil, além de reduzir os custos de admissão e dispensa.

Juntamente a todas essas formas de contrato, a reforma trabalhista possibilitou a liberação de terceirização para todas as atividades-fim<sup>81</sup> e atividades-meio<sup>82</sup>. Essa modificação resultará no rompimento dos vínculos empregatícios e a estrutura de emprego.

A reforma trabalhista também contribui para a desestruturação de contratos formais de trabalho, na medida em que legaliza a contratação de trabalhadores autônomos. Esse artifício da reforma amplia a “pejotização” prática da empresa contratante em contratar um trabalhador como pessoa jurídica – PJ – ou de dispensar um trabalhador com registro em carteira e recontratá-lo na forma de pessoa jurídica. Dessa forma, o trabalhador perde direitos trabalhistas e é levado a estar em situação de precarização.

Finalmente, a reforma trabalhista também criou instrumentos jurídicos para reduzir os custos de demissões<sup>83</sup>, reduzindo vantagens na rescisão e o poder de barganha de decisões coletivas e a necessidade de autorizações prévias. As rescisões contratuais passam a ser feitas por acordo entre trabalhador e empresa contratante, o que aumenta a

<sup>81</sup> Atividades-fim são aquelas que compreendem as atividades essenciais e normais para as quais a empresa se constituiu.

<sup>82</sup> Atividades-meio são aquelas não relacionadas, diretamente, com a atividade-fim empresarial.

<sup>83</sup> A partir das alterações previstas na reforma, o trabalhador receberá o aviso prévio e a indenização sobre o saldo do FGTS pela metade. Além disso, só poderá movimentar 80% do FGTS e não terá direito ao ingresso no Programa Seguro Desemprego.

submissão do trabalhador e a perda de direitos trabalhistas. Juntamente com o acordo de demissão entre trabalhador e empresa contratante, o trabalhador também perde poder de barganha com a desobrigação da assistência da entidade sindical.

O conjunto de modificações nas leis trabalhistas apresenta-se como medida para resolver a crise econômica que atinge o país desde 2013 e, conseqüentemente, diminuir o desemprego no Brasil. Porém, as alterações no sistema de regulação social do trabalho, e revisão da CLT, promovidas pela Reforma Trabalhista, promoverão aumento da flexibilização do trabalho e da informalidade do trabalho. Em vista disso, pode-se inferir que essas alterações intensificarão a precarização das condições de trabalho no Brasil.

Além do aumento da precarização das condições de trabalho no Brasil, as modificações contratuais legalizadas pela reforma trabalhista aumentam a superexploração da força de trabalho devido à alteração da jornada de trabalho, redução da remuneração e intensificação do trabalho. O aumento da jornada de trabalho será permitido por meio do contrato de trabalho intermitente e ampliação do trabalho autônomo; a baixa remuneração se reproduzirá em contratos de trabalho parciais, de baixa remuneração; e a intensificação do trabalho ocorrerá com a diminuição dos intervalos entre uma atividade e outra atividade, em situação de contrato intermitente.

Com a reforma trabalhista, revela-se que, no processo de desacumulação da economia brasileira e vulnerabilidades decorrentes das crises econômicas, o capital recupera a perda de mais-valor por meio da superexploração da força de trabalho. Dessa forma, ainda que não seja possível avaliar precisamente todas as conseqüências das alterações da legislação trabalhista, é possível afirmar que a reforma trabalhista aprofundará a precarização das condições de trabalho e a superexploração.

### 2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das condições de trabalho no Brasil, foi possível alcançar a compreensão da magnitude das expressões da superexploração da força de trabalho no país, diante da transferência de mais-valor, nos marcos da mundialização financeira. Desse modo, os elementos da economia brasileira, analisados nos capítulos 1 e 2 do presente estudo indicam que o país, a partir da abertura comercial e financeira dos anos 1990, intensificou a transferência de mais-valor ao exterior e que, neste período, as

condições de uso da força de trabalho se tornaram mais precárias, aumentando o desgaste da força de trabalho e intensificando a superexploração.

Em condições de superexploração, os salários dos trabalhadores no Brasil não permitem o consumo de bens necessários e bens sociais, prejudicando, portanto, a reprodução normal da força de trabalho e incrementando a pobreza relativa. Por outro lado, a magnitude das horas trabalhadas indica a situação dos trabalhadores em jornada com horas extras. Finalmente, o nível de intensidade do trabalho no país vem piorando as condições da saúde mental e física dos trabalhadores. Isso posto, logrou-se entender a forma como a força de trabalho é ocupada no Brasil e o grau de vulnerabilidade diante das oscilações da economia mundial.

### **3 DESVELAMENTO DE CONTRADIÇÕES SOBRE A GENERALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

A dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade (MARINI, 2005 [1973], p. 141).

A generalização da superexploração da força de trabalho e sua extensão aos países centrais, no contexto da crise econômica, são atualmente o centro das controvérsias em torno das categorias da teoria marxista da dependente. Essa problemática, ao redor da qual giram os debates atuais sobre a superexploração da força de trabalho, questiona as especificidades da superexploração, enquanto categoria que expressa as particularidades de países dependentes.

Desse modo, neste capítulo, faremos a recuperação de alguns dos teóricos que apresentam proposições sobre a generalização da superexploração, com o objetivo de entender as contradições do debate. Iniciaremos pelo texto de Marini (2007b [1996]), quando essa polêmica é principiada, e recorreremos às ideias de Adrián Sotelo Valencia, Jaime Osorio e Marcelo Dias Carcanholo, que apontam elementos para o debate sobre a generalização da superexploração e sua extensão a países centrais.

#### **3.1 GENERALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO, PROCESSO E TENDÊNCIA**

No texto “Processo e tendência da globalização capitalista” (2007b [1996]), um dos últimos escritos de Marini, o autor apresenta uma tese a respeito da globalização e a conseqüente generalização da superexploração da força de trabalho, e sua extensão a países centrais. Na construção de sua argumentação, Marini (2007b [1996]) propõe uma interpretação da globalização, entendendo-a como um processo transitório que culminará em uma nova fase do capitalismo. O autor capta as condições em que o processo globalizatório ocorreu, com suas nuances em países dependentes e países centrais, para assim conectá-las na lógica de funcionamento global do mercado mundial.

Para Marini (2007b [1996]), o processo de globalização que se inicia nos anos 1980 foi demarcado pela expansão das inovações tecnológicas, juntamente com a projeção de uma nova divisão internacional do trabalho. Ambos os efeitos têm características tendenciais e incidem diretamente no aumento da dependência, em países da periferia.

A ampliação das inovações tecnológicas se expressa nos avanços da microeletrônica, informática, biotecnologia, energia e indústria aeroespacial, e na intensificação da capacidade de produção de bens e serviços. Porém, deve-se ressaltar que todo esse dinamismo foi realizado via centralização de capitais, na forma de fusões e aquisições de empresas, protagonizado pelos países desenvolvidos, com destaque para os Estados Unidos. Dessa forma, o aumento da inovação tecnológica criou novas condições de concorrência, em favor dos países centrais, na medida em que o controle do monopólio tecnológico lhes conferia domínio e hegemonia no mercado mundial<sup>84</sup>.

Novas relações de produção e circulação de mercadoria desenvolvem-se juntamente com a ampliação das inovações tecnológicas e o processo de globalização. A transferência da produção industrial a países com menores salários, no fenômeno conhecido como transnacionalização, criou uma nova divisão internacional do trabalho, na qual a força de trabalho passará a compor um grande “exército industrial globalizado” (MARINI, 2007b [1996], p. 242).

Marini (2007b [1996]) destaca que as implicações do aumento das inovações tecnológicas e do processo globalizatório configuraram-se distintamente nos países centrais e nos países dependentes. Nos países centrais, a supressão das barreiras acelerou a rotação do capital, ao abrir novos espaços de circulação de bens, serviços e força de trabalho. O controle e monopólio da tecnologia garantiram novos mercados, transnacionalizaram a produção e aumentaram os ganhos em concorrência. No entanto, esse processo criou contradições inerentes à própria lógica de acumulação do capital, agravando as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora desses países, já que a transferência da produção a países dependentes reduziu a oferta de postos de trabalho, aumentando o desemprego.

Nos países dependentes, os limites internos de produção e circulação de bens, atribuídos à superexploração da força de trabalho, agudizaram os efeitos da crise do capital que se instalava no mercado mundial. A nova divisão internacional do trabalho, promovida pela globalização, foi acompanhada pela abertura comercial e financeira. Os diferenciais de produtividade e a falta de desenvolvimento tecnológico intensificaram a

---

<sup>84</sup> Segundo Marini (2007b [1996], p. 237, tradução nossa): “[...] como é norma em situações desta natureza, a crise deu lugar a uma centralização selvagem, a partir da qual estão se formando as massas de recursos requeridas para promover o desenvolvimento de novas tecnologias e, assim, melhorar as condições de competitividade”.

dependência nesses países, que se traduziu no aumento da transferência de mais-valor<sup>85</sup>. No primeiro capítulo do presente estudo, mostramos como acontece a transferência de mais-valor, no contexto da mundialização financeira, por meio da remessa de lucros, dividendos e juros.

Ao explicar as implicações do aumento das inovações tecnológicas e do processo globalizatório, Marini afirma que a supressão de barreiras, a difusão tecnológica e a homogeneização dos processos produtivos tendencialmente colaboram para a redução dos preços<sup>86</sup>. Dessa forma, para o autor, a lógica da globalização se centra na busca incessante por lucros extraordinários<sup>87</sup>.

A corrida por lucros extraordinários tem como objetivo a recuperação de ganhos por meio dos diferenciais de produtividade, melhorando as condições de concorrência. Para Marini (2005[1973]), a superexploração, diante da corrida por lucros extraordinários, torna-se ponto crucial para atração de capitais para regiões onde essa forma de geração de mais-valor é predominante: países dependentes<sup>88</sup>.

Contudo, Marini aponta que a superexploração da força de trabalho também se manifestará nos países centrais, como mecanismos de aumento da produção de mais-valor. Para o autor, com a superexploração da força de trabalho, há crescimento da massa de trabalho não pago, reduzindo custos e ganhando competitividade via preço, num contexto de “nivelamento dos valores” e dificuldades de geração de lucros extraordinários. Assim, Marini afirma que:

De fato, é próprio do capitalismo privilegiar a massa do trabalho não pago, independentemente de seus portadores reais, isto é, os trabalhadores que a proporcionam; sua tendência natural, então, é buscar a maximização dessa

---

<sup>85</sup> Para Marini (2007b [1996], p. 243, tradução nossa): “Dessa maneira, a economia globalizada, que estamos vendo emergir no final do século e corresponde a uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo mundial, traz à mesa o tema de uma nova divisão internacional do trabalho que, *mutatis mutandis*, tende a restabelecer, em um plano superior, formas de dependência que acreditávamos que haviam desaparecido no século XIX. Ainda mais, tem impacto, como já vimos, na mesma força de trabalho, ao acarretar desníveis crescentes de conhecimento e capacidade técnica”.

<sup>86</sup> Segundo Marini (2007b [1996], p. 248, tradução nossa), “O mercado global, ao menos em seus setores produtivos mais integrados, caminha no sentido de nivelar de forma efetiva os valores e, de acordo com a tendência, para eliminar as diferenças nacionais que afetam a validade da lei do valor”.

<sup>87</sup> Marini (2007b [1996], p. 247, tradução nossa) esclarece que “Agora, a nova fase em que o mercado mundial ingressou, com a progressiva dissolução das fronteiras nacionais e o aumento da produção, uma fase destinada a abranger cada vez mais mercados, implica a intensificação da concorrência entre grandes empresas e seu esforço permanente para obter lucros extraordinários em relação a seus concorrentes. Portanto, o uso dos procedimentos que permitem obter tais lucros é acentuado”.

<sup>88</sup> Conforme Marini (2007b [1996], p. 249, tradução nossa): “Entende-se, assim, que a internacionalização dos processos de produção e a constante difusão da indústria para outras nações vêm se acentuando, não apenas para explorar as vantagens criadas pelo protecionismo comercial, como no passado, mas, sobretudo, para enfrentar o aguçamento da concorrência global. Nesse movimento, a superexploração do trabalho desempenha um papel proeminente, embora não exclusivo”.

massa pelo menor custo que possa representar. Para isso, utiliza tanto do aumento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho quanto, de maneira mais brutal, da redução de salários, sem respeitar o valor real da força de trabalho. Dessa forma, generaliza-se para todo o sistema, incluindo os centros avançados, o que foi uma característica distintiva – embora não exclusiva – da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho. Sua consequência – que foi sua causa – é aumentar a massa de trabalhadores excedentes e piorar seu empobrecimento, no exato momento em que o desenvolvimento das forças produtivas abre perspectivas ilimitadas de bem-estar material e espiritual para os povos (2007b [1996], p. 249, tradução nossa).

Se a generalização da superexploração da força de trabalho, e sua extensão a países centrais, nos moldes como apresenta Marini, trata-se de uma forma de acumulação do capital, no contexto da globalização, no qual os lucros extraordinários são a força motriz, devemos analisar em que consistem os lucros extraordinários e começar por entender o significado do mais-valor extra.

O mais-valor extra consiste na produção de mais-valor, que surge pela redução do tempo de trabalho necessário e pelo aumento da jornada de trabalho, devido a novas tecnologias ou formas de organização do trabalho empregado. Desse modo, por meio do processo de inovação tecnológica, o capitalista, na relação de concorrência com capitalistas de mesmo setor, realiza, individualmente, lucros extraordinários<sup>89</sup>. No entanto, Marx destaca que esse fenômeno é temporário, dado que, na medida em que a tecnologia é difundida no setor, e apropriada por diversos capitalistas, a diferença de produtividade e o mais-valor extra desaparecem<sup>90</sup>.

Isso posto, o mais-valor extra deve ser entendido a partir da lógica do capitalista individual, dado que representam os ganhos individuais. Esses ganhos representam os lucros extraordinários – forma preço do mais-valor extra – daqueles capitalistas que incorporam tecnologias, e na venda se apropriam de uma quantidade de mais-valor superior a média a de seus concorrentes.

Para Carcanholo (2011), o mais-valor extra corresponde à aparência<sup>91</sup>, dado que representa uma lógica de reprodução individual de caráter transitório demonstra. Assim, pode-se inferir que a corrida por lucros extraordinários está em uma dimensão de

<sup>89</sup> Segundo Marx (2015, I, p. 393): “O capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção. Ele realiza individualmente o que o capital realiza em larga escala, na produção do mais-valor relativo”.

<sup>90</sup> Marx (2015, I, p. 393) esclarece que “[...] esse mais-valor adicional desaparece assim que o novo modo de produção se universaliza e apaga-se a diferença entre o valor individual das mercadorias barateadas e seu valor social”.

<sup>91</sup> Para Carcanholo (2011, p. 143), “[...] podemos afirmar que a mais-valia extra refere-se à aparência, pois é perseguida, como lucro extra, conscientemente pelo capitalista”.

análise diferente da dimensão totalizante da superexploração da força de trabalho, que é a forma produção de mais-valor, empregada pelo conjunto dos capitalistas. Para o caso de economias dependentes, a superexploração da força de trabalho é uma unidade dialética e faz parte do movimento do capital em condições de transferência de mais-valor e ruptura do ciclo do capital.

A partir da distinção das dimensões de análise entre os lucros extraordinários e a superexploração da força de trabalho, é possível evidenciar duas outras questões polêmicas presentes nesse texto de Marini, e que são passíveis de crítica. A primeira é que a relação estabelecida entre globalização e generalização da superexploração da força de trabalho está centrada no aspecto relacionado ao aumento do mais-valor. A partir dessa relação, a superexploração é apresentada como um conjunto de mecanismos por meio dos quais são negadas ao trabalhador as condições mínimas para repor o desgaste de sua força de trabalho. Dessa forma, não se configuram as relações existentes entre a superexploração da força de trabalho e as unidades dialéticas, transferência de mais-valor e ruptura do ciclo do capital.

Outra questão é que o ponto central da argumentação do texto não está no processo de generalização da superexploração da força de trabalho, mas sim nos efeitos gerais que a globalização criou. A argumentação de Marini é construída com ênfase nas implicações das inovações tecnológicas e da supressão das fronteiras nacionais, o que para os países dependentes incorre em aumento da dependência, e para os países centrais impulsiona a corrida pelos lucros extraordinários.

Desse modo, ainda que se demarque a generalização da superexploração da força de trabalho, os indícios de como se desenrolou o processo de globalização em países dependentes e em países centrais demonstram que, naqueles cuja transferência de mais-valor é marca indelével da dependência, a superexploração seguiu sendo a forma compensatória, num contexto em que se agudiza a dependência tecnológica.

No caso do Brasil, as condições de uso da força de trabalho se tornaram mais precárias, a partir da abertura comercial e financeira, como pôde ser observado no Capítulo 2 do presente estudo. A partir dessa análise, pode-se inferir que a relação existente entre a superexploração da força de trabalho e a transferência de mais-valor se acirrou.

Devido à falta de condições para avançar na pesquisa, o presente estudo não oferece avanços na análise sobre as condições de uso da força de trabalho nos países centrais. Contudo, a partir da construção teórica de Marini (2007b [1996]), pode-se

inferir que nos países centrais os efeitos da globalização geram contradições próprias da acumulação capitalista e a superexploração é um mecanismo de elevação de mais-valor. Vejamos como essa questão aparece nas obras de alguns autores dependentistas contemporâneos.

### 3.2 A GENERALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO FORÇA DE TRABALHO E A NOVA MORFOLOGIA DO CAPITALISMO MUNDIAL

O sociólogo Adrián Sotelo Valencia compõe a geração contemporânea da teoria marxista da dependência e possui uma vasta obra dedicada à análise das condições de uso da força de trabalho na América Latina. Ao apresentar as condições do mundo do trabalho no século XXI demarcadas pela precarização do trabalho, o autor afirma que a superexploração da força de trabalho se estendeu aos países centrais. Essa hipótese da generalização da superexploração do trabalho será apresentada na obra *A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho* (VALENCIA, 2009[2003]), e logo com maior rigor no livro *Los Rumbos del Trabajo: superexplotación y precariedad social en el siglo XXI* (VALENCIA, 2012 [2003]). Em outros textos mais recentes (VALENCIA, 2017), também aparece a problemática da generalização da superexploração, o que indica que Valencia é o autor que mais vem produzindo trabalhos sobre o tema.

Recuperando Marini (2007b [1996]), Valencia afirma que, diante das novas condições criadas pela globalização, a concorrência entre os capitais se intensificou, sendo seguida pela corrida pelos lucros extraordinários e pela redução dos custos de produção (VALENCIA, 2012, p. 118). Desse modo, a generalização da superexploração é central na produção de mais-valor diante do aumento da concorrência e da difusão tecnológica e é a forma de contra-arrestar a tendência decrescente da taxa de lucro, efeitos das recorrentes crises econômicas<sup>92</sup>.

Valencia ressalta que a generalização da superexploração da força de trabalho será intensificada pela precarização das condições de trabalho, derivado da flexibilização das relações de trabalho e pelo surgimento das “novas periferias”

---

<sup>92</sup> Segundo Valencia (2012, p. 162, tradução nossa): “Se a superexploração do trabalho operava como um mecanismo peculiar das formações sociais dependentes, na atualidade se projeta na economia internacional através da homogeneização dos processos tecnológicos, das crises, a automatização flexível, as inovações tecnológicas, a flexibilidade do trabalho e as recorrentes crises financeiras do sistema”.

(VALENCIA, 2009). Os mecanismos de flexibilização do trabalho, conformados a partir das novas organizações dos processos produtivos, por meio do toyotismo, reduzem os custos de produção<sup>93</sup>, e resulta na perda de direitos sociais e laborais. Nas palavras do autor:

Assim, a superexploração e a precarização do trabalho, como dispositivos sociotrabalhistas de reestruturação produtiva, implicam a desregulamentação dos contratos coletivos para sua conversão em dispositivos flexíveis, polivalentes, facilmente adaptáveis às necessidades de acumulação e valorização do capital na dimensão estrutura da produção e dos mercados, com o objetivo expresso de contrarrestar as dificuldades que o capital está tendo, em cada ciclo de produção, na criação de valor e mais-valia (VALENCIA, 2012, p. 127, tradução nossa).

No que diz respeito às “novas periferias” (2009; 2012), Valencia afirma que surgiram com o fim da União Soviética, e se configuraram como um novo espaço de valorização do capital. No âmbito da nova divisão internacional do trabalho, as “novas periferias” passam a receber capitais e empresas, em busca de vantagens derivadas da precarização das condições de trabalho<sup>94</sup>. Para o autor, esses novos espaços passaram a garantir a valorização do capital mediante formas de superexploração da força de trabalho. Assim, Valencia (2012) afirma que a precarização das condições de trabalho nas “novas periferias” evidenciam a generalização da superexploração da força de trabalho.

Para Valencia (2012), a generalização da superexploração da força de trabalho se expressa, em diversos países e regiões, na queda dos salários médios, redução do tempo de trabalho necessário e expansão do trabalho excedente, e se configura em um processo de longo prazo, não representando apenas uma problemática conjuntural. Contudo, o autor faz algumas ressalvas sobre a diferença entre a forma que assume a superexploração nas economias do capitalismo central e nas economias do capitalismo dependente, que se configura no dilema da produção de mais-valor relativo:

Recuperando Marini (2005[1973]), Valencia (2012) destaca que, nos países dependentes, a superexploração será a forma de elevação de valor, diante da não

<sup>93</sup> Para Valencia (2012, p. 122, tradução nossa): “Neste contexto se deve localizar a nova organização do trabalho, como o toyotismo e outros dispositivos flexíveis correspondentes ao “neo-fordismo”, encaminhados a intensificar a força de trabalho e dobrar sua resistência as mudanças e, pois, a revalorizar o trabalhador como fonte de produção de valor e competitividades”.

<sup>94</sup> Valencia (2012, p. 132, tradução nossa) afirma que: “[...] suas novas periferias que se constituíram como produto da divisão internacional do trabalho onde um dos seus efeitos foi ampliar o raio de ação da produção de valor e de mais-valia do capital transnacional no âmbito de acumulação de capital dos países hegemônicos da União Europeia”.

produção de mais-valor relativo. Essa característica da produção de mais-valor deve-se às limitações da capacidade produtiva e da formação do mercado consumidor interno<sup>95</sup>. Isso posto, o autor ressalta que a expropriação do fundo de consumo da força de trabalho, por meio do pagamento dos salários abaixo do valor de reprodução, será, portanto, a característica específica na exploração nos países dependentes.

Nos países centrais, o desenvolvimento das forças produtivas e o consequente aumento da produtividade do trabalho criam outras condições para a produção de mais-valor. Valencia (2012) afirma que, nessas economias, a produção de mais-valor relativo será a expressão da superexploração (VALENCIA, 2012, p. 185)<sup>96</sup>. Dessa forma, o autor afirma que essa é a essência para o entendimento das distinções da superexploração nos países centrais e nos países dependentes, e propõe que a superexploração pode ser dividida entre “superexploração constitutiva” e “superexploração operativa” (VALENCIA, 2012, p. 165). A primeira é própria do capitalismo dependente a segunda do capitalismo central.

Entretanto, a partir da proposição teórica de Valencia, faz-se necessário entender como se produz o mais-valor relativo. Essa forma de produção de mais-valor consiste em reduzir o tempo de trabalho necessário, por meio do aumento das forças produtivas do trabalho, dado que assim uma quantidade menor de trabalho produz uma quantidade maior de valores de uso. Desse modo, o mais-valor relativo será a redução do tempo de trabalho necessário, e concomitante à alteração da proporção entre trabalho necessário – aquele que repõe o valor da força de trabalho – e trabalho excedente – aquele que produz de mais-valor (MARX, 2015, I, p. 390). Por meio da produção de mais-valor relativo, o capital aumenta o mais-valor sem alterar a jornada de trabalho.

Contudo, Marx fará uma ressalva importante: o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do valor da força de trabalho devem acontecer nos setores produtores de meios de subsistência dos trabalhadores, portanto naqueles setores que determinam o valor da força de trabalho. Desse modo, é imprescindível a

---

<sup>95</sup> Valencia (2012, p. 112, tradução nossa) esclarece que: “[...] os países dependentes ajudaram a bloquear ou desencorajar o desenvolvimento da mais-valia relativa em função da produtividade do trabalho dentro de seus sistemas de produção e reprodução de capital, aprofundando as tendências de dobrar a superexploração da força de trabalho a partir de a redução do fundo de consumo dos trabalhadores e sua conversão em uma fonte adicional de acumulação de capital”.

<sup>96</sup> Essa distinção, se não bem entendida, leva-nos à compreensão de que a superexploração nos países dependentes trata-se apenas de produção de mais-valia absoluta, como a crítica de Cardoso e Serra (1978) feita a Marini.

necessidade do desenvolvimento das forças produtivas, para a produção do equivalente ao salário em menos tempo<sup>97</sup>, pois o aumento da produtividade reduz o valor das mercadorias e aumenta o mais-valor relativo<sup>98</sup>.

A distinção feita por Valencia, da forma como a superexploração se expressa nos países centrais, pode ser problematizada. Quando Valencia (2012) afirma que a superexploração da força de trabalho nos países centrais se expressa na produção de mais-valor relativo, questionamo-nos se essa constatação do autor parte do pressuposto de que essa forma de produção de mais-valor incorrerá em redução dos salários. Se assim for, é necessário ressaltar que o mais-valor relativo não pressupõe redução dos salários, uma vez que o trabalhador, sob condições de exploração via mais-valor relativo, não passa a receber um salário menor. Por meio da produção de mais-valor, o que se reduz é o valor da cesta de consumo, via aumento da produtividade<sup>99</sup>.

Diante desse dilema em torno da categoria mais-valor relativo, deve ser destacado que Valencia (2012, p. 11) esclarece que, nos países centrais, o salário médio se aproxima ao valor necessário para a reprodução da força de trabalho. Trata-se de um pressuposto apresentado pelo autor. No entanto, a análise do autor se circunscreve nos dados referentes aos salários e condições de trabalho, ou seja, não há uma análise como ocorre a variação do valor produzido, via aumento da produtividade do trabalho nos setores de meios de subsistência.

Dessa forma, a relação que Valencia estabelece entre superexploração nos países centrais e mais-valor relativo está circunscrita à constatação de que as inovações tecnológicas estão concentradas nesses países. Isso posto, infere-se, a partir da tese de Valencia, que os países centrais são os únicos que podem efetivamente alcançar a produção de mais-valor relativo.

Seria interessante uma análise de como o mais-valor relativo é, na atualidade, extraído pelos capitalistas dos países centrais. Essa seria uma maneira de avançar nas

<sup>97</sup> Segundo Marx (2015, I, p. 394): “Vê-se, assim, o impulso imanente e a tendência constante do capital a aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, com ela, o próprio trabalhador”.

<sup>98</sup> Para Marx (2015, I, p. 394): “[...] o mais-valor relativo aumenta na proporção direta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ao passo que o valor das mercadorias cai na proporção inversa desse mesmo desenvolvimento, e como, portanto, o mesmo processo barateia as mercadorias e aumenta o mais-valor nelas contido, temos a solução do enigma de por que o capitalista, cuja única preocupação é a produção de valor de troca, esforça-se continuamente para diminuir o valor de troca das mercadorias [...]”.

<sup>99</sup> Marx (2015, I, p. 578) afirma que: “[...] por outro lado, com uma dada limitação da jornada de trabalho, a taxa de mais-valor só pode ser aumentada por meio de uma mudança relativa da grandeza de suas partes constitutivas, do trabalho necessário e do mais-trabalho, o que, por sua vez, pressupõe, para que o salário não caia abaixo do valor da força de trabalho, uma mudança na produtividade ou intensidade do trabalho”.

conclusões de Marini (2005[1973]), quando explica a forma que os países dependentes, sobretudo a América Latina, com o envio de matérias-primas e alimentos, contribuíram para que, durante a Revolução Industrial, os capitalistas ingleses passassem da produção de mais-valor absoluto para mais-valor relativo.

Outra advertência feita por Valencia, a respeito da tendência à generalização da superexploração da força de trabalho, diz respeito às taxas de exploração. Para o autor, apesar de os países centrais lançarem mão da superexploração da força de trabalho, como forma de aumentar o mais-valor, eles dispõem de outras fontes adicionais de acumulação de capital, como a espoliação de outros países, de menor desenvolvimento econômico. Nesse sentido, as taxas de exploração são evidentemente maiores em países dependentes<sup>100</sup> do que nos países centrais.

Apesar de todas as ressalvas, para Valencia (2012) a “nova morfologia do capitalismo” está centrada na generalização da superexploração da força de trabalho. E a manifestação da superexploração se apresenta de formas distintas nos países e regiões e que se conjuga às novas formas de organização da produção.

### 3.3 A VIOLAÇÃO DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO COMO EXPRESSÃO DA GENERALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO NO MUNDO

Jaime Osorio Urbina, é um dos grandes participantes da geração contemporânea da teoria marxista da dependência e atualmente se dedica a atualizar a teoria. Entre os aportes de Osorio, está a interpretação de um novo padrão de reprodução do capital (OSORIO, 2016), centrado na especialização produtiva, além de diversas contribuições no debate político sobre o Estado capitalista dependente e a urgência da revolução socialista (OSORIO, 2014).

Na controvérsia sobre a generalização da superexploração da força de trabalho, Osorio registra seu posicionamento em duas obras. A primeira, *Explotación redoblada y la actualidad de la revolución: refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo* (2009), na qual o autor, pela primeira vez, apresenta suas releituras sobre a superexploração da força de trabalho, vinculando-a à violação do valor da força de

---

<sup>100</sup> Para Valencia (2012, p. 177, tradução nossa): “É visível que, em virtude de múltiplas circunstâncias (diferenciais de produtividade e composição orgânica do capital, níveis salariais, taxas de inflação, força e nível das organizações sindicais, papel do Estado na economia e na sociedade), a exploração e a apropriação da mais-valia são maiores nos países dependentes (México e Brasil) do que nos países desenvolvidos (Itália, Espanha)”.

trabalho. Logo, no texto *Fundamentos de la superexplotación* (2013), Osorio fará a síntese das diversas críticas que emergiram no debate latino-americano sobre essa categoria e buscará se contrapor a elas estabelecendo novas dimensões de análise da categoria.

Nessas obras (Osorio, 2009; 2013), Osorio afirma que a generalização da superexploração da força de trabalho, com extensão a países do centro do capitalismo, ocorre, mas deve ser entendida a partir de algumas distinções relevantes, que dizem respeito às formas como advêm e as consequências. Para esse autor, nos países dependentes prevalece a superexploração sob a forma de pagamento de salários abaixo do valor, enquanto que nos países centrais a superexploração expressa-se pelos mecanismos de prolongação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho.

De antemão, faz-se necessário entender que, para esse autor, a superexploração da força de trabalho<sup>101</sup> é uma forma de exploração baseada na “violação” do valor da força de trabalho.

Para Osorio (2009; 2013), todos os mecanismos de superexploração da força de trabalho, apresentados por Marini (2005 [1973]), incorrem na “violação” do valor da força de trabalho, sendo que o pagamento do salário abaixo do valor de reprodução da força de trabalho é a forma mais explícita e direta de “violação”. Com a “violação” do valor da força de trabalho, o capital se reproduz no capitalismo dependente e se configura na redução de vida útil do trabalhador<sup>102</sup>, por meio da apropriação do fundo de consumo do trabalhador ou da apropriação de anos de vida futura.

Em relação à ampliação da jornada de trabalho e ao aumento da intensidade, Osorio (2013) considera que são formas indiretas de superexploração. Por meio desses mecanismos, a produção de mais-valor viola o valor da força de trabalho, e, ainda que os salários aumentem, o desgaste físico provocado pela prolongação da jornada de trabalho não será compensado.

---

<sup>101</sup> Osorio (2009, p. 109, tradução nossa).em alguns textos usa o termo “exploração redobrada”, como pode ser verificado na seguinte citação: “O que define a essência do capitalismo dependente é a exploração redobrada ou a superexploração da força de trabalho, um termo que explica os mecanismos pelos quais o valor dessa força é sistematicamente violado”.

<sup>102</sup> Para Osorio (2013, p. 12, tradução nossa): “Violar o valor da força de trabalho, a superexploração, constitui um assunto central da exploração em economias dependentes, já que esse processo tem consequências na modalidade em que o capital é reproduzido e suas derivações na condição subordinada dessas economias na acumulação ao nível do sistema mundial”,

Há contradições na distinção feita por Osorio, quando esse autor define a “violação” do valor da força de trabalho<sup>103</sup> como a particularidade da reprodução do capital nos países dependentes, ao passo que afirma que a generalização da superexploração e sua extensão a países centrais ocorrem via intensificação do trabalho e /ou prolongação da jornada de trabalho. Considerando que, para Osorio, esses dois mecanismos igualmente se relacionam com a “violação” do valor da força de trabalho<sup>104</sup>, a distinção da particularidade das economias dependentes não fica evidente.

Além dessa dificuldade na distinção, queremos questionar a ideia de superexploração como “violação” do valor da força de trabalho, que igualmente pode ser considerada uma das polêmicas atuais nos debates em torno da categoria superexploração. Diversas críticas já foram tecidas sobre essa definição.

Valencia (2012) refutou a definição de superexploração como a “violação” da força de trabalho por considerá-la insuficiente e reducionista, diante da complexidade do modo como a força de trabalho se reproduz nos países dependentes. Esse autor argumenta que nessa leitura se excluem elementos determinantes que conformam a estrutura política e a dinâmica econômica dos países dependentes, “[...] como grau de industrialização, ciclos do capital da economia dependente, lutas sociais e políticas, políticas públicas, força ou fraqueza dos sindicatos e da classe trabalhadora” (Valencia, 2012, p. 154, tradução nossa). Desse modo, Valencia (2012, 2017) alega que a grandiosidade da categoria superexploração não pode ser reduzida à simples “violação” da lei do valor.

Recuperando a formulação anti-ricardiana de Marx, Carcanholo (2016; 2017) reitera que, ao supor que a força de trabalho seja vendida pelo seu valor, Marx não está desconsiderando que ocorra, no capitalismo, o movimento contrário, ou a infração dessa troca, dado que, na realidade concreta, a não correspondência entre preços e valores constitui-se como o próprio *modus operandis* do modo de produção capitalista. Assim, Carcanholo em crítica à “violação” do valor, como definição da superexploração, reitera

---

<sup>103</sup> Segundo Osorio (2009, p. 134, tradução nossa): “[...] diferenciar entre uma maior exploração que se baseia no ‘aumento da capacidade produtiva’, o que é possível respeitando o valor da força de trabalho, e até aumentando os salários e o consumo (esse é o procedimento que predomina no mundo ‘Central’), e as formas de exploração que se baseiam na violação do valor da força de trabalho (método que predomina no mundo dependente)”.

<sup>104</sup> Para Osorio (2009, p. 141, tradução nossa): “[...] no capitalismo central existe um paraíso para os trabalhadores, pois tanto o prolongamento da jornada de trabalho como a intensificação do trabalho tendem a desgastar os trabalhadores prematuramente, por isso é factível que os pagamentos mais altos que supõe horas extras ou bônus de ‘produtividade’ (nesse caso de intensidade) não compensem os anos de vida arrebatados dos operários, de modo que o valor total da força de trabalho é finalmente violado”.

que “[...] a transgressão da lei do valor está pressuposta na mesma lei!” (CARCANHOLO; CORREA, 2016, p. 17).

Franklin (2015) considera que “teoria da violação” de Osorio trata-se fundamentalmente de uma leitura idealista<sup>105</sup>, pautada pela construção de um valor da força de trabalho ideal. Para esse autor, além do equívoco da formulação de um padrão de vida ideal, a “teoria da violação” contribuiu igualmente com aspectos errôneos, na medida em que desconsidera que o grau de desenvolvimento do modo de produção capitalista traz intrinsecamente consigo o descompasso entre preços de mercado e preços de produção. Ao ignorar essa dinâmica, Osorio está desconsiderando as próprias leis de funcionamento desse modo de produção, e finalmente cometendo a “violação da própria teoria marxista, de modo que o valor-trabalho já não serve para explicar a dinâmica do mundo contemporâneo” (FRANKLIN, 2015, p. 147).

Vejamos os elementos que podemos encontrar em *O Capital*, para contribuir nesse debate. No Livro I d’*O Capital*, Marx, em diversos momentos da obra, aponta a possibilidade de pagamento dos salários abaixo do valor de reprodução da força de trabalho, ainda que nesse momento de sua análise o autor esteja considerando, invariavelmente, a troca de equivalentes. No entanto, ao mencionar esses possíveis “desvios”, Marx nos dá elementos para entendê-los como parte do funcionamento do modo de reprodução capitalista, sob a égide da lei do valor, sem, portanto, considerá-los como uma “violação”.

Marx, quando explica a formação da fórmula geral do capital, mostra que, na circulação simples de mercadorias, em sua compra e venda, ainda que o valor seja modificado formalmente, a troca, livre de intercorrências, é feita entre equivalentes<sup>106</sup>. As diferenças são acidentais, e devem ser assim consideradas para que os fenômenos de formação do capital, com base nas trocas de mercadorias, sejam atendidos sem intercorrências.

Contudo, Marx ressalta que essa forma de observar o fenômeno não é reducionista ou meramente científica, dado que, nas trocas efetivadas, as oscilações entre valores e preços serão compensadas em um movimento maior. Para o autor, as

<sup>105</sup> Franklin (2015, p. 152) destaca que: “[...] o valor da força de trabalho construído por Osorio consiste em uma projeção dos desejos do autor quanto ao nível de consumo e civilidade adequados para a classe trabalhadora. E, ao verificar que no mundo concreto os trabalhadores estão muito distantes de sua condição ideal, declara que esse valor está sendo violado”.

<sup>106</sup> Para Marx (2015, I, p. 233): “É verdade que as mercadorias podem ser vendidas por preços que não correspondem a seus valores, mas esse desvio tem de ser considerado como uma infração da lei da troca de mercadorias. Em sua forma pura, ela é uma troca de equivalentes, não um meio para o aumento do valor”.

variações serão anuladas e niveladas a um preço médio, como forma de orientar as compras e as vendas. Desse modo, Marx é enfático quando diz que não será nas diferenças, ou “desvios” na circulação, na compra e venda da mercadoria, que o mais-valor será criado<sup>107</sup>.

A “violação” do valor da força de trabalho traz consigo a ideia de “desvio” entre preços e valores da força de trabalho, e, dessa forma, ao estar vinculada à ideia de “desvio”, a “violação” coloca a análise da superexploração na dimensão da circulação de mercadorias, impondo dificuldades para a compreensão da categoria.

Assim, a superexploração fica restrita à dimensão dos preços e cria a ilusão de que será a partir da correção entre os salários e os valores de reprodução da força de trabalho que a superexploração deixará de ser a base da acumulação nos países dependentes. Desse modo, ao definir a superexploração como a “violação da lei do valor”, perde-se de vista alguns elementos da categoria, como unidade dialética, que se relaciona como a transferência de mais-valor e ruptura do ciclo do capital.

#### 3.4 AS (IM)PRECISÕES DA CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Ao longo de sua trajetória intelectual, Marcelo Dias Carcanholo vem buscando nas categorias marxistas elementos para interpretar o capitalismo contemporâneo, demarcando o neoliberalismo e seus desdobramentos em crises e agudização da dependência. Como partícipe da geração contemporânea da teoria marxista da dependência, Carcanholo traça, em seus estudos, um resgate crítico das principais categorias que identificam os condicionantes estruturais da dependência, a articulação entre esses condicionantes e as especificidades conjunturais e o papel central da superexploração da força de trabalho (AMARAL; CARCANHOLO, 2012)<sup>108</sup>.

<sup>107</sup> Marx (2015, I, p. 236) esclarece que: “Portanto, a criação de mais-valor e, por conseguinte, a transformação de dinheiro em capital não pode ser explicada nem pelo fato de que uns vendem as mercadorias acima de seu valor, nem pelo fato de que outros as compram abaixo de seu valor”. E completa: “Pode-se virar e revirar como se queira, e o resultado será o mesmo. Da troca de equivalentes não resulta mais-valor, e tampouco da troca de não equivalentes resulta mais-valor. A circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum” (2015, I, p. 238).

<sup>108</sup> As ideias contidas nesse texto foram inicialmente apresentadas em Carcanholo e Amaral (2008; 2009), quando os autores apresentam de forma rigorosa os mecanismos de transferência de valor entre as economias dependentes e as centrais; e a superexploração da força de trabalho como forma de expansão do valor perdido nas transações internacionais. Consideramos que a gênese da superexploração enquanto categoria está nos textos de 2008, 2009 e 2012.

No seio da controvérsia em torno da generalização da superexploração, Carcanholo afirma que há “(im)precisões”<sup>109</sup> (CARCANHOLO, 2017) contidas nos escritos de Marini, que não distingue o que seria “correspondência” e “definição”<sup>110</sup>. Essas dificuldades criam possibilidades para a ideia de generalização da superexploração e sua extensão aos países centrais.

O autor indica que a “(im)precisão” se revela na obra de Marini, pois o autor não estabelece uma distinção clara entre o que seria sua essência e seus mecanismos. Dessa forma, Carcanholo afirma que falta em Marini a diferença entre superexploração<sup>111</sup>, enquanto categoria, que atua compensando a transferência de mais-valor<sup>112</sup>, e superexploração enquanto mecanismos de elevação da exploração da força de trabalho, por meio da remuneração abaixo do valor.

Para Carcanholo, é necessário analisar a superexploração a partir da distinção entre o que seria sua essência e seus mecanismos, ou formas de manifestação. Somente assim é que se pode problematizar a generalização da superexploração e sua extensão aos países do capitalismo central.

Desse modo, para Carcanholo, a superexploração pode se manifestar nos países centrais, enquanto mecanismo de elevação de mais-valor. Porém, enquanto categoria, que atua compensando a transferência de mais-valor, a superexploração é específica dos países dependentes. Essa especificidade consiste na elevação da exploração sem aumento da produtividade, o que, para o autor, é a forma como ocorre a reprodução do capital em economias dependentes<sup>113</sup>.

---

<sup>109</sup>O texto “(Im)precisiones acerca de La categoría superexplotación de la fuerza de trabajo” foi inicialmente publicado em 2013b, na *Revista Razón y Rebelión* e no livro *Desenvolvimiento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini* (CARCANHOLO, 2013c), e se transformou em capítulo do livro *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis* (CARCANHOLO, 2017).

<sup>110</sup> Para Carcanholo (2017, p.109, tradução nossa): “Não se pode dizer que *correspondência* significa *definição*, mas, minimamente, melhor esclarecimento por parte do autor teria sido necessário, e isso não foi feito”.

<sup>111</sup> A distinção da superexploração enquanto categoria e enquanto forma/mecanismos de expansão do valor aparece pela primeira vez em Carcanholo (2013a), e logo em Carcanholo (2015).

<sup>112</sup> Para Carcanholo (2017, p. 109, tradução nossa): “[...] se definem mecanismos estruturais de transferência de valor que é produzido nessas economias são definidos, mas, na realidade, é realizado e acumulado no ciclo de capital das economias centrais [...] superexploração – enquanto categoria – como um mecanismo de compensação a essa transferência de valores”.

<sup>113</sup> Carcanholo (2017, p. 109, tradução nossa) esclarece que “Superexploração seria definida por um aumento na taxa de exploração que não passa pelo aumento da produtividade. E por que isso não aconteceu? Precisamente porque isso é vedado às economias dependentes. Trata-se, por fim, de uma característica específica dessas últimas. Superexploração, assim, é uma categoria específica dessas economias, ao mesmo tempo em que se manifesta em formas/mecanismos específicos para obter a elevação da taxa de exploração”..

O argumento de Carcanholo (2017) é introduzido a partir da forma como a superexploração aparece nos escritos de Marx. O autor assegura que a possibilidade de pagamento dos salários abaixo do valor aparece em Marx<sup>114</sup> não como uma forma geral de reprodução do capitalismo, mas como uma variação do modo de exploração, relacionada ao grau de exploração. Portanto, em Marx, a superexploração aparece como um conjunto de mecanismos que permitem o aumento da taxa de mais-valor, a partir do pagamento dos salários abaixo do valor de reprodução da força de trabalho<sup>115</sup>.

No entanto, Marx, em um nível de abstração maior, supõe, ao longo da obra, a troca de equivalência, em que a compra e a venda da força de trabalho, por exemplo, seriam realizadas pela igualdade entre salários e valores. Isso para mostrar, combatendo o pensamento ricardiano, que, ainda que as trocas sejam feitas por equivalentes, o mais-valor continuaria operando.

Em síntese, para Carcanholo (2017), a superexploração da força de trabalho não aparece nos escritos de Marx como uma categoria, que atua compensando a transferência de mais-valor. O autor esclarece que Marx faz uma análise buscando leis tendenciais, sem se ater às especificidades concretas de países, e suas determinações no âmbito do modo de produção capitalista, ainda que considere casos de produções com diferentes produtividades, e influenciados pela concorrência.

Essa assertiva de Carcanholo é uma resposta (CARCANHOLO; CORREA, 2016) aos críticos da teoria marxista da dependência que consideram, erroneamente, a superexploração como aumento da exploração. Porém, o autor, com essa distinção relevante, feita a partir da obra de Marx, afirma que as distintas formas do mecanismo de compensação não podem ser confundidas com os próprios mecanismos. Nas palavras de Carcanholo:

---

<sup>114</sup> “De fato, se há um determinado valor novo produzido no processo de produção, e os salários se reduzidos – por qualquer razão – abaixo do valor da força de trabalho, a diferença será apropriada por uma magnitude maior de mais-valor (lucro), o que conduz, obviamente, ao aumento da taxa de mais-valor. Essa possibilidade foi analisada *ad nauseam* por Marx em *O Capital*, mas nunca como se fosse a única maneira de obter um aumento na taxa de mais-valia, nem como se constituísse o elemento central das leis gerais do modo de produção capitalista, o que exigiria um procedimento categorial específico para essas formas, inclusive com outra nomenclatura” (CARCANHOLO, 2017, p. 101, tradução nossa).

<sup>115</sup> Carcanholo (2017, p. 103, tradução nossa). esclarece que: “Portanto, no sentido de formas/mecanismos de aumento da taxa de mais-valor, especificamente através de uma redução de salários abaixo do valor da força de trabalho, a superexploração, a partir de Marx, significaria nada mais que isto: um conjunto de formas específicas de aumento da taxa de mais-valor, mas nunca uma categoria específica de capitalismo. Essa questão é muito importante, porque uma interpretação mais “quadrada” de Marx tenderia a rejeitar a superexploração como uma categoria, simplesmente pelo fato de que ela, no nível de abstração em que o autor se encontrava, não era tomada como tal e não poderia ser”.

Em termos mais rigorosos, embora o mesmo termo seja usado para as duas coisas, a proposta teórica de Marini para entender a especificidade das economias dependentes faz muito mais sentido quando se entende que o mecanismo de compensação para elevar a taxa de acumulação de capitalismo dependente é uma necessidade desse, em função dos condicionantes estruturais da dependência (distintas maneiras de transferência de valor produzido nessas economias que se tornam parte do ciclo de acumulação das economias centrais), e que as distintas formas de obter esse mecanismo de compensação não podem ser confundidas com o mecanismo em si (2017, p. 110, tradução nossa).

A proposição feita por Carcanholo (2017) abre possibilidades para desvendar em que medida a superexploração é construída por Marini em duas unidades dialéticas, conectadas entre si. Nesse sentido, percorrendo as obras acadêmicas e políticas de Marini, nas quais a superexploração aparece, é possível encontrar elementos que convergem com a assertiva apresentada por Carcanholo (2017).

Em algumas obras, Marini apresenta a superexploração como mecanismo de aumento da exploração e em outras aparece como forma de compensação. No entanto, o autor também relaciona a ruptura do ciclo do capital à superexploração da força de trabalho e às dificuldades de realização da produção interna. Nesse sentido, devido às limitações do mercado consumidor, surge a relação da superexploração com outra unidade dialética, também relacionada à essência da dependência.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades reais do presente trabalho são de não ter tido condições de avançar na pesquisa sobre as condições de uso da força de trabalho nos países centrais. Somente assim seria possível verificar em que medida as interpretações sobre a generalização da superexploração condizem com as manifestações reais da exploração da força de trabalho nos países centrais.

Contudo, pretendeu-se neste capítulo desvelar as contradições existentes na controvérsia em torno da generalização da superexploração, a partir da relação entre essa unidade dialética e a transferência de mais-valores e a ruptura do ciclo do capital.

Nesse sentido, percorrendo as obras dos autores que debatem a generalização da superexploração da força de trabalho nota-se que, como partícipes da geração contemporânea da dependência, fazem com excelência a recuperação das obras de Marini. Portanto, esse debate é frutífero, pois permite que novas dimensões da superexploração sigam sendo problematizadas. Porém, ao pôr em perspectiva a

possibilidade de generalização da categoria, perde-se de vista as características da dependência dos países periféricos que confere a essas economias, singularidades que não aparecem nos países centrais, como a relação tendencial entre a superexploração e a transferência de mais-valor.

## CONCLUSÃO

A partir da controvérsia sobre a generalização da superexploração da força de trabalho e sua extensão aos países centrais, surgiu a necessidade de desvelar aspectos da categoria para evidenciar as contradições que esse debate suscita. Esse esforço de retomada das categorias teóricas desenvolvidas por Ruy Mauro Marini em seus estudos é de grande valia para a recuperação do pensamento marxista latino-americano, por meio dos elementos da teoria do valor e à luz das especificidades das economias dependentes e da reprodução do capital nesses territórios.

Com o desvelamento das contradições da superexploração da força de trabalho, podemos concluir que a categoria pode ser analisada em três dimensões diferentes: a primeira, quando se conecta à transferência de mais-valor, como forma de compensar o envio de riqueza para o exterior; a segunda, quando se relaciona com a ruptura do ciclo do capital, quando a superexploração demonstra a dificuldade de realização do capital no âmbito interno das economias dependentes. Finalmente, as formas de manifestação da categoria, mediante remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, aumento do mais-valor absoluto e aumento da intensidade do trabalho.

Desse modo, com o recorrido pela categoria superexploração, e partindo da problemática sobre a sua generalização, podemos inferir que: do ponto de vista da relação entre a superexploração e as unidades dialéticas transferência de mais-valor e ruptura do ciclo do capital, a superexploração é específica dos países dependentes, e demonstra a forma de acumulação nesses territórios. Enquanto mecanismo da elevação da exploração, a superexploração pode ser estendida aos países centrais, no contexto das crises econômicas.

Os elementos da economia brasileira analisados no presente estudo indicam que o país, a partir da abertura comercial e financeira dos anos 1990, intensificou a transferência de mais-valor ao exterior e que, nesse período, as condições de uso da força de trabalho se tornaram mais precárias, aumentando o desgaste da força de trabalho e intensificando a superexploração.

Entre os elementos que surgem da economia brasileira que demonstram aumento da transferência de mais-valor, o estudo revelou que o crescimento dos investimentos estrangeiros no país acentuou o envio de lucros, dividendos e juros. Essas formas de transferência de mais-valor substituíram a deterioração dos termos de troca, como

mecanismo de extração de valor, devido ao contexto da mundialização financeira e melhoras nos preços das *commodities* comercializadas no mercado mundial pelo Brasil. Dessa forma, há uma parcela cada vez mais expressiva da riqueza produzida na economia brasileira que é enviada ao exterior sob a forma de lucros, juros e dividendos. Portanto, transferência de mais-valor produzido no Brasil e apropriado externamente, que intensifica as relações de dependência da economia do país.

Assim, os dados analisados, sobre os investimentos estrangeiros, demonstram o peso dessa forma de financiamento na economia do país. Os investimentos estrangeiros diretos, no início da década de 1990, entraram na economia brasileira por meio do processo de privatização de estatais. Atualmente, vêm se intensificando os investimentos estrangeiros diretos sob a forma de operações intercompanhias. A entrada de investimentos estrangeiros diretos não diversificou o parque produtivo do país e potencializou o envio de riquezas produzidas no Brasil e apropriadas no exterior.

Já os investimentos estrangeiros em carteira aumentaram no Brasil devido à diversificação de modalidades de investimentos desse tipo. Com o aumento da circulação de investimentos em carteira no país, cresceram o endividamento e o pagamento de juros. Também intensificaram a vulnerabilidade do Brasil, na medida que os investimentos em carteira, como capital de curto prazo, expõem o país a risco na ciranda do mercado financeiro. As crises econômicas e os efeitos suscitados a partir dessas alterações demonstram que o grau de vulnerabilidade e prejuízos econômicos que os investimentos em carteira trazem para o país.

Assim, a mundialização financeira e a abertura comercial e financeira promovidas na economia brasileira indicam como a reprodução do capital internacional subsume a reprodução dos capitais de economias dependentes, apropriando-se da riqueza produzidas nesses territórios.

A análise das condições de uso da força de trabalho no Brasil indica que houve variações entre 1994 a 2017, com alterações das taxas de desemprego e salários. No entanto, ao longo do período houve, de forma generalizada, aumento da flexibilização e informalidade do trabalho. Com isso, a precarização da força de trabalho no Brasil continua sendo a forma de ser da condição de uso da força de trabalho no país.

Diante do aumento da precarização, o estudo revelou que há um número expressivo de trabalhadores que produzem horas extras de trabalho. Houve também aumento do número de acidentes de trabalho. Ambos os aspectos revelam aumento do mais-valor absoluto e da intensidade. Esses mecanismos aumentam a superexploração

da força de trabalho, impactando no desgaste da força de trabalho e exigindo aumento do valor da reprodução do trabalhador.

Todavia, o estudo revelou que, apesar das variações da política salarial no período de 2004 a 2012, a remuneração da força de trabalho ainda está abaixo do mínimo necessário, e que há predomínio de postos de trabalho com baixa remuneração. Finalmente, a partir da análise das mudanças promovidas pela Reforma Trabalhista de 2017, o estudo indica que a força de trabalho permanecerá em condição de precarização e sendo superexplorada.

As condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho do Brasil se agravaram após a abertura comercial e financeira, quando a problemática da dependência determinada pela transferência de mais-valor se aguçou. Essa relação ocorre porque, no processo de desacumulação da economia brasileira e vulnerabilidades decorrentes das crises econômicas, o capital recupera a perda de mais-valor por meio da superexploração da força de trabalho.

Entretanto, a partir dos elementos da economia brasileira, pode-se inferir que existe uma relação entre as unidades dialéticas, transferência de mais-valor e superexploração da força de trabalho. Essa relação, no entanto, acontece em um movimento de tendência, que indica a especificidade da função da superexploração em economias dependentes.

O presente estudo tem algumas limitações, entre as quais se destacam a falta de análise do mercado consumidor brasileiro, para compreender a dimensão da ruptura do ciclo do capital no país; e a falta de análise das condições de uso da força de trabalho em países centrais.

Porém, apesar dessas limitações, que estão como planos futuros de estudos, esta pesquisa, a partir do debate teórico em torno da generalização da força de trabalho, demonstra que há contradições nas interpretações sobre esse tema. De todo modo, o debate é frutífero e oferece elementos que permitem avançar nos estudos sobre as categorias da teoria marxista da dependência.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: Ricardo Antunes (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. Florianópolis, *Revista Katalysis*, v. 12, p. 216-225, 2009.

\_\_\_\_\_. Acumulação Capitalista e Exército Industrial de Reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia* (Curitiba), v. 34, p. 163-181, 2008.

\_\_\_\_\_. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.p. 87-102.v. 1.

AMARAL, Marisa Silva; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. *Para uma crítica à utilização da categoria ‘superexploração da força de trabalho’ como manifestação da globalização nos países centrais*. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo (NIEP-MARX), Niterói, 2013.Disponível em:< <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2013/Trabalhos/Amc464.pdf> > Acesso em: 10 maio 2018.

AMIN, Samir. *El desarrollo desigual*. Barcelona: Agostini, 1986.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

ARRUDA, Henrique Lacerda. *Crédito ao consumo na economia brasileira contemporânea*. 2019.145f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*.México: Ediciones Era, 1974.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Séries temporais*. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. *Investimentos em carteira - Títulos de renda fixa - passivos - negociados no mercado doméstico - mensal - saída*. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/22944-investimentos-em-carteira---titulos-de-renda-fixa---passivos---negociados-no-mercado-domestic>> Acesso em: 15 maio 2018.

\_\_\_\_\_. *GLOSSÁRIO*. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/htms/firce/conceitos.asp>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BEYNON, Huw. *A destruição da classe operária inglesa?* Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_27/rbcs27\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_01.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BORGES, Rodrigo Emmanuel Santana; GARCÍA, Bibiana Medialdea. Brasil y El gobierno Del PT. In: *¿ Alternativas al neoliberalismo en América Latina? Las políticas económicas en Venezuela, Brasil, Uruguay, Bolivia y Ecuador.* GARCÍA, Luis Buendía (org.et al.) Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2013.

BRASIL. *Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.* Altera a Legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e dá outras providências. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/789556.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015.* Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13152.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13152.htm)>. Acesso em 12 jan.2019.

BULNER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde a independencia.* 2ª ed. México: FCE, 2010.

BUKHARIN, Nicolai. *La economía mundial y el imperialismo.* Buenos Aires: Cuadernos Pasado y Presente, 1971.

CAMPOS, André Gambier (Org). *Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate.* IPEA: Brasília, 2018

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *A vulnerabilidade econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90.* Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.p. 251-264.v.

\_\_\_\_\_. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. *Revista Trabalho, Educação e Saúde.* Rio de Janeiro, v. 11, p. 191-205, 2013a.

\_\_\_\_\_. (Im)precisiones acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo. *Revista Razón y Revolución.* Buenos Aires, v. 25, p. 91-124, 2013b.

\_\_\_\_\_. (Im) precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: NIEMEYER FILHO, Almeida (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.* Brasília: IPEA, 2013c. p. 71-98.v. 1.

\_\_\_\_\_. Desafios e perspectivas para a América Latina do Século XXI. *Revista Argumentum.* Vitória, v. 6, p. 6-24, 2014.

\_\_\_\_\_. La importancia de dialéctica de la dependencia para el actual rescate crítico de la Teoría Marxista de la Dependencia. In: OLAVE, Patrícia (Org.). *A 40 Años de*

*Dialéctica de la Dependencia*. México: Instituto de Investigaciones Económicas – UNAM, 2015, p. 221-246. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Dependencia, Superexplotación del Trabajo y Crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

\_\_\_\_\_; CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Niterói, v. 44, p. 9-30, 2016.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio; NAKATANI, Paulo. *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*. Porto Alegre: Ensaio FEE, v.20, nº1, p.284-304, 1999

CARCANHOLO, Reinaldo (Org.). *Capital: Essência e Aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v.1.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. In: *Estudos Cebrap*, nº 23, São Paulo, Cebrap, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 6. Ed, 1981.

CARVALHO, Laura Barbosa de. *Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira nas últimas décadas*. 2010.170f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Helena; OLIVEIRA, Luísa. A precarização do emprego na Europa. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 541-567, 2008.

CASTELLS, Robert. *El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CESIT – CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO. *Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista*. TEIXEIRA, Marilane Oliveira (ORG. et al.). Campinas: UNICAMP/IE/CESIT, 2017.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed.Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. *A mundialização financeira: gênese, custos e risco*. São Paulo: Ed.Xamã, 1999.

CRUZ, Carlos Antônio da Silva da.; GOMES, Gerson. *Vinte anos de economia brasileira: atualização 2016*. Brasília: Centro de Estudos Brasil Século XXI, 2017.

CUEVA, Agustín. “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia”. In: *Entre La ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. Fundamentos conceptuales Agustín Cueva. Antología y presentación Alejandro Moreano. Bogotá: Siglo del Hombre – CLACSO, 2008.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*, 2016. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>. Acesso: 10 dez. 2018.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Crisis y salida de La crisis: orden y desorden neoliberales*. México: Fondo de cultura económica, 2007.

EMMANUEL, Arghiri. *El capitalismo desigual*. México: Siglo XXI, 1972.

FARIA Túlio Chiarini de. *Transferência internacional da tecnologia: interpretações e reflexões. O caso brasileiro no Paradigma das TICs na última década do século XX e no alvorecer do século XXI*. 2014.317f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FERNANDES, Vinícius Tomaz. *Precariado em questão: uma investigação a partir de seus teóricos*. 2019.111f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Statistics*. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 11 maio 2018.

FONTES, Virginia. Para pensar o capital-imperialismo contemporâneo: concentração de recursos sociais de produção e expropriações. In:\_\_\_\_. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANK, Andre Gunder. *El desarrollo del subdesarrollo*. Havana: Pensamiento Crítico. n 7, p. 158 -172, agosto de 1967.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. *Teoria da Dependência: categorias para uma análise do mercado mundial*. 2015. 296 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio do Sul, Porto Alegre, 2015.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

GOBETTI, Sérgio Wulff. *Tributação do capital no Brasil e no mundo*. Brasília, Ipea, 2018. (Texto para discussão, n. 2380). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33106](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33106)>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

GOMES, Helder; NAKATANI, Paulo. A natureza e contradições da crise capitalista. *Revista Economia y Desarrollo*. Havana, v. 154, p. 4-22, 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. Tendência dos termos de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira - 1850/1979. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 12, n.1, p. 109-132, 1982.

\_\_\_\_\_. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. *Impacto do investimento estrangeiro direto sobre renda, emprego, finanças públicas e balanço de pagamentos*. Brasília: CEPAL/IPEA (Texto para discussão, n. 43), 2011, p.1-63.

- GORENDER, Jacob. *O conceito do modo de produção e a pesquisa histórica*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gorender/1978/10/04.htm>>. Acesso em: 03 jan.2019.
- GUANAIS, Juliana Biondi. *Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira*. São Paulo: Outras Expressões, 2018.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Séries temporais*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 14 agos. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Nota Técnica Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD – Contínua*. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Nota\\_Tecnica/Nota\\_Tecnica\\_Diferencas\\_Metodologicas\\_das\\_pesquisas\\_PNAD\\_PME\\_e\\_PNAD\\_Continua.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf)> Acesso em: 19 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Metodologia PNAD/IBGE*. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Mensal/glossario\\_pnadc\\_mensal.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf)> Acesso em: 19 nov. 2018.
- KATZ, Claudio. *Acierto y problemas de la superexplotación*. Disponível em: <<https://katz.lahaine.org/aciertos-y-problemas-de-la-superexplotacion/>>. Acesso em: 5 de jan. 2018.
- LEITE, Leonardo de Magalhães. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. *O Capital no mundo e o mundo do Capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx*. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- LENIN, Vladimir. *Imperialismo estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LUCE, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias*. Uma visão histórica. Expressão Popular, São Paulo: 2018.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. Abril S.A cultural, 1985.
- MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardio*. México: ERA, 1979.
- MAO TSE TUNG. Sobre a contradição. In: *Obras Escolhidas de Mao Tse tung*, 1975. Tomo I, p. 525-586. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1937/08/contra.htm>. Acesso em: 13 jan. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo*, 1972. Disponível em: < <http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

\_\_\_\_\_. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*. Cidade do México, n.12, abril – junho de 1977. Disponível em: < <http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*. Cidade do México, n. 20, p. 18-39, abril- junho de 1979. Disponível em: < <http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em: 20 out.2018.

\_\_\_\_\_. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: ÚRSULA, Oswald (Coord.). *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, p. 37-55, 1979b. Disponível em: < <http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. *Cuadernos CIDAMO*. Cidade do México, n. 7,1982. Disponível em: < <http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. México: dependencia y modernización, prefacio. In: SOTELO, Adrián. México: *Dependencia y modernización*. Cidade do México: Ed. El Caballito, 1993. Disponível em: < <http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.137-180.

\_\_\_\_\_. Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.181-194.

\_\_\_\_\_. Memória: por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.57-134.

\_\_\_\_\_. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra). In: MARTINS, Carlos Eduardo. *América Latina: dependencia y globalización*. Buenos Aires: CLACSO – Prometeo Libros, 2007, p.149 -209.

\_\_\_\_\_. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARTINS, Carlos Eduardo. *América Latina: dependencia y globalización*. Buenos Aires: CLACSO – Prometeo Libros, 2007, p.231-252.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular/IELA, 2012.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. O Governo Lula: estagnação e aprofundamento da subordinação financeira. *Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía*. Cidade do México, v. 37, nº. 147, pp. 241-255, outubro-dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_. La crisis mundial y la economía brasileña. *Realidad Económica*. Buenos Aires, v. 265, p. 1-15,2012.

\_\_\_\_\_. Capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. *Caderno CRH*. Salvador, v. 26, p. 65-78, 2013.

MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (Org.) *O Brasil sob a nova ordem*. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Boitempo editorial, São Paulo, 2015

MARX, Karl. *O Capital*. Livro III. Boitempo editorial, São Paulo, 2017.

MASSA, Andrei Chikhani. *Superexploração da força de trabalho, uma categoria em disputa*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013.

MENDONÇA, Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de. A relação entre a política e a economia: suas implicações no sistema financeiro. *Revista Análise Econômica*, v. 18, p. 87-100, 2000.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Éric. *50 perguntas 50 respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2006.

MIRANDA, Flávio. Teoria do valor e mercado mundial em Marx – Desenvolvimento desigual e dominação internacional. *Revista da Sociedade brasileira de Economia Política*. São Paulo, n. 47, p.60-76, maio/ago. 2017.

MIRANDA, José Carlos Miranda; MARTINS, Luciano. Fusões e aquisições de empresas no Brasil. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, nº 14, p. 67-88, jun. 2000.

MOREIRA, Renata Couto; RAMALHO, Claudilene da Costa. *Do engenho ao agronegócio: a produção canavieira no Brasil e a dependência em Marini*. In: XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013, Belo Horizonte.

NAKATANI, Paulo. Capital especulativo parasitário, capital fictício e crise no Brasil. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, v. VI, n. 2, p. 209-235, jul./dic. 2000.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. A política macroeconômica do crescimento insustentável. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 33, n.1, p. 99-124, 2005.

NOGUEIRA, Camilla dos Santos. *La situación actual de la Teoría Marxista de la Dependencia: un estudio de los debates contemporáneos en torno a las nuevas formas de dependencia*. 2012. 132 f. Dissertação (Maestría en Estudios Latinoamericanos) – Centro de Estudios Latinoamericanos, Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2012.

OSORIO, Jaime. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. Cidade do México: Itaca; Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2009.

\_\_\_\_\_. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

\_\_\_\_\_. Fundamentos de la superexplotación. *Razón y Revolución*. Buenos Aires, v. 25, p. 9-34, 1 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. *Teoría Marxista de la Dependencia*. Cidade do México: Itaca; Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2016.

\_\_\_\_\_. *O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014

\_\_\_\_\_. *Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación: una propuesta de desarme teórico para avanzar*. Disponível em: <<http://marxismoyrevolucion.org/?p=713>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

PALMA, Gabriel. *Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina*. In: FIORI, José Luis (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 393-454.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, v. 77, p. 25-39, 2013.

POCHAMN, Márcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.26, n.2, p.119-139, 1998.

PREBISH, Raul. *El desarrollo de America Latina y sus principales problemas*. Santiago: Cepal, 1949.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho*. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/aeat/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SALAMA, Pierre. *Estado e Capital: o Estado capitalista como abstração real*. São Paulo: Estudos CEBRAP, n. 26, 1980.

SAMPAIO, Daniel Pereira. *Desindustrialização e Estruturas Produtivas Regionais no Brasil*. 2015 Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependência*. México: ERA, 1978.

SINGER, Hans. The distribution of gains between investing and borrowing countries. *The American Economic Review*, v. 40, n. 2, p. 473-85, 1950.

STOCCO, Aline Faé; DIAS, Edinara Oza; FIGUEIREDO, Maria Eduarda Erlacher de. Elementos explicativos para a elevação recente do volume de remessas líquidas ao exterior. *Conjuntura – Grupo de Estudos e Pesquisas de Conjuntura*. UFES/CCJE, maio de 2011.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Statistics*. Disponível em: <<http://unctad.org/>>. Acesso em: 11 maio 2018.

STANDING, Guy. *El precariado: una nueva clase social*, Barcelona: Editorial Pasado&Presente, 2013.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

\_\_\_\_\_. *Los rumbos del trabajo: superexplotación y precariedad social en el Siglo XXI*. Cidade do México: Editorial Miguel Ángel Porra-FCPyS-UNAM, 2012

\_\_\_\_\_. *El precariado: ¿nueva clase social?* Cidade do México: Editorial Miguel Ángel Porra-FCPyS-UNAM, 2015.

\_\_\_\_\_. Hipótese a respeito da extensão da superexploração do trabalho no capitalismo avançado desde a perspectiva da teoria marxista da dependência. *Cadernos Cemarx*. Campinas, n. 9, p. 34-47, 2016.

\_\_\_\_\_. *Crítica a la crítica de Katz a Marini: ¿una teoría de la dependencia sin superexplotación? Mejor una teoría de la dependencia con superexplotación revisitada y actualizada*. Disponível em: <<https://www.lahaine.org/mundo.php/critica-a-la-critica-de>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

Tesouro Nacional. *Dívida pública federal brasileira*. Brasília: Tesouro Nacional, jan. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/rSlir2>>. Acesso em: 13 de junho de 2018.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. *A teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

WASSERMAN, Claudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. In: \_\_\_\_\_. (coord.). *Historia da América Latina: Cinco Séculos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.p. 176-213.